

A GENTE RESPEITA O GUARUJÁ

NOVO
A GENTE RESPEITA O BRASIL

NOVO
A GENTE RESPEITA O BRASIL

**- PLANO DE GOVERNO
GUARUJÁ/SP.
2025/2028
CLÁUDIO FERNANDO AGUIAR**



“UM PROJETO PARA MUDANÇA DO PRESENTE E GARANTIA DO FUTURO”

CARTA AO MUNÍCIPE DE GUARUJÁ.

PLANO DE GOVERNO

- PARTIDO NOVO -

GUARUJÁ/SP. – 2025/2028

FUNDAMENTOS DA NOSSA GESTÃO

NOSSO PROPÓSITO

Melhorar de forma duradoura a qualidade de vida do maior número de pessoas o mais rápido possível!

PRINCÍPIOS E VALORES

Somos uma instituição com princípios e valores inegociáveis!

1. Liberdade individual e respeito ao próximo.
2. Livre mercado e direito à propriedade.
3. Império da Lei e democracia.
4. Estado leve, eficiente e a serviço das pessoas.
5. Combate à corrupção e aos privilégios.
6. Oportunidades ao alcance de todos.

PREMISSAS

1. Ninguém melhor do que você para administrar sua própria vida.
2. Nada que o Estado fornece é gratuito.
3. Não existe salvador da pátria.

O QUE O NOVO ACREDITA

E você não precisa concordar com tudo!

UM BRASIL COM MAIS OPORTUNIDADES E CONECTADO AO MUNDO

1. LIBERDADE para trabalhar e empreender.
2. PRIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, desde a creche até o ensino médio.
3. Ampla ABERTURA e INTEGRAÇÃO à economia mundial.
4. Programas assistenciais como PORTA DE SAÍDA da miséria e da pobreza.

UM ESTADO SIMPLES, LEVE E EFICIENTE

1. EQUILIBRIO das contas públicas.
2. Foco no essencial: EDUCAÇÃO, SEGURANÇA e SAÚDE.
3. Mais AUTONOMIA para estados e municípios.
4. PARCERIAS, CONCESSÕES e PRIVATIZAÇÃO de todas as estatais.

ESTRATÉGIA DE GOVERNO

1. Pensamento de LONGO PRAZO.
2. QUALIDADE, acima de quantidade.
3. Consciência das RESPONSABILIDADES

AGENDA ELEIÇÕES 2025-2028

TERMO DE COMPROMISSO

_____ abaixo firmado, candidato às eleições em 2024, manifesto meu compromisso ao conjunto de proposições contidas neste PLANO DE GOVERNO, comprometendo-me a dedicar o máximo esforço pessoal no seu cumprimento.

Guarujá, ____ / _____ / 2024

INDICE

SECRETARIAS	PG. Nº
1 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PORTUÁRIO	7
2 – TURISMO	13
3 – EDUCAÇÃO	18
4 – CULTURA	26
5 – ESPORTE E LAZER	30
6 – OPERAÇÕES URBANAS	34
7 – HABITAÇÃO	37
8 – INFRAESTRUTURA E OBRAS	43
9 – MOBILIDADE URBANA	49
10 – SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	56
11– DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	65
12– DEFESA E CONVIVÊNCIA SOCIAL – SEGURANÇA	72
13 – MEIO AMBIENTE	80
14- MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	89
15 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (Projeto de Lei Nº 01/2024)	94
16 – GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA	97
17 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS	108

1

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PORTUÁRIO



O melhor programa social que existe é o emprego.

Nos últimos 8 anos, entretanto, o desemprego ficou acima dos 10%.

Entre jovens de 15 a 24 anos de idade, o resultado é ainda pior, acima de 20%, mostrando que nossos jovens têm ainda mais dificuldades para conseguir se inserir no mercado de trabalho e começar a vida adulta financeiramente independentes.

A renda média do brasileiro encerrou 2022 em R\$ 2.533,00 mensais, 2,6% abaixo do que era em 2012. Não registramos praticamente nenhum progresso em uma década.

Segundo os dados da PNAD contínua, em 2019, 90% da população tinha uma renda inferior a R\$ 3.500,00 mensais.

E nas últimas quatro décadas, a produtividade de hora trabalhada no Brasil cresceu apenas 0,6% ao ano. Parte dessa estagnação é causada pela dificuldade de empreender e inovar no país.

São extensas a burocracia e a insegurança jurídica provocadas por regras complexas e incertas, os longos procedimentos para abrir e operar empresas, os códigos tributários confusos e as exigências excessivas de licenças prévias à atividade.

ORGANOGRAMA DA SEDECON

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Portuário da PMG foi instituída através do Decreto Nº 16.046 de 05 de abril de 2024.

I – Diretoria de Trabalho, Emprego e Empreendedorismo, composta por:

- a) Equipamento Poupa Tempo/PAT;
- b) Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo/CATE.

II – Diretoria de Modal Logístico;

III – Diretoria de Desenvolvimento Econômico, composta por:

- a) Coordenadoria de Comércio, compreendendo as seguintes unidades:

i) Unidade de Fomento e Licenciamento;

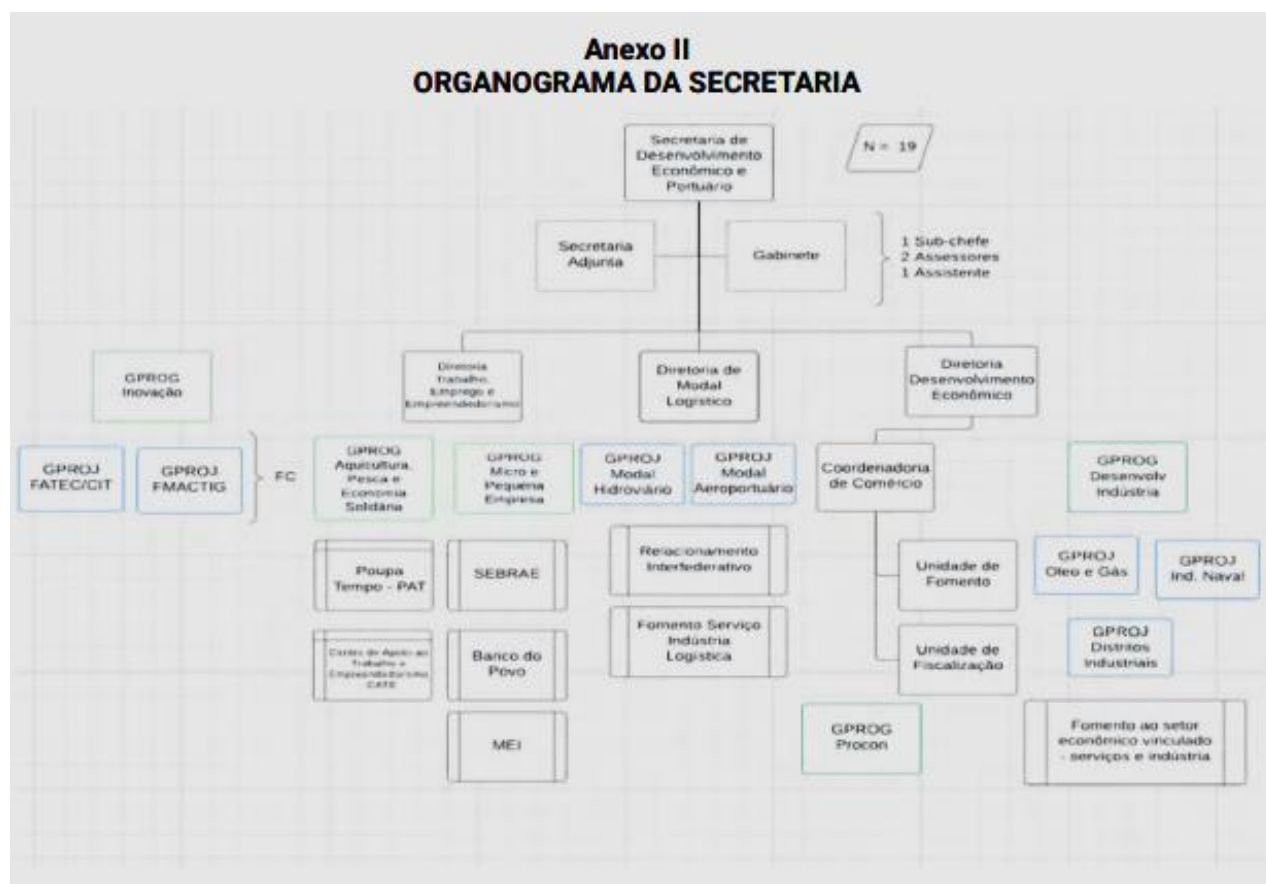
ii) Unidade de Fiscalização.

Composição da Gestão: Secretário + I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete; III – Diretor; IV – Coordenadoria; V – Chefe de Unidade; VI – Assistente; VII – Assessor; VIII – Chefe de Equipamento; IX – Gestor de Projeto Política de Estado; X – Gestor de Programa; XI – Gestor de Projeto; XII – Líder de Equipe.

**Anexo I
QUADRO DE GESTÃO
Anexo I – A
Quantitativo e Natureza**

Nomenclatura	Qttv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor	3	CC
Coordenador	1	FC
Chefe de Unidade	2	FC
Líder de Equipe	1	FC
Gestor de Programa	5	CC
Gestor de Projeto	5	CC
Gestor de Projeto e Política de Estado	2	FC
Chefe de Equipamento	2	FC
Total	26	

**Anexo II
ORGANOGRAMA DA SECRETARIA**



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

Os municípios desempenham um papel de grande relevância na criação de um ambiente propício ao crescimento de negócios e à atração de investimentos.

Eles têm uma função fundamental para remover as barreiras desnecessárias e simplificar as remanescentes para os empreendedores de qualquer porte.

A Prefeitura também pode implementar infraestrutura adequada e fomentar a educação profissionalizante e técnica, alinhada às demandas do mercado local.

Parcerias público-privadas podem ser essenciais nesse contexto, assim como a participação ativa dos municípios em redes de cooperação intermunicipal, visando ao desenvolvimento de polos econômicos regionais.

A adoção dessas ideias tem gerado resultados na prática, como na cidade de Patos de Minas, que proporcionalmente mais gerou empregos no estado de Minas Gerais em 2022.

Saindo da pandemia, em 2021, Joinville foi a cidade de Santa Catarina que mais criou postos de trabalho.

O que levou essas cidades a esse resultado foi uma combinação das políticas propostas neste caderno.

O município precisa buscar ser o mais competitivo possível, atraindo investimentos e facilitando a geração de emprego.

Isso passa por criar um ambiente de negócios simples, rápido, barato e previsível e pela busca ativa para atrair investidores para a cidade.

Por fim, nos municípios importante regularizar os títulos de propriedade, para melhorar e ampliar a infraestrutura usada, fomentar a capacitação da mão de obra especializada e reduzir as burocracias para ampliação da cobertura de internet banda larga, de modo a intensificar o uso de tecnologia.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Melhorar o desempenho em índices de competitividade
- Aumentar o PIB per capita do município
- Reduzir o tempo médio para abertura de empresa
- Aumentar o número de empregos normais
- Aumentar o número de empresas abertas

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Simplificar processos e leis e implementar políticas para fortalecer a livre concorrência, estimulando a abertura, retenção de empresas no município e a geração de emprego.

O aumento do número de negócios e da capacidade produtiva das empresas instaladas no município é fundamental para a geração de empregos e aumento da renda da população.

A disposição para investir, contudo, depende da segurança do empreendedor de que o poder público não será mais uma dificuldade ao seu negócio.

A insegurança jurídica e a falta de regras claras e processos simples torna o município menos competitivo em relação aos demais, fazendo com que os empresários optem por se instalar em outros territórios, e isso deve ser combatido.

Assim, propomos observar as melhores práticas de desburocratização, simplificação, fortalecimento da livre concorrência e a facilitação da abertura e desenvolvimento das empresas como diretrizes de atuação.

PROPOSTAS

- **Construir e/ou contratar um plano estratégico integrado de desenvolvimento econômico sustentável.**
- Incluir a Sociedade Civil Organizada na comissão de estudos para estabelecimento do escopo do plano de desenvolvimento econômico estratégico, contemplando a visão de cidades inteligentes.
- Utilizar o Índice de Concorrência dos Municípios, do Governo Federal, como uma lista de recomendações a serem implementadas para tornar a cidade mais competitiva.
- Utilizar o IEGM – índice de Efetividade de Gestão Municipal do TCE - Tribunal de Contas do Estado de SP como uma lista de objetivos para nortear o desenvolvimento do município.
- Revisar e atualizar os códigos municipais, incluindo os de Posturas, Tributário, Ética e outros, para garantir que sejam simples, claros e alinhados às práticas modernas e às necessidades atuais.
- Aprovar e implementar a Lei de Liberdade Econômica no município, reduzindo ou eliminando a necessidade de alvarás, instituindo o conceito de baixo risco e simplificando a abertura e a operação de empresas.
- Criar Salas do Empreendedor, onde a população possa encontrar todos os serviços e suportes necessários para abrir e gerir suas empresas, principalmente em regiões periféricas.
- Aprovar e implementar uma legislação de **Sandbox** Regulatório, criando um **ambiente de teste de inovações entre entes privados, incentivando inovação e aumentando a produtividade da economia.**
- Promover o uso de Zonas de Melhoria de Negócios (Business Improvement Districts), permitindo a coordenação entre empresas para o desenvolvimento de áreas da cidade, impulsionando o comércio, a segurança, o lazer, o desenvolvimento urbano e o turismo, em consonância com o Plano Diretor do Município.
- Identificar perfis de empresas de interesse para se estabelecer em Guarujá.
- Criar Centros Tecnológicos e Políticas de Incentivo à inovação, seguindo as tendências econômicas e o perfil relacionado as vocações do município.
- Mobilizar e estabelecer parceria com a iniciativa privada para a implantação de programa complementar ao selo AVISE - Auto de Vistoria de Edificações, com vistas a manutenção preventiva e corretiva das edificações, incentivando a geração de emprego e renda na cadeia da construção civil do município.

- Desenvolver um portal *online* único para empresas, integrando todas as etapas do ciclo de vida empresarial, desde a abertura até a obtenção de licenças, autorizações e encerramento, simplificando os procedimentos.

2) Facilitar o exercício de atividades profissionais e acesso ao emprego

A ampliação do emprego no município também depende de políticas focadas no contingente de pessoas desempregadas e com disposição para trabalhar.

A Prefeitura deve ser a ponte entre o trabalhador capacitado e a vaga de emprego aberta. Da mesma forma, o poder público não pode ser entrave para a atividade profissional, exigindo registros e licenças adicionais de trabalhadores autônomos para a comercialização de produtos e serviços lícitos.

Por fim, é válido o estudo de programas específicos de capacitação profissional, quando for identificado que a falta de habilidades técnicas é um entrave para a recolocação profissional das pessoas do município.

PROPOSTAS

- Facilitar a empregabilidade dos cidadãos, implementando centrais e feirões do emprego, bem como outras atividades que conectem a população desempregada às vagas disponíveis.
- Implementar programas de educação e treinamento profissionalizante, em parceria com a iniciativa privada, sistema S e outros órgãos estaduais e federais, para qualificar a população de acordo com demandas de mão de obra do município.
- Reduzir as burocracias, registros e barreiras para o exercício de atividades profissionais.
- Mobilizar os órgãos da cadeia produtiva do município, para identificar e mapear as necessidades específicas **de mão de obra** de interesse locais, incentivando as parcerias para formação e capacitação da mesma.
- Revisar o planejamento urbano específico para áreas retro portuárias e industriais em acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Sustentável (a ser construído), em acordo com o Plano Diretor do Município.
- Realizar estudos para atração de investidores de interesse no desenvolvimento da infraestrutura das áreas retro portuárias.
- **Instituir o Poupatempo Empresarial Municipal, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para ampliar e fortalecer equipes especializadas no atendimento personalizado às empresas.**
- Instituir programa de pesquisas periódicas para avaliar a satisfação das empresas em relação ao ambiente de negócios em Guarujá, identificando os pontos de melhoria contínua.
- Fomentar os APL - Arranjos Produtivos Locais para potencializar o desenvolvimento das áreas de vocação do município, privilegiando a tecnologia e inovação.
- Instituir a Semana Municipal do Empreendedorismo, incluindo programa para premiação de “Jovem Talento Empreendedor”.
- Propor iniciativas para formalização dos pequenos empreendedores.

- Criar política de regularização do comércio ambulante, incentivando a criação de feiras em horários alternativos, shoppings populares e outlets.

3) Implementar medidas de atração de grandes projetos de negócios

A recepção de grandes negócios, como indústrias de maior porte e parques industriais, em um município costuma ser motivo de disputa entre os gestores públicos, porque esses empreendimentos geram um grande volume de postos de trabalho direta e indiretamente e elevam a renda e o dinamismo econômico da região.

Essas empresas, contudo, tendem a se alocar em cidades com melhor infraestrutura instalada, com disponibilidade de mão de obra qualificada e com regras mais simples e menos burocráticas.

Assim, para que o município receba esses negócios, além de alterar regras que ampliem a competitividade, é preciso que a Prefeitura atue como uma representante comercial da cidade. É necessário instalar uma política de atração de investimentos com metas claras, mapeamento dos principais setores econômicos da cidade e se fazer presente em ambientes corporativos para promover e divulgar a cidade e seus avanços institucionais.

Em municípios com vocação exportadora, ainda é possível pleitear que seja implantada uma Zona de Processamento de Exportação englobando o município e, com isso, beneficiar-se de um regime simplificado de tributação e liberação de mercadorias para empresas que se dedicam exclusivamente à exportação de bens e serviços.

PROPOSTAS

- Ter uma gestão ativa na atração de investimentos, elaborando guias de investimentos, indo em eventos e contatando empresas, associações, federações, embaixadas ou consulados e demais entidades do setor produtivo para promover as vantagens competitivas da cidade.
- Planejar e executar projetos de parques industriais em parceria com o setor privado, considerando a vocação geográfica, logística e estrutural da cidade.
- **Revisar a lei que estabeleceu o Programa “Pro Guarujá” de incentivos fiscais para atração de empresas e investimentos no município.**
- Identificar as áreas de interesse econômico que necessitam de revitalização, considerando a infraestrutura existente, para incentivar investimentos no município.

2

SECRETARIA DE TURISMO



Outro setor que merece mais atenção dentro das políticas do país é o turismo.

Apesar de ter gerado um faturamento de mais de R\$ 121 bilhões de janeiro a agosto de 2023, segundo a Fecomercio/SP, e trazer a expectativa de criação de 7,9 milhões de postos de trabalho até o final de 2023, de acordo com o Relatório de Impacto Econômico do WTTC, o segmento se encontra muito abaixo do seu potencial.

Em 2018, pré-pandemia, o Brasil ocupava a 52ª posição no ranking de turistas estrangeiros, com 6,6 milhões de viajantes, atrás da Argentina, com 6,9 milhões; das Filipinas, com 7,2 milhões; do Irã, com 7,3 milhões; e da Tunísia, com 8,3 milhões. Desde então, sequer retornou a estes patamares.

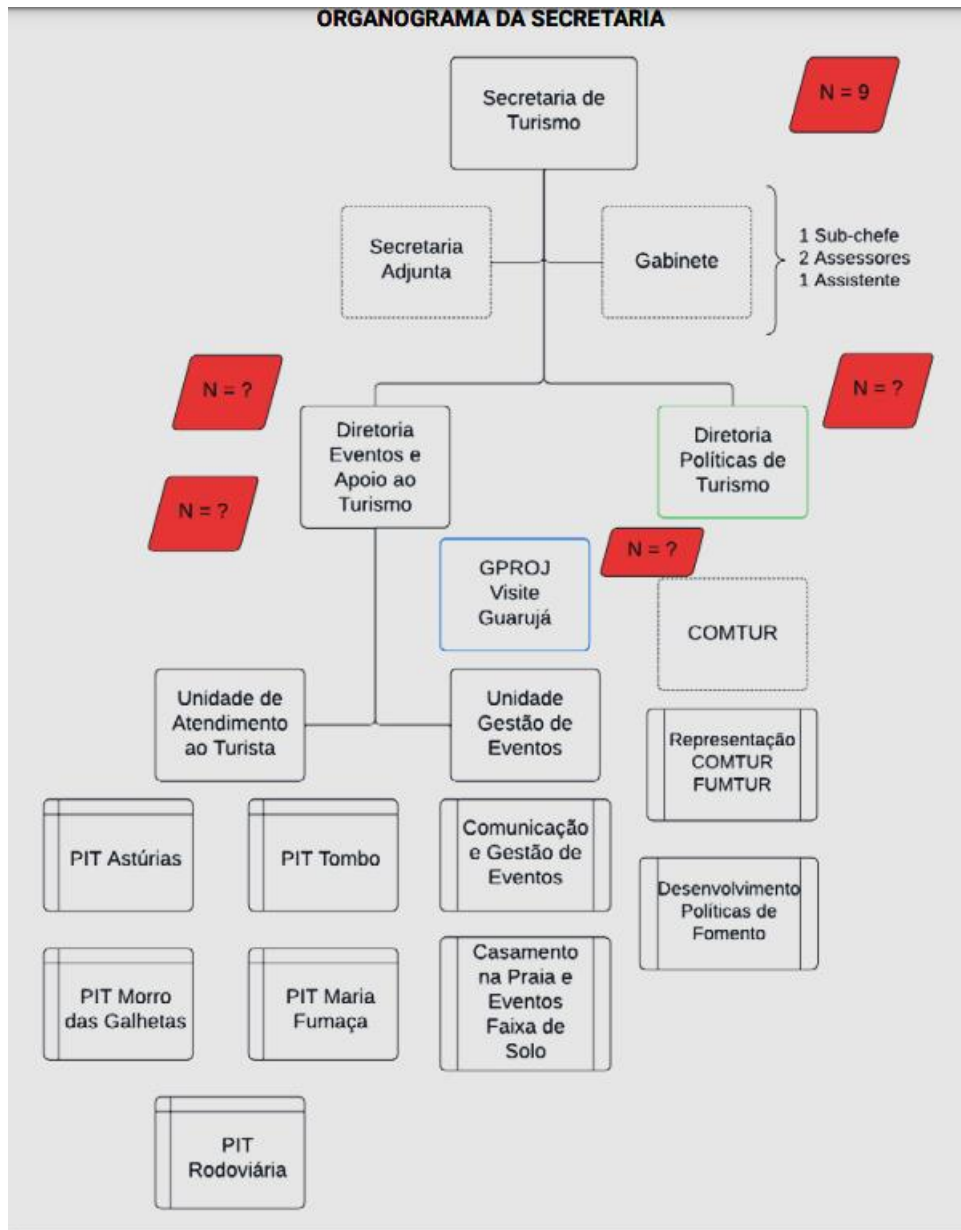
ORGANOGRAMA DA SETUR

A Estrutura Administrativa da Secretaria de Turismo da PMG foi instituída através do Decreto Nº 16.043 de 05 de abril de 2024, sendo composta por:

Secretário + I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete; III – Diretor; IV – Assistente; V – Assessor; VI – Chefe de Unidade; VII – Gestor de Projeto; VIII – Líder de Equipe.

Anexo I
QUADRO DE GESTÃO
Anexo I – A
Quantitativo e Natureza

Nomenclatura	Qttv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor	2	CC
Chefe de Unidade	2	FC
Gestor de Projeto	1	CC
Chefe de Equipamento	5	
Total	11	



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

É evidente que a criatividade, a produção artística e os potenciais turísticos e esportivos de um município têm impacto significativo na economia.

Esses elementos são essenciais para gerar emprego, riqueza e melhorar a qualidade de vida, pois fomentam habilidades sociais, criatividade e pensamento crítico nos jovens, ao mesmo tempo que incentivam a adoção de estilos de vida saudáveis e ativos.

Ao participarem de eventos culturais, atividades esportivas e experiências turísticas, públicos de todas as idades ganham uma exposição valiosa a novas ideias e culturas, enriquecendo sua educação e perspectiva de mundo, além de fortalecer laços comunitários e promover a inclusão social.

As políticas públicas voltadas para a cultura, o esporte e o turismo devem ser prioritariamente estruturadas a partir do município, que irá atuar como um facilitador na execução de projetos. O papel do poder público, portanto, deve ser o de estimulador na atração de investimentos, impulsionando o desenvolvimento dessas áreas para que alcancem autonomia.

Para isso, a Prefeitura pode impulsionar eventos locais, proteger imóveis, complexos arquitetônicos e regiões com valor histórico e cultural e formular programas de incentivo ao esporte em parceria com a pasta da educação e assistência social.

O foco é fortalecer a estruturação das organizações da sociedade civil e qualificar seus integrantes, abrindo espaço para que a iniciativa privada tenha interesse em investir e explorar a cultura e o turismo e apoiar o esporte de base. Isso possibilita investimentos substanciais, enquanto reduz a dependência dos setores dos cofres públicos.

O objetivo é fomentar a autossuficiência financeira e administrativa dessas organizações, contribuindo para uma gestão mais eficaz e inovadora.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Aumentar a atração de investimentos privados para o turismo e para eventos esportivos e culturais na cidade
- Aumentar as vagas de empregos geradas pelo setor privado nos setores de turismo, cultura e esporte no município
- Reduzir ou eliminar a presença da gestão pública nos equipamentos turísticos, esportivos e culturais no município

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Potencializar o turismo e a valorização da identidade local para ampliar o apelo turístico e elevar a qualidade dos serviços oferecidos na cidade

Identificando seus potenciais turísticos, uma cidade pode impulsionar seu crescimento econômico. Oferecendo atrativos únicos e experiências de qualidade, complementados por uma infraestrutura turística bem desenvolvida e profissionais capacitados, estabelece-se uma base sólida para atrair e satisfazer visitantes, gerando, assim, maior receita e prosperidade local.

PROPOSTAS

- Realizar estudos para contratação de projeto para implantação do turismo náutico e ecológico no Município, com vistas a geração de emprego e renda e atração de turismo qualificado, bem como a realização das atividades necessárias ao seu desenvolvimento.
- Efetuar parceria com o setor privado para desenvolver estudos e projeto de construção de teleférico ligando o “Morro da Campina e a Praça Horário Lafer”, entre outros atrativos como tirolesa e Roda Gigante.
- Realizar estudos para a implantação e qualificação da Estrada Turística da APA da Serra do Guararú.
- Criar o passeio ciclovitário turístico da “Cabeça do Dragão (Santa Cruz dos Navegantes) até o final da Estrada da APA da Serra do Guararú”.

- Estabelecer parcerias com o setor privado para investimentos em infraestrutura turística e eventos.
- Promover eventos e estratégias de marketing que destaquem a cultura local e o potencial turístico da cidade para atrair visitantes e patrocinadores.
- Explorar colaborações com entidades do setor privado e do Sistema S, com o objetivo de desenvolver programas de capacitação voltados para o aprimoramento de profissionais no setor turístico.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos ou a exploração turística.
- Estabelecer colaboração entre os municípios da RMBS para identificar objetivos comuns, desenvolver estratégias conjuntas, compartilhar recursos, expertise técnica, infraestrutura e fundos para projetos de interesse mútuo.
- Desenvolver um roteiro turístico integrado que valorize tanto o patrimônio material quanto imaterial da cidade, promovendo experiências culturais autênticas sobre a história e as tradições locais.
- Implementar programas educativos em locais históricos e culturais do município, integrando o turismo com a aprendizagem, onde estudantes e visitantes possam explorar o patrimônio material e imaterial.
- Reavaliar/mapear o Perfil do Turista, incluindo o Turismo inclusivo.
- Mobilizar a cadeia do turismo náutico existente, incentivando a adequação, padronização e ampliação da infraestrutura de atracação para desenvolver e integrar as atividades náuticas no município.
- Padronizar a identidade visual do Município, como estratégia para atrair investidores e empresas.
- Fortalecer e transformar o Portal do Convention & Visitors Bureau de Guarujá no canal oficial para divulgação do destino turístico, com o apoio da cadeia produtiva cadastrada no Cadastur.
- **Instituir com a participação do Trade Turístico** calendário turístico anual da cidade, baixa e alta temporada, integrando as agendas de eventos das secretarias de turismo, esporte e cultura.
- Realizar estudo de viabilidade para a instalação de um Centro de Convenções no Município.
- Atuar para identificar, catalogar, caracterizar e qualificar os equipamentos do patrimônio histórico, cultural, turístico e ecológico do Município, bem como prever recursos no orçamento anual para sua manutenção, considerando o seu potencial turístico.
- Promover o cadastramento dos monitores ambientais e guias de turismo habilitados para atuar na atividade de ecoturismo.
- Revisar e atualizar as leis municipais que dizem respeito a regulamentação da atuação das empresas que operam o turismo urbano, ecoturismo, incluindo o turismo de aventura e turismo náutico, levando em conta inclusive a Região Metropolitana da Baixada Santista.
- Realizar estudos para demarcação estratégica dos locais para desembarque e embarque de passageiros em veículos de turismo em *city tour*, nas proximidades dos pontos de interesse turístico do município.

- Padronizar o modelo do ônibus de turismo a ser adotado/disponibilizado para o uso nos percursos dos roteiros turísticos do Município.
- Efetuar estudos de viabilidade técnica/econômica para criação de Píers públicos em áreas estratégicas para embarque e desembarque de turistas e moradores, viabilizando a mobilidade hidroviária e o turismo náutico.
- Efetuar interlocução com outros municípios da RMBS com vistas ao incentivo do aumento do tempo de permanência do turista no município.
- Inventariar os locais com potencial estratégico no município para implantar Centros de Informação ao turista com profissionais locais capacitados e bilíngues.
- Desenvolver uma matriz de identidade visual para a sinalização turística de Guarujá, incluindo placas, avisos, entre outros.

2) Efetivar o Plano Diretor de Turismo, integrando suas ações aos demais Planos Diretores do Município

- Eleger as prioridades constantes do PTDUR para execução, com base na capacidade de investimento, orçamento municipal, com vistas a geração de emprego e renda qualificados no Município.
- Integrar as diversas secretarias afins nas discussões das execuções de atividades previstas no Plano Diretor de Turismo, com vistas à análise das interdependências dos Planos Diretores Específicos.
- Revisar e regulamentar a política de turismo de 1 dia, envolvendo o Trade Turístico Local.
- Automatizar o sistema de gestão de solicitações para autorização de entrada de veículos de turismo (ônibus, vans), revisando a legislação e direcionando os recursos das taxas e multas para a melhoria da qualidade do atendimento ao turista no município.
- Promover o inventário dos estacionamentos de ônibus turísticos, vans, veículos de passeio, identificando o número de vagas, revisando a legislação vigente.

3

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



A educação é essencial para impulsionar o desenvolvimento do indivíduo e, consequentemente, o progresso do país.

Apesar da importância da pasta, no entanto, o Estado no Brasil não atinge as expectativas na prestação de um serviço público de qualidade.

Problemas como falta de vagas na educação infantil, baixa qualidade do ensino básico e a falta de formação continuada do corpo docente persistem em nosso país.

Em relação à primeira infância, de acordo com estudo da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o Brasil possui 21 milhões de crianças de 0 a 6 anos e, destas, 7 milhões vivem em pobreza.

Quando aplicamos esse recorte de renda sobre o acesso à educação infantil, identifica-se que apenas 26% das crianças de famílias pobres frequentam creches.

Avançando para as etapas escolares, reconhece-se que o acesso já foi universalizado, sendo o aprimoramento da aprendizagem o principal desafio.

Em 2016 e 2017, menos da metade dos alunos dos primeiros anos do ensino fundamental alcançaram níveis adequados de proficiência em Leitura (45,3%) e Matemática (45,5%) no SAEB, e no ciclo de avaliação de 2021, o resultado obtido indicou que o país piorou.

Além disso, um estudo do UNICEF de 2023 indica que a proporção de crianças de 7 anos que não sabem ler nem escrever dobrou de 20% para 40% entre 2019 e 2022, com um menor desempenho identificado principalmente entre crianças negras e aquelas cuja alfabetização foi impactada pela pandemia.

A realidade nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio não são diferentes: apenas 5% dos alunos que concluem o ensino básico têm conhecimento adequado em matemática, de acordo com os resultados do SAEB.

Este panorama preocupante do aprendizado contribui para o agravamento da evasão escolar, que impacta não só a vida dos alunos que desistem dos estudos, mas também o desenvolvimento econômico e social do país.

Em um estudo conduzido em 2022 pelo IPEC para o UNICEF, constatou-se que cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes, na faixa etária de 11 a 19 anos, não estão matriculados em escolas no Brasil. Pesquisadores do Insper estimam que os custos fiscais e tributários causados aos cofres públicos pela evasão escolar na educação básica é de R\$ 214 bilhões por ano.

Nesse contexto, a relevância de uma gestão escolar eficiente é inegável, tendo um impacto direto no aprendizado dos alunos.

Um bom diretor pode melhorar significativamente o desempenho dos alunos, enquanto um mau diretor pode prejudicá-lo.

Ricardo Paes de Barros, pesquisador do Núcleo Ciência pela Gestão Educacional (NCGE), destaca que elevar o desempenho dos 10% piores diretores à média nacional poderia impactar a renda dos estudantes em R\$ 70 bilhões ao longo de suas vidas.

ORGANOGRAMA DA SEDUC

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Educação foi instituída através do Decreto Nº 16.034.

Órgão finalístico –

I – Diretoria de Planejamento Educacional, composta por:

- a) Coordenadoria de Gestão de Vagas, composta por: 1. Unidade de Bolsa Família;
- b) Coordenadoria de Planejamento;

II – Diretoria de Gestão Pedagógico, contendo:

- a) Coordenadoria de Educação Infantil, composta por: 1. Unidade de Educação Infantil Municipal; 2. Unidade de Educação Infantil Conveniada.
- b) Coordenadoria de Educação Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, composta pela: 1. Unidade de Educação Fundamental I; 2. Unidade de Educação Fundamental II; 3. Unidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA.
- c) Coordenadoria de Educação Especial e Apoio Multidisciplinar.

III – Diretoria de Apoio à Educação, composta por:

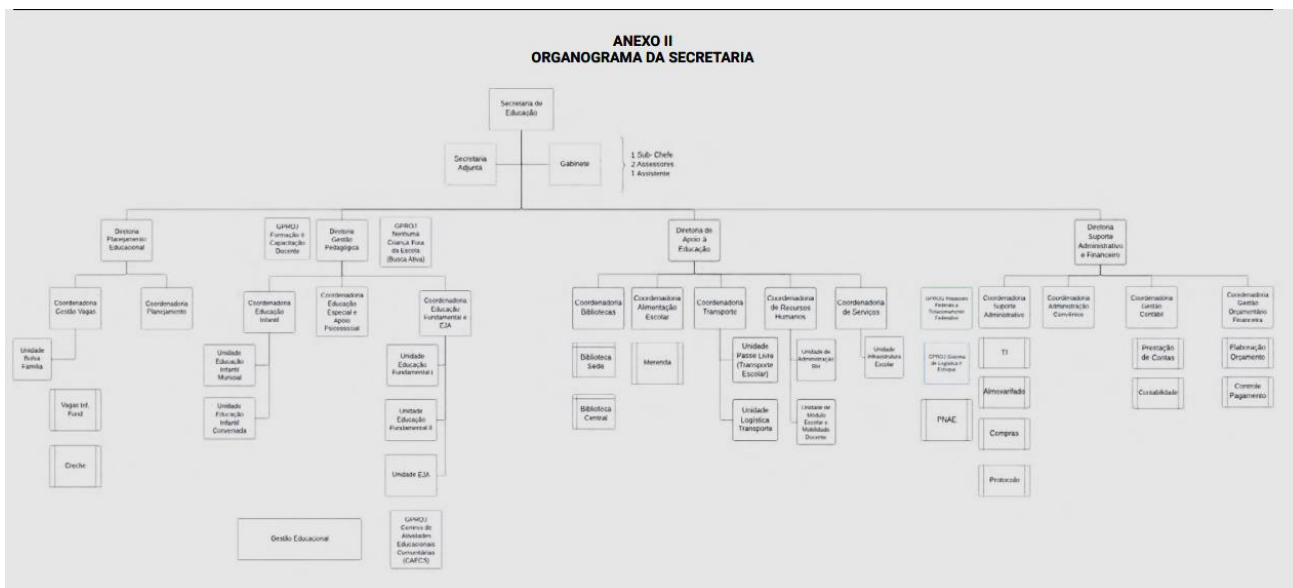
- a) Coordenadoria de Bibliotecas;
- b) Coordenadoria de Transporte, composta por: 1. Unidade de Passe Livre; 2. Unidade de Logística e Transporte.
- c) Coordenadoria de Alimentação Escolar; d) Coordenadoria de Recursos Humanos, composta por: 1. Unidade de Administração de Recursos Humanos; 2. Unidade de Módulo Escolar e Mobilidade Docente.
- e) Coordenadoria de Serviços, composta por Unidade de Infraestrutura Escolar.

IV – Diretoria de Suporte Administrativo e Financeiro, composta por:

- a) Coordenadoria de Suporte Administrativo;
- b) Coordenadoria de Administração Convênios;
- c) Coordenadoria de Gestão Contábil;
- d) Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira.

Quadro de Gestão:

Secretário + I – Secretário Adjunto (1); II – Subchefe de Gabinete (1); III – Diretor (4); VI – Coordenador (14); V – Chefe de Unidade (11); VI – Assistente (1); VII – Assessor (2); VIII – Gestor de Projeto (4); XI – Líder de Equipe; Gestor de Programa (1)



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

A educação básica é subdividida em três etapas principais: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A educação infantil é destinada a crianças de até 3 anos em creches e de 4 a 5 anos em pré-escolas.

O ensino fundamental começa aos 6 anos e se estende por 9 anos, seguidos por 3 anos de ensino médio. De acordo com a Constituição Federal, os municípios são principalmente responsáveis pela educação infantil e pelo ensino fundamental.

Isso significa que as cidades devem garantir vagas em creches, pré-escolas e escolas, manter a qualidade do ensino e cuidar para que a infraestrutura dessas instituições esteja em boas condições. Para abordar o tema, a gestão municipal deve se concentrar em eliminar as filas e garantir a oferta de vagas para toda a demanda do município, com atenção especial às crianças mais vulneráveis.

Além disso, é importante aprimorar o desempenho dos alunos da rede pública, assegurando que eles alcancem níveis adequados de aprendizagem em suas respectivas faixas etárias.

Outro ponto crítico é a valorização e o reconhecimento dos docentes e gestores escolares, incentivando a melhoria da aprendizagem e a assiduidade.

Para alcançar esses objetivos, as cidades podem pensar em soluções regionais, por meio de arranjos de desenvolvimento da educação, bem como otimizar a gestão e os recursos educacionais por meio de parcerias com o setor privado e com o terceiro setor.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Melhorar a taxa de atendimento na educação infantil
- Aumentar a taxa de alfabetização
- Aumentar a taxa líquida de matrícula no ensino fundamental
- Aumentar a nota média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental
- Aumentar a nota média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental

- Ampliar os índices do alcance e efetividade da educação profissional
- Valorizar os docentes e gestores escolares em função da melhoria dos índices escolares
- Universalizar a inclusão digital nas escolas do município
- Fortalecer as relações Escola x Família

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Eliminar as filas da educação infantil, garantindo oferta de vagas para toda a demanda do município, especialmente para as crianças mais vulneráveis

A ausência de vagas em creches e pré-escolas para as crianças de 0 a 6 anos afeta desproporcionalmente as famílias mais vulneráveis, comprometendo o desenvolvimento inicial das crianças e impedindo os pais - especialmente as mães - de retornarem ao mercado de trabalho, perpetuando ciclos de desigualdade.

Assim, trabalhar para eliminar as filas das creches, assegurando a disponibilidade de vagas para toda a demanda do município, com foco especial nas crianças em situação de vulnerabilidade, deve ser um foco da gestão municipal.

Para alcançá-lo, é preciso que a secretaria de educação do município seja inovadora e propositiva, fazendo uso da capacidade instalada no terceiro setor no município para atender à demanda pública, bem como informar aos cidadãos sobre as instituições de ensino onde existem vagas disponíveis e qual é a sua posição na fila, possibilitando aos pais acompanharem eventuais oportunidades.

PROPOSTAS

- Estabelecer parcerias com instituições privadas locais para atender à demanda em creches, implementando uma lei de vales (vouchers) com o objetivo de eliminar as filas de espera.
- Garantir transparência nas filas de espera para creches, escolas e vagas de vales.
- Desenvolver e implementar uma política de escolas comunitárias nas quais a prefeitura contratará serviços da rede privada para gerenciar e operar unidades escolares inteiras.
- Implantar a Escola de “Pais”, aproveitando a estrutura das APMs – Associação de Pais e Mestres.

2) Aprimorar o desempenho dos alunos da rede pública de ensino, garantindo que alcancem níveis adequados de aprendizagem em suas respectivas faixas etárias

Assegurar que os estudantes atinjam os níveis de aprendizagem esperados para as suas faixas etárias é essencial para garantir uma educação de qualidade e prepará-los adequadamente para o futuro.

Para isso, propõe-se a implementação de ações que visam criar um ambiente de aprendizado mais eficaz e motivador, que não só melhore o desempenho acadêmico dos alunos, mas que também reduza as taxas de evasão escolar.

Uma das maneiras de alcançar esses objetivos é através de projetos experimentais que envolvem a colaboração com a iniciativa privada para contratar bolsas para os alunos da rede pública, ou ainda, implementar escolas públicas geridas por entidades sem fins lucrativos.

Com a implementação dessas medidas, espera-se um impacto positivo no sistema educacional, beneficiando não apenas os estudantes, mas a sociedade como um todo, ao formar cidadãos mais preparados e qualificados.

PROPOSTAS

- Estabelecer programas intensivos de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental.
- Desenvolver programas de apoio para alunos com interrupções em seu processo de alfabetização, oferecendo aulas de reforço e atividades extracurriculares para a recuperação das habilidades de leitura e escrita.
- Estabelecer sistemas de monitoramento e avaliação para acompanhar a aprendizagem e progresso dos alunos e identificar precocemente aqueles em risco de evasão, permitindo intervenções oportunas.
- Realizar estudos e prever orçamento para instalação da PROVA GUARUJÁ DE AVALIAÇÃO DE NÍVEL X APRENDIZAGEM dos ALUNOS do Fundamental I e II (Ex. Bimestral), encaminhando o aluno para o reforço escolar e nivelamento do aprendizado.
- Ampliar a jornada escolar para que os estudantes tenham mais tempo de aprendizado e desenvolvimento, sempre que possível.
- Implementar metodologias de ensino inovadoras e comprovadamente eficazes para criar ambientes escolares motivadores e alinhados com as necessidades do mundo moderno.
- Garantir uma infraestrutura que ofereça um ambiente propício à aprendizagem, incluindo transporte escolar, reforma das escolas existentes ou construção de novas quando necessário e fornecimento de merenda escolar de qualidade, para tornar a educação acessível a todos e reduzir as taxas de evasão escolar.
- Implementar um processo seletivo transparente e baseado em critérios técnicos para a nomeação de diretores de escolas, seguindo as diretrizes do FUNDEB.
- Nos estados que possuem programas de municipalização do ensino fundamental, aderir ao projeto, buscando melhorias na qualidade da educação local.
- Incentivar através de parcerias com escolas privadas, o fornecimento de bolsas de estudos aos estudantes com melhor desempenho, estimulando os demais para a importância da educação.

3) Criar mecanismos de valorização e reconhecimento aos docentes e gestores escolares pela melhoria da aprendizagem e assiduidade

As limitações da gestão pública frequentemente impedem a implantação de uma política de valorização efetiva dos professores e gestores escolares que promovem a melhoria da aprendizagem de seus alunos.

É necessário, portanto, transformar essa realidade e estabelecer mecanismos que reconheçam o papel dos educadores na melhoria da qualidade do ensino, premiando os profissionais da educação básica que se destaquem, incentivando o esforço individual.

PROPOSTAS

- Garantir uma estrutura de carreira aos professores que valorize e recompense os resultados no aprendizado dos alunos e o tempo dedicado à sala de aula.
- Implementar um sistema eficiente e transparente de registro de presença.
- Implementar programas contínuos de desenvolvimento profissional e formação continuada para gestores e professores.
- Revisar o plano de carreira dos profissionais da área de educação.
- Definir junto à comunidade escolar (professores, gestores escolares, funcionários e representantes de APMs) os critérios para o processo de eleição para escolha dos Diretores e Adjuntos das Escolas Municipais.
- Fortalecer a APM - Associação de Pais e Mestres.
- Desenvolver e implantar programa de treinamento do corpo docente para identificação de alunos com potencial diferenciado de aprendizagem.
- Criar a Escola para educação permanente dos professores, gestores escolares, funcionários.

4) Otimizar a gestão e recursos educacionais por meio de parcerias, autonomia financeira e desenvolvimento profissional

Frequentemente, as escolas lidam com limitações na infraestrutura, falta de material didático adequado e deficiências na formação e desenvolvimento profissional de seus educadores.

Esses obstáculos gerenciais comprometem a qualidade do ensino oferecido aos estudantes.

Para enfrentar as deficiências de infraestrutura, uma solução é a delegação da construção, reforma, manutenção, ampliação e operação dos edifícios escolares para a iniciativa privada por meio de parceria público-privada.

Nesse arranjo, os professores e a supervisão educacional seguem sendo de atribuição da secretaria de educação.

A gestão patrimonial do imóvel, todavia, é transferida à iniciativa privada, garantindo a qualidade das escolas.

Outra solução é a aquisição de bolsas de estudos em instituições de ensino comunitárias, confessionais ou filantrópicas, por meio de convênios.

Também é importante que a Prefeitura cumpra todos os requisitos para pleitear recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Programa de Ações Articuladas (PAR) da União e dispute os recursos do VAAR do FUNDEB e do ICMS Educacional nos estados que já tenham implementado.

Por fim, com relação à gestão de pessoas na secretaria de educação, tão importante quanto a formação continuada dos professores é a capacitação dos planejadores e gestores públicos que cuidam do sistema de educação municipal.

PROPOSTAS

- Avaliar a viabilidade de estabelecer parcerias público-privadas para a construção e manutenção dos imóveis das escolas, com o objetivo de fornecer a estrutura necessária à melhoria da aprendizagem no município.

- Prever orçamento anual para prover a Infraestrutura e a manutenção permanente das escolas municipais.
- Estabelecer equipe permanente para manutenções emergenciais das escolas.
- Realizar estudos para a promoção de reforma das dependências das escolas, adaptando-as com banheiros, dependências e vias de acesso e internas adequadas a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Ativar parcerias com governo estadual e municípios próximos para compartilhar recursos, estratégias e experiências.
- Implementar autonomia financeira nas escolas para despesas com manutenção, segurança e aquisição de equipamentos e materiais de menor valor, buscando agilidade e otimização dos recursos.
- Implementar programa de desenvolvimento profissional para servidores da Secretaria de Educação, incluindo formação em gestão de políticas públicas e ferramentas administrativas.
- Implementar sistema de alerta e acompanhamento para garantir que o município se inscreva e cumpra os prazos dos programas federais e estaduais de financiamento da educação, maximizando a captação de recursos.
- Implementar programas de profissionalização da Gestão Escolar nas Escolas Públicas.

5) Oferecer diagnósticos precisos e de qualidade aos estudantes visando aprimorar a educação inclusiva na rede pública de ensino

O diagnóstico preciso e precoce de quaisquer condições que afetem a aprendizagem é crucial para assegurar o desenvolvimento cognitivo adequado dentro de um contexto de educação inclusiva. Identificar necessidades de suporte e adaptações no momento certo é fundamental para definir a trajetória escolar do estudante.

Cada situação requer uma solução específica, frequentemente única, necessitando de atenção e cuidado especializados.

Portanto, é essencial combater a falta de diagnósticos precisos e a escassez de recursos especializados para apoiar efetivamente a educação inclusiva.

PROPOSTAS

- Estabelecer parcerias com universidades públicas e privadas para realizar testes e diagnósticos em crianças da rede pública, tendo em mente resultados fidedignos.
- Permitir que pais e responsáveis contratem assistentes terapêuticos para apoiar a educação inclusiva, auxiliando no desenvolvimento educacional de estudantes em um ambiente que atenda às suas necessidades específicas.
- Desenvolver um protocolo de encaminhamento multidisciplinar para conectar crianças com necessidades especiais da rede pública de ensino a serviços especializados de educação, saúde e assistência social.
- Criar o Observatório Municipal da Educação.

6) Fortalecer e ampliar a disponibilidade de vagas em cursos de educação profissional para os jovens e adultos

PROPOSTAS

- Tornar a educação profissional mais atrativa para os jovens e mais conectada com a realidade e com as práticas do mercado de trabalho do século 21.
- Atuar para incentivar ao máximo a educação profissionalizante das escolas do Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR, SESI, SEBRAE, SESCOOP, SEST, SENAT...), além do setor privado.
- Realizar workshops para aproximar as empresas e empresários demandantes de mão de obra qualificada, dos ofertantes da Educação Profissional, visando a aceleração da capacitação da mão de obra local.
- Revisar a grade curricular do município, incluindo a educação para o planejamento, participação, protagonismo, economia, empreendedorismo e sustentabilidade. (AG 21)
- Oferecer informações sobre as áreas de trabalho de hoje e do futuro e as tendências das profissões para os estudantes dos anos finais da educação básica (sexto ao nono ano).
- Incentivar e fomentar as feiras de iniciação científica.
- Promover o intercâmbio dos jovens com o mercado de trabalho: visitas a indústrias, construções, comércio, logística etc., estimulando os estudantes para a identificação de suas vocações.
- Fazer convênio com o governo do estado afim de promover o intercâmbio dos jovens em outros países.

7) Universalizar na rede de educação municipal a inclusão digital

PROPOSTAS

- Efetivar os programas e projetos de inclusão digital existentes a fim de que atendam um maior número de estudantes e pessoas na cidade. (AG 21)
- Estabelecer um calendário de ações de formação continuada aos professores e de compartilhamento de experiências de inclusão digital exitosas.
- Aumentar o número de escolas com salas "*Place Makers – Laboratórios digitais do Governo Federal*".
- Revisar a infraestrutura de internet de alta velocidade e ferramentas tecnológicas atuais nas escolas, com vistas a disponibilizar o acesso em todas as regiões do município.
- Promover programas de desafios intraescolares, através de concursos, exposições, incentivando a criatividade e a busca de soluções práticas para o cotidiano.

4

SECRETARIA DE CULTURA



A cultura também é fundamental para a felicidade e bem-estar da população, proporcionando momentos de reflexão profunda ou permitindo manifestações do sentimento coletivo, que aprimoram o pertencimento e a coesão social.

A cultura ocupa um papel tão fundamental na vida social que, segundo o Observatório Itaú Cultural, o setor cultural foi responsável pela geração de 7,4 milhões de empregos formais e informais no quarto trimestre de 2022, o que representa 7% do total de trabalhadores do país. Além disso, trabalho da Universidade de Amsterdam, publicado no periódico “Frontiers in Neuroscience”, revelou que aulas de música na infância melhoram significativamente habilidades cognitivas em crianças, exercendo influência positiva sobre o desempenho acadêmico futuro.

Essas habilidades incluem raciocínio linguístico, memória de longo prazo, planejamento e redução da timidez. A pesquisa também mostrou que aulas de arte visual aprimoram a memória visual e espacial.

ORGANOGRAMA SECULT

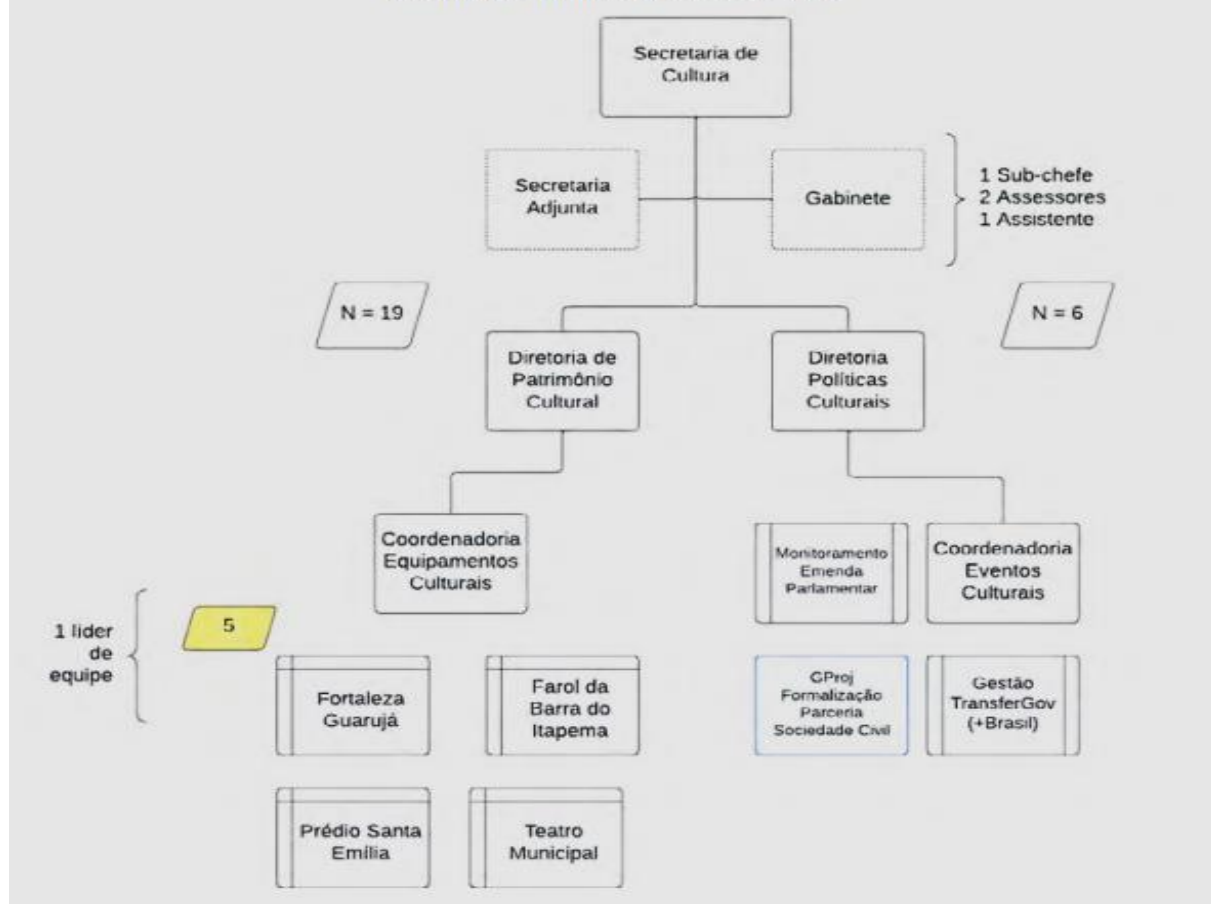
A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Cultura de Guarujá foi instituída através do Decreto Nº 16041 de 05 de abril de 2024, sendo composta por:

Secretário + I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete; III – Diretor; IV – Coordenador; V – Assistente; VI – Assessor; VII – Chefe de Equipamento; VIII – Gestor de Projeto; IX – Líder de Equipe.

ANEXO I QUADRO DE GESTÃO Anexo I – A Quantitativo e Natureza

Nomenclatura	Qttv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor	2	CC
Coordenador	2	FC
Líder de Equipe	1	FC
Gestor de Projeto	1	CC
Chefe de Equipamento	2	FC
Total	13	

ANEXO II ORGANOGRAMA DA SECRETARIA



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

A cultura guarda relação direta com a construção do saber, da moral, dos comportamentos sociais. Está associada à geração do conhecimento e exercício do pensar, valores essenciais para o desenvolvimento, a capacidade de relacionar-se com o outro, propiciando um ambiente de equilíbrio social.

“Criar e selecionar valores é a função da cultura, da qual faz parte a filosofia política. A cultura, se não tem iniciativa própria, independente do mercado e do Estado, não é cultura de maneira alguma: é apenas propaganda. Fazer abstração dos princípios e valores, deixando-os por conta do mercado, é o mesmo que entregá-los à mercê do Estado, que não tem a menor dificuldade de tornar-se, quando quer, o maior comprador e vendedor de tudo”. Olavo de Carvalho (Filósofo)

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Ampliar os espaços de acesso a Cultura nas escolas do município
- Fortalecer e ampliar parcerias com a iniciativa privada para disseminação da cultura
- Fomentar a realização de festivais culturais no município
- Preservar os equipamentos do Patrimônio Histórico, Turístico, Cultural e Arquitetônico do Município.

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Aumentar o acesso à cultura com eficiência de gastos, reduzindo a dependência da prefeitura

Atualmente, muitas cidades enfrentam o desafio de promover o acesso à cultura enquanto lidam com restrições orçamentárias e a necessidade de independência das influências políticas e ideológicas.

O objetivo central a ser perseguido pela prefeitura no setor deve ser aumentar o acesso da população à cultura de forma eficiente, minimizando a dependência financeira do poder público.

Esta missão é importante para enriquecer a vida comunitária e estimular o desenvolvimento econômico local a partir de setores criativos como as artes, o design e o entretenimento.

PROPOSTAS

- Incentivar a criação de espaço dedicado à exposição permanente da cultura caiçara, nordestina, como forma de reavivamento dos costumes, festas, culinária, relações comunitárias, pesca artesanal e demais características dessas culturas. AG 21
- Incentivar a criação de associações culturais formais, com capacidade de atrair patrocínios e outras verbas privadas.
- Capacitar empreendedores do setor cultural, visando desenvolver habilidades de gestão e inovação.
- Administrar os programas e bens culturais de maneira transparente e com participação ativa dos cidadãos, buscando eliminar as influências políticas.
- Atrair empresas e associações que trabalham com criatividade e inovação, como artes, design e entretenimento, para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos no setor.
- Tornar os projetos e coleções culturais acessíveis online, facilitando o acesso público e promovendo a cultura digital.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos culturais.
- Incentivar parcerias público-privadas para projetos de conservação e restauração de patrimônios culturais materiais, como monumentos históricos, edificações e locais de significância cultural, permitindo a exploração deles como museus ou locais de eventos e acompanhado de iniciativas educativas para engajar a comunidade na preservação desses espaços.
- Documentar e celebrar o patrimônio imaterial, como tradições, línguas, festas e artesanatos locais, através de eventos culturais, preferencialmente por meio de parcerias com o terceiro setor e com o setor privado, para manter viva a herança cultural intangível da comunidade.
- Implementar um processo de revisão periódica dos tombamentos existentes para garantir que atendam aos critérios atuais de valor histórico, cultural e arquitetônico.
- Estabelecer um processo transparente e baseado em critérios claros para eventuais novos tombamentos, garantindo a devida indenização a proprietários e evitando influências políticas e critérios desarrazoados.

- Promover programas educacionais para aumentar a conscientização pública sobre a importância do patrimônio histórico e cultural a partir de visitas guiadas, exposições e material educativo.

2) Fortalecer e ampliar as iniciativas culturais do município

- Mapear as iniciativas culturais do Município, para alinhamento ao Plano Municipal de Cultura.
- Realizar e divulgar calendário anual dos Eventos Culturais do Município, festivais, privilegiando os artistas locais.
- Mapear áreas adequadas para implantação de ruas de lazer/espços comunitários (nos bairros e áreas centrais) com programas adequados ao interesse da população local (cultura, arte e esporte). AG 21
- Incentivar a criação de espaço dedicado à exposição permanente da cultura caiçara, nordestina, como forma de reavivamento dos costumes, festas, culinária, relações comunitárias, pesca artesanal e demais características dessas culturas. AG 21

5

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER



A prática de esportes comprovadamente contribui para a felicidade.

Estudo realizado pela Ticket Sports, maior plataforma de vendas de inscrições para eventos esportivos da América Latina, mostrou que a maior parte dos atletas amadores se considera feliz sempre ou a maior parte do tempo.

O mesmo estudo apontou que eventos esportivos são momentos inesquecíveis e de grande realização pessoal, em especial pelo fator de superação.

O esporte também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento na infância: artigo publicado no “International Journal of Environmental Research and Public Health” em 2018 descobriu que esportes e atividades físicas melhoram a atenção, pensamento, aprendizado e memória nos primeiros anos de vida, além de influenciar positivamente as emoções e funções cerebrais das crianças. Apesar dos benefícios trazidos pela prática esportiva, entretanto, relatório do Serviço Social da Indústria (Sesi) desenvolvido em 2023 revela um panorama preocupante, pois 52% dos brasileiros praticam pouca ou nenhuma atividade física, e a incidência de problemas de saúde é quase o dobro entre os indivíduos sedentários.

Apesar da relevância dessas áreas, contudo, os equipamentos esportivos e culturais costumam ser subutilizados, muito por conta do mau estado de conservação provocado pelas restrições fiscais dos municípios e pela ausência de políticas integradas com outras áreas, como a educação.

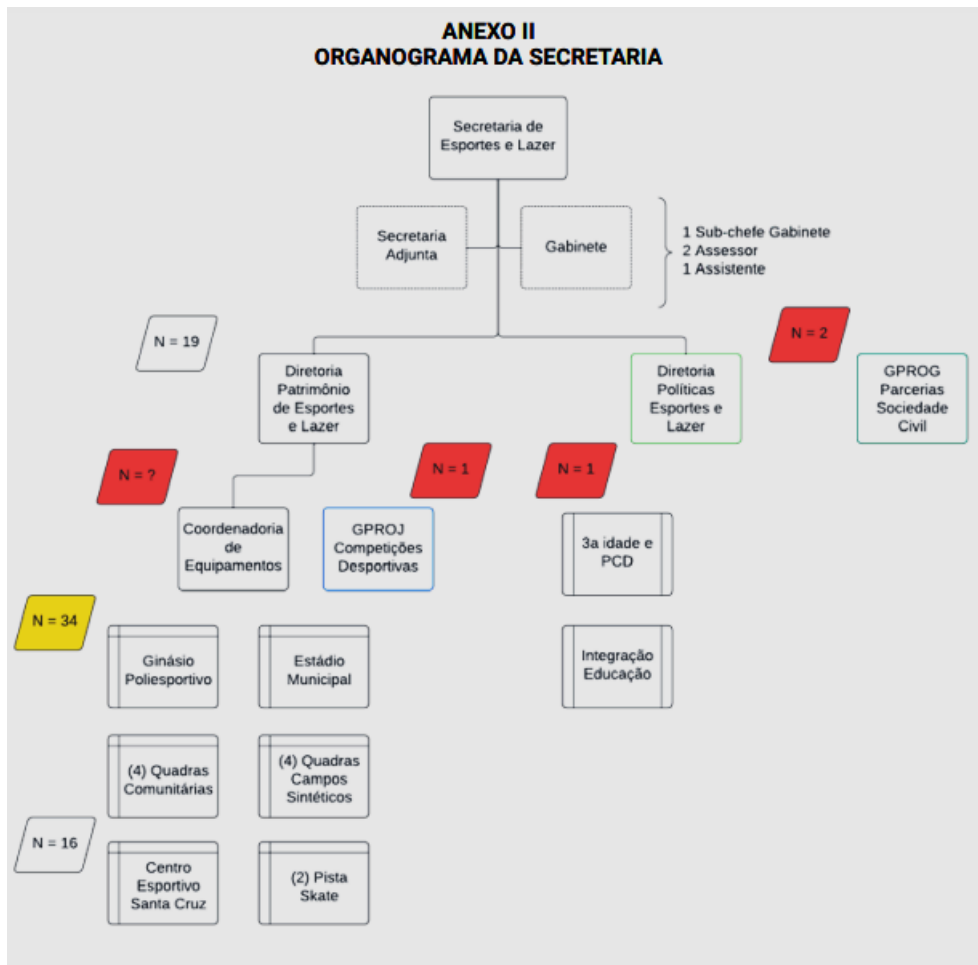
ORGANOGRAMA DA SEDEL

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer foi instituída através do Decreto N° 16.035.

O Quadro de Gestão é composto por:

I – Secretário Adjunto (1); II – Subchefe de Gabinete (1); III – Diretor (2); IV – Coordenador (1); V – Assistente (1); VI – Assessor (2); VII – Chefe de Equipamento (2); VIII – Gestor de Programa (1); XI – Gestor de Projeto (1); X – Líder de Equipe (1).

ANEXO II ORGANOGRAMA DA SECRETARIA



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

O esporte e lazer são práticas fundamentais para a busca da qualidade de vida e manutenção do equilíbrio físico, mental e emocional do ser humano. O esporte e lazer proporcional entre outros benefícios a melhora do bom humor, aumento da concentração, redução do estresse e da depressão, da qualidade do sono, mantem o peso equilibrado, melhora a confiança, estimula a proatividade e disposição, melhora o desempenho escolar.

Portanto, investir nas práticas de esporte e lazer é um objetivo que devemos dar prioridade em nossa gestão.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Ampliar o acesso às práticas esportivas no município
- Incentivar a realização de festivais e campeonatos esportivos
- Ampliar a disponibilidade de equipamentos para práticas de esportes no município
- Dar visibilidade aos atletas de destaque do município

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Aumentar o acesso ao esporte de lazer e competitivo com eficiência de gastos, reduzindo a dependência da prefeitura

Em muitos municípios, o acesso ao esporte, tanto em nível de lazer quanto competitivo, enfrenta obstáculos em termos de financiamento e infraestrutura adequada.

A dependência excessiva dos recursos da prefeitura para manter e desenvolver espaços esportivos e programas muitas vezes limita a expansão e a diversificação das atividades esportivas disponíveis.

Esse cenário restringe não apenas as oportunidades para atletas em ascensão e entusiastas do esporte, mas também limita o potencial de benefícios sociais e de saúde que o esporte pode oferecer à comunidade.

Para enfrentar esses desafios, é importante aumentar o acesso ao esporte de lazer e competitivo, otimizando a eficiência dos gastos e reduzindo a dependência dos recursos municipais, visando até mesmo à redução dos gastos públicos com saúde no médio e longo prazo.

PROPOSTAS

- Incentivar a criação de associações esportivas formais e clubes esportivos, bem como capacitar empreendedores do setor esportivo na comunidade, procurando desenvolver habilidades de gestão e inovação e atrair patrocínios.
- Conceder os equipamentos esportivos públicos ou a sua construção e operação para a iniciativa privada e elaborar outras parcerias para melhorar e ampliar os espaços públicos dedicados à prática de esportes.
- **Atrair eventos esportivos para a cidade.** (Ex.: Estimular campeonatos de Golfe; surfe; beach Tennis; vôlei de praia; futebol de areia e outros)
- Criar o circuito ciclístico do Dragão: da “Cabeça do Dragão até o Final da Estrada Turística da APA da Serra do Guararu”.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos esportivos na cidade.
- Promover a abertura das escolas aos finais de semana e feriados para que a comunidade organize atividades esportivas, incentivando a prática de exercícios e o bem-estar entre os moradores, se possível, em parceria com entidades do terceiro setor.

2) Transformar Guarujá num “Celeiro” de Atletas

PROPOSTAS

- Efetuar estudos para implantar a “Galeria dos Campeões”, com exposição permanente dos atletas medalhistas nacionais e internacionais de Guarujá.
- Realizar estudos para transformar o Estádio Municipal do Municipal de Guarujá no Centro de Referência do Desenvolvimento de Esportes.
- Mapear as iniciativas esportivas do Município, para alinhamento ao desenvolvimento de atividades esportivas no Centro Esportivo de Guarujá.
- Instituir o calendário municipal esportivo de jogos escolares.

- Investir em infraestrutura para o aproveitamento das vantagens naturais de Guarujá na promoção da recreação e do esporte ao ar livre (praias, mar, ventos, morros, trilhas etc.)
- Mapear anualmente os atletas amadores com melhor desempenho no município com potencial de representação (bolsa atleta).
- Fortalecer parcerias para o apoio financeiro na formação e profissionalização dos atletas do Município, bem como a promoção de campeonatos na cidade. AG 21

6

SECRETARIA DE OPERAÇÕES URBANAS



A estrutura adequada da Secretaria de Operações Urbanas é um divisor para a gestão sustentável e eficaz das Cidades. As Operações Urbanas são previstas e consolidadas pela Estatuto das Cidades, sendo instrumentos necessários para integrar ações de recuperação de áreas, favorecendo a dinâmica das mudanças com a intensificação do uso do solo. É necessário prever recursos adequados para atender as demandas previstas nos Planos Diretores e nas respectivas leis municipais.

Os problemas presentes nas cidades, especialmente os relacionados a desorganização, deterioração, estagnação econômica, insegurança, são fatores relevantes que influenciam no planejamento das operações urbanas.

As Operações Urbanas Consorciadas OUC´s são alternativas viáveis, para otimizar a prestação de serviços aos cidadãos e a manutenção da qualidade.

A escassez dos recursos financeiros requer criatividade dos gestores públicos para enfrentar o desafio das intervenções urbanas.

Neste contexto, o planejamento urbano sempre será o ponto central das discussões sobre as prioridades das OU´s. sendo relevante antecipar os problemas para sua resolução. As cidades precisam ser inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE OPERAÇÕES URBANAS

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Operações Urbanas da PMG foi instituída através do Decreto Nº 16.054 de 05 de abril de 2024.

I – Diretoria de Zeladoria Urbana, composta por:

- a) Coordenadoria de Vias e Limpeza Urbana;
- b) Coordenadoria de Regionais.

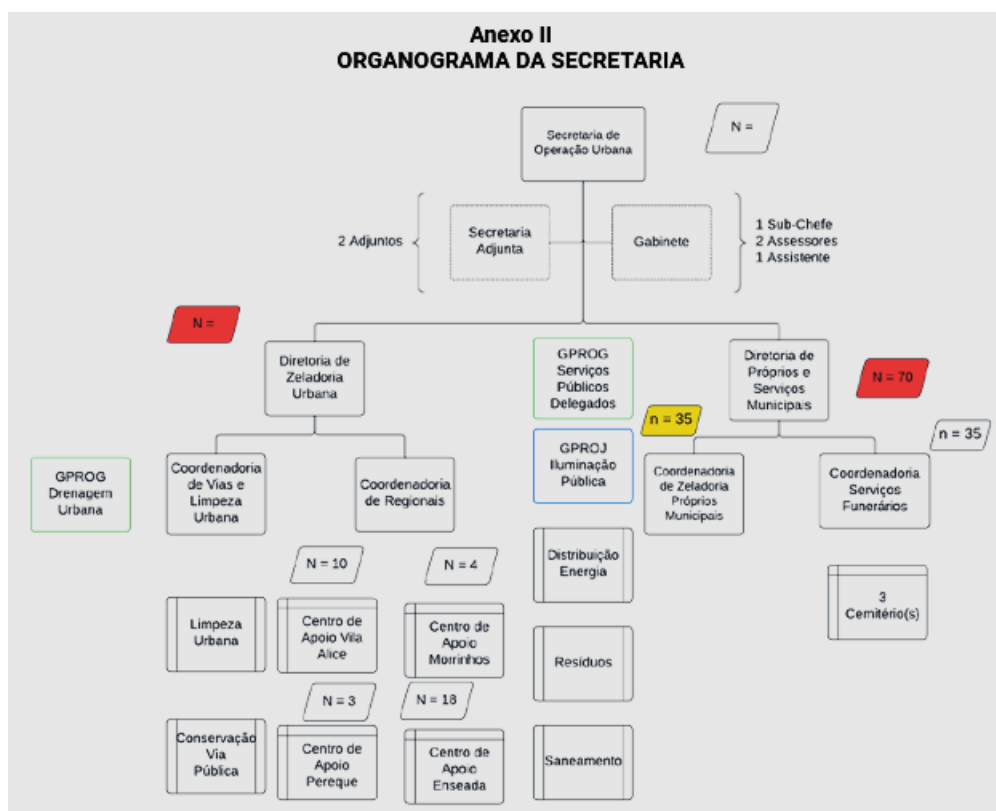
II – Diretoria de Próprios e Serviços Municipais, composta por:

- a) Coordenadoria de Serviços Funerários;
- b) Coordenadoria de Zeladoria e Próprios Municipais.

Quadro da Gestão: Secretário + I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete; III – Diretoria; IV – Coordenador; V – Assistente; VI – Assessor; VI – Gestor de Programa; VII – Gestor de Projeto; VIII – Chefe de Equipamento; IX – Líder de Equipe.

**Anexo I
 QUADRO DE GESTÃO
 Anexo I – A
 Quantitativo e Natureza**

Nomenclatura	Qtv	Natureza
Secretário Adjunto	2	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor	2	CC
Coordenador	4	FC
Líder de Equipe	2	FC
Gestor de Programa	2	CC
Gestor de Projeto	1	CC
Chefe de Equipamento	7	FC
Total	24	



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

A partir de um mapeamento, planejamento adequado e abrangente das áreas urbanas do nosso município, poderemos atuar para transformar os espaços em ambientes mais habitáveis, sustentáveis e resilientes, de forma que os cidadãos possam se conectar com a estrutura e os serviços disponíveis. As cidades devem ser funcionais para as pessoas.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Manter a zeladoria do Município em condições adequadas
- Regularizar as obras inacabadas e/ou atuar junto aos órgãos adequados para efetuar a demolição

- Regularizar e/ou demolir as construções inacabadas e abandonadas, considerando os fatores de segurança

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

- Orientar as ações das operações urbanas de acordo com as prioridades que visem a manutenção da qualidade de vida – saúde e bem-estar do cidadão
- Priorizar ações de zeladoria para prevenção de enchentes e alagamentos

PROPOSTAS

- Efetuar levantamento do efetivo de colaboradores e equipamentos disponíveis da área de operações urbanas para ajustes do planejamento da atuação desta secretaria.
- Priorizar cronograma para mutirão de limpeza e desobstrução de calhas de águas pluviais, visando a melhoria imediata da drenagem no município.
- Realizar melhorias nas vias, calçadas e praças, considerando o conceito de “Acupuntura Urbana”, promovendo a revitalização destes locais.
- Estabelecer calendário anual de limpeza e desobstrução de canais de águas fluviais, considerando as áreas com potencial de alagamento.
- Efetuar revisão do contrato da prestadora de serviços de zeladoria do município.
- Atuar para manter a zeladoria do Município em condições adequadas.
- Agir para regularizar as obras públicas inacabadas e/ou atuar junto aos órgãos adequados para efetuar a demolição. (Ex.: Estrutura de calçada inacabada no início da Praia da Enseada – junto ao Morro da Campina; Píer da Praia do Perequê).
- Atuar junto à iniciativa privada nos casos de construções inacabadas e abandonadas para regularização e/ou demolição.

7

SECRETARIA DE HABITAÇÃO



Diversas cidades brasileiras convivem com graves déficits habitacionais, o que significa que parte da população reside em moradias precárias, sem estrutura mínima, em edificações irregulares ou mesmo muito distante dos centros urbanos.

Em parte, a causa disso são as regras que limitam as possibilidades de construção nas áreas centrais das cidades, gerando uma escassez artificial de moradia.

Tais limitações decorrem de um planejamento urbano centralizado, capitaneado pela Prefeitura e que nem sempre está alinhado àquilo que os indivíduos precisam.

Outro problema que deve ser enfrentado é a burocracia exagerada para as aprovações necessárias dos projetos de construção civil.

Um estudo realizado pela consultoria Deloitte em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) analisou os impactos da burocracia e atrasos nos projetos de construção civil no Brasil.

De 2023 a 2025, o setor de construção terá perdido cerca de R\$59,1 bilhões devido ao tempo adicional que os projetos levam para serem concluídos em decorrência desses entraves.

Isso representa 8% do total de investimentos previstos para o período no setor imobiliário e de infraestrutura.

Ainda, o estudo mostra que os atrasos podem aumentar os custos das construções em até 12%, impactando no preço final das propriedades para os consumidores.

Ademais, 60% dos imóveis brasileiros estão irregulares e metade dos imóveis não têm escritura. Sem essa documentação, as pessoas ficam sujeitas à insegurança habitacional e sem endereço formal, o que dificulta ou impede o acesso a diversos direitos e serviços.

Outro problema comum é o abandono de áreas urbanas, gerando decadência e, com isso, bolsões de pobreza e criminalidade nas cidades.

Similar a isso, temos o problema de regiões de grande potencial econômico, turístico ou de lazer, que são subutilizadas por falta de visão estratégica do poder público municipal e pela proibição de que os moradores e empresas instalados no local possam explorar esses espaços.

ORGANOGRAMA DA SEHAB

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Habitação da PMG foi instituída através do Decreto Nº 16.053 de 05 de abril de 2024, sendo composta por:

I – Diretoria de Regularização Fundiária:

- a) Unidade de Regularização Fundiária e Áreas Sociais;
- b) Unidade de Regularização Fundiária e Loteamentos Irregulares.

II – Diretoria de Políticas e Gestão Habitacional:

- a) Coordenadoria de Projetos Sócio Habitacionais;
- b) Coordenadoria de Gestão de Projetos Habitacionais.

Quadro da Gestão: Secretário + I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete III – Diretor; IV – Coordenador; V – Assistente; VI – Assessor; VII – Gestor de Programa; VIII – Gestor de Projeto.

**Anexo I
QUADRO DE GESTÃO
Anexo I – A
Quantitativo e Natureza**

Nomenclatura	Qttv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor	2	CC
Coordenador	2	FC
Chefe de Unidade	2	FC
Gestor de Programa	1	CC
Gestor de Projeto	2	CC
Total	14	

**Anexo II
ORGANOGRAMA DA SECRETARIA**



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

São competências legais dos municípios planejar e gerenciar o desenvolvimento das cidades, o que envolve definir o zoneamento urbano e organizar o crescimento das cidades, para que ele ocorra de forma ordenada, assegurando o funcionamento de serviços como transporte, saúde, educação e saneamento básico.

Também é de competência municipal a política de habitação, focada em promover o acesso à moradia e criar ambientes urbanos mais inclusivos.

Esse poder de planejamento é muitas vezes contraproducente, uma vez que o excesso de regras e o dirigismo estatal acabam criando inúmeros obstáculos ao desenvolvimento do município.

Nossas propostas vão na direção contrária, permitindo maior liberdade para que a própria cidade, por meio de seus moradores e empreendedores, defina a melhor forma de se organizar. Para combater o desafio da insegurança habitacional presente no país, é essencial restaurar o direito de propriedade privada na cidade.

Isso começa pela regularização de terras, o que tenderá a beneficiar mais as camadas mais pobres ao lhes dar propriedade formalizada, que pode ser comercializada livremente e por um valor mais alto que o da terra irregular.

Além disso, o imóvel regular serve de lastro para crédito, o que lhe confere liquidez e segurança jurídica para transações a prazo.

Após isso, várias outras medidas precisam ser implementadas, como a redução das limitações do uso do solo, a revisão dos zoneamentos urbanos, mitigando restrições e ampliando a liberdade para empreender e incorporar edificações aos terrenos, e a simplificação da obtenção de autorizações para a realização de medidas necessárias à revitalização das áreas centrais das cidades.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Reduzir o déficit imobiliário da cidade
- Reduzir o percentual de imóveis irregulares
- Aumentar a densidade habitacional nos bairros residenciais centrais
- Reduzir o tempo médio para a autorização de obras e aprovação de projetos

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Regularizar as propriedades do município, garantindo o direito de propriedade a todo cidadão

A ausência de título de propriedade deixa as pessoas que habitam os imóveis irregulares na insegurança habitacional, podendo ser despejadas a qualquer momento.

Outra consequência é a falta de investimentos em infraestrutura e equipamentos públicos na região e a construção de residências precárias, prendendo essas populações ao ciclo da pobreza. Regularizar essas terras é integrar populações marginalizadas à economia formal, facilitar a geração de riqueza e combater o crime.

PROPOSTAS

- Implementar um programa de regularização fundiária, com custos reduzidos para famílias de baixa renda, autorizando a comercialização de imóveis (terrenos e construções) mesmo que a construção não possua Habite-se, promovendo o desenvolvimento econômico e combatendo o crime ao levar instituições e regularização para territórios marginalizados.
- Digitalizar e integrar os dados cartográficos da cidade, utilizando georreferenciamento para uma melhor gestão do território.
- Utilizar sistema de monitoramento digital para mapear as ocupações irregulares, possibilitando a imediata atuação da força tarefa.
- Fomentar a contrapartida de possíveis arrendadores de áreas ocupadas por atividade portuária, para serem investidas em políticas e projetos de reassentamentos habitacionais de baixa renda.
- Estabelecer medidas eficazes constantes para o congelamento das ocupações irregulares. AG 21.
- Elaborar de um Plano amplo de Regularização Fundiária Municipal, estabelecendo prioridades de acordo com os índices de riscos ambientais, a saúde, educação, saneamento etc.
- Atuar junto ao Governo do Estado de SP. para resgatar e dar continuidade ao Programa “Litoral Sustentável”.
- Incentivar a implantação nos programas de moradia popular existentes e em novos programas, os conceitos de construções sustentáveis. Ex. Captação de água da chuva, energia solar, áreas de lazer, esporte, área permeável etc. AG 21
- Efetuar avaliação junto ao Plano Diretor vigente quanto a classificação específica para as áreas de risco (deslizamentos e palafitas) compatibilizada com o Mapa de Riscos já existente no município.
- Efetuar chamada para que os proprietários de imóveis em situação irregular possam aderir para a regularização de forma voluntária, avaliando a possibilidade de apoio técnico institucional do município.
- Atualizar o cadastro imobiliário do município.

2) Desburocratizar as regras de construção civil, reduzindo custos e ampliando as obras e investimentos no município

Exigências desnecessárias e processos burocráticos excessivos ou lentos para obtenção de autorizações para construir encarecem os imóveis regulares e em regiões centrais das cidades. Com o aumento dos preços, as populações residentes nos locais se veem obrigadas a se mudar para imóveis irregulares ou mais distantes dos centros urbanos caso não consigam mais arcar com os valores necessários para morar com qualidade.

Além disso, as limitações para construção impedem o melhor aproveitamento do solo, de modo que as cidades tendem a se espalhar, criando problemas de mobilidade e até a exclusão de populações mais pobres.

A solução passa pela promoção do adensamento urbano racional, o aumento da concentração de habitantes em determinadas áreas das cidades, promovido por meio da liberdade do uso da

propriedade privada, e de um processo de desenvolvimento urbano que atenda às necessidades das pessoas.

PROPOSTAS

- Reduzir ou eliminar as exigências para as áreas internas das edificações permitindo o barateamento dos custos de construção e o uso de formas padrão nos diversos empreendimentos.
- Reduzir a complexidade dos códigos de posturas, construção e urbanismo e automatizar os processos de aprovação de projetos.
- Revisar a Lei de Uso e Ocupação do Solo, realizando estudos com o objetivo de promover um melhor desenvolvimento da cidade e distribuição de residências e empresas.
- Revisar o Código de Obras e Posturas para alinhamento com o Plano Diretor vigente.
- Revisar os valores da "carta genérica", valor do IPTU, considerando o alto fator de inadimplência.

3) Promover programas de moradia popular, buscando reduzir ou eliminar o déficit habitacional

Além de facilitar a construção em geral, o que no longo prazo contribui para solucionar o déficit habitacional, existe a demanda atual de uma política de moradia popular.

As restrições e os custos para construção nas áreas centrais das cidades têm resultado na implantação de programas de habitação social em áreas mais distantes dos centros urbanos e das infraestruturas essenciais.

Propõe-se, então, reorientar a política de moradia popular, ampliando o uso do aluguel social de imóveis em regiões mais centrais, que facilitem o deslocamento das populações vulneráveis ao trabalho, o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, e a vivência da cidade.

PROPOSTAS

- Promover políticas de construção de unidades habitacionais voltadas à população de baixa renda dentro dos centros urbanos, podendo fazer uso de isenções fiscais temporárias ou benefícios urbanísticos como aumento do potencial construtivo e o direito de transferir esse potencial para empreendimentos em outras regiões da cidade.
- Revisar os valores e critérios para o Aluguel Social, auxiliando as pessoas de baixa renda e populações vulneráveis a poderem locar imóveis de acordo com suas necessidades.
- Identificar as famílias que precisam de moradia e as diferentes tipologias de necessidades habitacionais, com vistas a construção de um Plano Municipal de Habitação para redução do seu déficit.
- Avaliar a contratação de projetos de melhorias habitacionais por meio da Lei Federal nº 11.888/2008 - de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS conforme critérios previstos em lei complementar a ser regulamentada pelo município.
- Estabelecer mecanismos de controle e transparência e avaliações periódicas das ações e programas financiados pelo Fundo Municipal destinado a moradias sociais.
- Implementar e regulamentar a verticalização de Empreendimentos para unidades de baixa renda, com a assistência a gestão do condomínio inicialmente compartilhada por 10 anos pelo Município, com áreas de lazer, social e serviços e comércio local.

- Avaliar a estrutura e dimensionamento do Setor Público responsável pela Regularização Fundiária. AG 21
- Efetuar mapeamento dos imóveis alugados pela municipalidade, os respectivos valores e seus proprietários, para uso de departamentos - secretarias da Prefeitura, com vistas a otimização dos usos.
- Avaliar a lista de imóveis disponíveis para leilão constantes da dívida ativa, destinando este valor ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, ou a utilização pelo poder público para instalação de órgãos da municipalidade.

4) Compartilhar a gestão, o desenvolvimento e a manutenção de espaços públicos com empresas ou associações privadas locais

Os moradores locais e negócios próximos a um espaço público são os maiores beneficiados por esses espaços.

Muitas vezes, eles possuem muito mais conhecimento local, agilidade e criatividade para a gestão de tais espaços do que a gestão centralizada da Prefeitura.

Por isso, precisamos criar políticas que permitam que esses moradores e comerciantes tenham a possibilidade de gerir e melhorar esses espaços, contribuindo para um desenvolvimento urbano mais inteligente, individualizado e com qualidade.

PROPOSTAS

- Expandir e implementar leis que permitam a adoção de espaços públicos, como praças e parques, por meio de financiamento coletivo, associações de bairro e atividades econômicas.
- Estabelecer Zonas de Melhoria de Negócios (Business Improvement Districts) onde comerciantes e proprietários possam colaborar para o desenvolvimento e manutenção de espaços públicos.

5) Revitalizar centros ou áreas degradadas e abandonadas e implementar intervenções urbanísticas para melhorar a segurança da cidade

Cidades de médio e grande porte frequentemente possuem áreas centrais abandonadas ou em vias de abandono pela população e comércio.

Imóveis degradados, ruas vazias e atração da criminalidade criam um processo de retroalimentação negativa, gerando a destruição do local e, com ele, o desperdício do solo e de seu potencial construtivo. Precisamos implementar políticas que reativem e reintegrem essas zonas, gerando moradia, empregos e segurança.

PROPOSTAS

- Propor legislação de retrofit ou requalificação de construções antigas, simplificando os processos de autorização para reformas e reabilitações de edifícios antigos ou degradados.
- Revitalizar centros urbanos por meio da facilitação do processo de demolição de edifícios e da construção de novas estruturas com maior área ou altura no mesmo terreno, em acordo com o Plano Diretor e a LUOS.
- Implementar ações de zeladoria, patrulhamento e projetos de revitalização urbanística, com a possibilidade de uso da Operação Urbana Consorciada.
- Estimular à resolução extrajudicial de conflitos imobiliários.

8

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA – OBRAS E SANEAMENTO



A implantação da infraestrutura necessária à prestação dos serviços públicos é um grande gargalo para o desenvolvimento do Brasil.

Quando avaliamos os entraves para o crescimento, costumeiramente aparecem como causas as rodovias saturadas, a limitação das ferrovias e hidrovias, a necessidade de ampliação de terminais intermodais, a baixa capacidade de geração de energia e a ineficiência dos portos.

Além dos entraves ao setor produtivo, os desafios da expansão da infraestrutura são um impeditivo para a população acessar direitos básicos como saneamento, que demanda altos investimentos para a instalação de tubulações, estações de tratamento de esgoto e aterros sanitários.

Além disso, é comum que a pasta de infraestrutura centralize a gestão e execução das edificações públicas, sendo o repositório de conhecimento de engenharia na Administração Pública.

As obras paradas ou incompletas são um problema crônico no Brasil e representam um grande desperdício de recursos públicos.

Hoje, no país, segundo os dados do TCU, são mais de 8,6 mil obras paralisadas somente em relação àquelas que usam recursos federais, o que representa 41% de todas as obras financiadas pela União, em projetos em que já foram investidos mais de R\$8 bilhões.

Os setores mais prejudicados são a educação, com 3.580 obras paralisadas, seguida por infraestrutura e mobilidade urbana, com 1.854 projetos parados, e saúde, com 318 obras não concluídas.

Esses atrasos ocorrem principalmente por falhas e mudanças de projeto, demora para obtenção de licenças, problemas de gestão e coordenação, falta de recursos ou atrasos no desembolso de fundos e outros fatores.

Especificamente quanto aos municípios, destaca-se a crítica realidade do saneamento básico no Brasil. Segundo levantamento do Trata Brasil, 44,2% da população não tem acesso à rede de esgoto, fatia que representa quase 100 milhões de brasileiros.

Cerca de 3,1% das crianças e adolescentes não possuem banheiro em casa. Registra-se que houve um progresso, ainda que tímido, na expansão da rede de esgoto nos últimos 30 anos, passando de 47,3% em 1989 para 60,3% em 2017.

Ocorre que apenas 51,2% da coleta de esgoto do país é tratada e somente 18 das 100 maiores cidades tratam mais de 80% dos esgotos.

Em 2020, o esgoto não tratado poderia encher 5,3 milhões de piscinas olímpicas.

Essa realidade também contribuiu para as 130 mil interações por doenças causadas pela ingestão ou contato com água contaminada em 2021.

ORGANOGRAMA DA SEINFRA

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras da PMG, instituída através do Decreto Nº 16.048 de 05 de abril de 2024.

I – Diretoria de Licenciamento Urbano, composta por:

a) Coordenadoria de Uso Residencial e Loteamento; b) Coordenadoria de Uso Comercial e Industrial; c) Unidade de Atendimento.

II – Diretoria de Cadastro Técnico Urbano, composta por: a) Coordenadoria de Atualização de Cadastro Técnico; b) Unidade de Apoio Administrativo; c) Unidade de Atendimento.

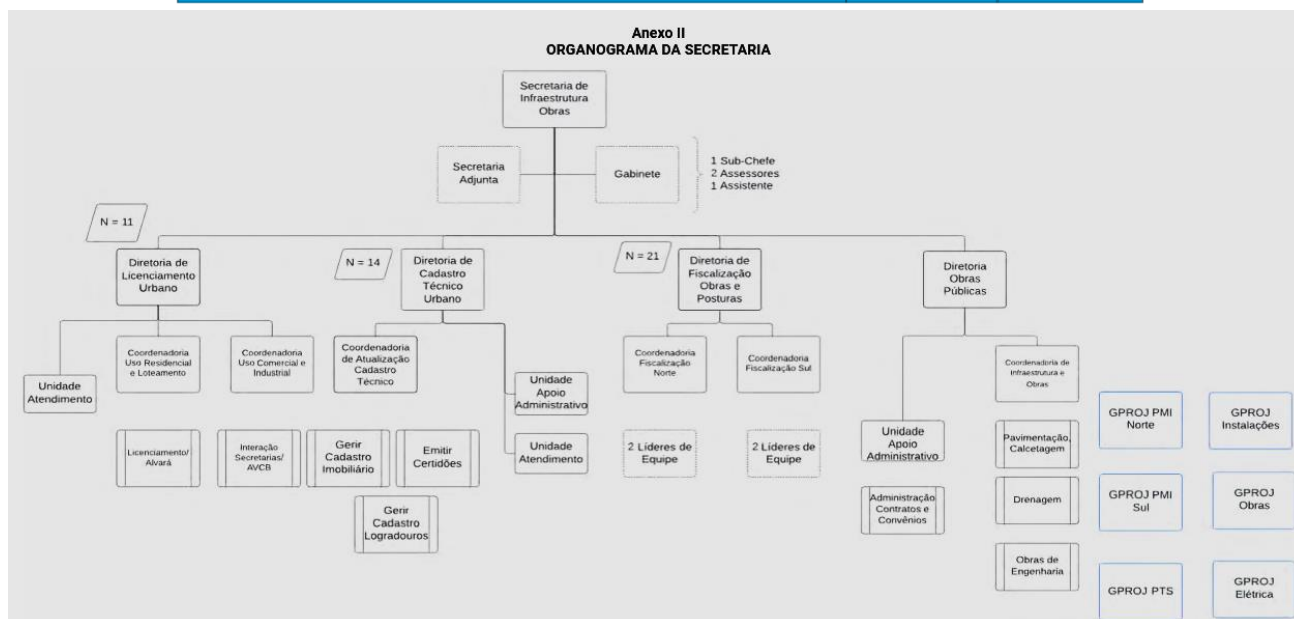
III – Diretoria de Obras Públicas, composta por: a) Coordenadoria de Infraestrutura e Obras; b) Unidade de Apoio Administrativo.

IV – Diretoria de Fiscalização de Obras e Posturas, composta por: a) Coordenadoria de Fiscalização Norte; b) Coordenadoria de Fiscalização Sul.

Composição da Gestão: Secretário + I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete; III – Diretor; IV – Coordenador; V – Chefe de Unidade; VI – Assistente; VII – Assessor; VIII – Gestor de Projeto; IX – Líder de Equipe.

**Anexo I
QUADRO DE GESTÃO
Anexo I – A
Quantitativo e Natureza**

Nomenclatura	Qttv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor	4	CC
Coordenador	6	FC
Chefe de Unidade	4	FC
Líder de Equipe	4	FC
Gestor de Projeto	6	CC
Total	29	



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

As cidades brasileiras são responsáveis pela construção e manutenção de vias públicas, oferta de serviços essenciais, como saneamento básico e iluminação pública, e pela promoção de políticas que incentivem o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população local.

Ainda, os municípios podem buscar parcerias com os governos estadual e federal, assim como com a iniciativa privada, para viabilizar investimentos em infraestrutura que atendam às necessidades da população.

Acontece que a maioria dos municípios brasileiros estão em restrição fiscal, de modo que não conseguem financiar a expansão da infraestrutura pública.

Considerando essa realidade, parcerias com o setor privado são essenciais, permitindo que as empresas invistam na instalação da infraestrutura, aliviando a pressão sobre os recursos públicos limitados.

Nesse sentido, houve um significativo aumento nos últimos anos de parcerias público-privadas voltadas à transformação das cidades em cidades inteligentes (smart cities) por meio da implantação de uma malha inteligente (smart grid), responsável inicialmente pela gestão do parque de iluminação pública municipal, mas que pode integrar soluções de tecnologia que otimizam a prestação de serviços como o transporte público coletivo, a segurança pública e o monitoramento da cidade. De todo modo, nenhum outro setor de infraestrutura foi tão impactado nos últimos anos quanto o saneamento básico.

Após a edição do Marco do Saneamento, houve um expressivo ingresso do setor privado provocado pela necessidade de licitação para a contratação dos prestadores de serviço.

Com isso, a prevalência das empresas estatais estaduais tem sido aos poucos substituída por parcerias público-privadas focadas na ampliação da infraestrutura e na melhoria dos serviços.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Aumentar o percentual de obras entregues no prazo inicial
- Ampliar a cobertura do abastecimento de água tratada
- Reduzir as perdas na distribuição de água
- Aumentar a cobertura da coleta e tratamento de esgoto

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Melhorar a capacidade técnica dos servidores e da gestão para elaboração e orçamento de projetos e captação de verbas privadas, estaduais e federais

A administração pública municipal, em especial em municípios pequenos e nas regiões mais afastadas das capitais e das cidades de médio porte, sofre com a falta de capacitação técnica do seu time de servidores.

Com isso, surgem as dificuldades de elaboração de projetos adequados às normas de engenharia e capazes de serem plenamente executados.

Outra dificuldade é a elaboração e a aprovação de orçamentos de obras, imprescindíveis para acessar fontes de financiamento, seja com organismos internacionais ou em programas da União.

Nesse sentido, melhorar a capacidade técnica e financeira do setor público por meio de consórcios intermunicipais e capacitar as equipes para buscar recursos de diferentes fontes são estratégias que podem impulsionar o crescimento econômico e social das regiões atendidas.

PROPOSTAS

- Criar ou expandir consórcios de cidades para a contratação de empresas de projeto, engenharia e outras relacionadas, otimizando custos e elevando o nível técnico dos projetos.
- Capacitar a gestão e equipes técnicas para captar recursos públicos por meio de convênios e editais com o estado, emendas parlamentares ou projetos em programas de investimento da União.

2) Implementar legislação e processos que contribuam para a entrega de obras dentro do orçamento e no prazo planejado

A recorrência de atrasos nas obras e aditivos contratuais com as empreiteiras para adicionar recursos aos orçamentos de obras públicas impacta negativamente o planejamento das cidades e o dia a dia da população.

Legislações e processos que criem mecanismos para facilitar a conclusão de obras dentro do prazo e dos custos previstos são importantes meios para promover o avanço da infraestrutura municipal e conter o desperdício de recursos públicos.

PROPOSTAS

- Aprovar legislação de Seguro de Obras, exigindo nas licitações que uma seguradora se comprometa contratualmente a finalizar a obra em caso de necessidade.
- Aprovar legislação de Dispute Boards, onde o contrato de uma obra também assinala um corpo de especialistas independentes que delibera sobre disputas que podem ocorrer nas obras, evitando a judicialização.
- Criar ou expandir consórcios com municípios da região para dividir custos na implementação e manutenção de infraestrutura mutuamente benéfica, como sistemas de detecção de tempestades, gestão de águas ou turismo.
- Revisar o código de obras do município, com vistas a inclusão da previsão de áreas adequadas para carregamento de carros elétricos na efetivação dos novos projetos de construção (residenciais, comerciais e/ou industriais).
- Realizar estudos para viabilidade de áreas com destinação e licenciamento para estacionamento de “carros voadores”.
- Inserir no Código de obras do município a perspectiva da utilização do conceito de “ACUPUNTURA URBANA”, estabelecido pelo arquiteto Jaime Lerner, na execução de obras públicas.

3) Melhorar a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços públicos municipais por meio de concessões e da municipalização de alguns ativos públicos

A disponibilidade de recursos costuma ser um dos principais entraves para a realização de investimentos na infraestrutura.

Os projetos são caros e a maioria dos municípios brasileiros está em um cenário de restrição fiscal, sendo boa parte, inclusive, financeiramente dependente do Fundo de Participação dos Municípios.

Uma possível solução é a municipalização de parte da infraestrutura estadual, recebendo recursos para que a Prefeitura operacionalize as intervenções de ampliação ou recuperação, passando, então, a ser responsável pela manutenção do ativo público.

A estruturação de projetos de parceria público-privada, delegando a captação de recursos financeiros, a construção e a operação de um serviço público a uma empresa, regulada por um contrato de concessão, pode ser uma possível solução para diversos serviços públicos municipais.

Assim como em outras áreas, também na infraestrutura é possível a delegação de serviços públicos à iniciativa privada, como em concessões para gestão de dados e reforma do parque de iluminação pública, possibilitando a conversão da cidade em uma cidade inteligente, conectando diversos serviços por meio da tecnologia, além de concessões do saneamento básico.

PROPOSTAS

- Efetuar diagnóstico para identificar e reurbanizar os principais eixos viários da cidade com melhorias do pavimento, iluminação, paisagismo, sinalização, passeio público e acessibilidade.
- Requalificar e ampliar os espaços públicos livres, implementar a criação de vias-parques e áreas verdes públicas, aplicando os conceitos da “Acupuntura Urbana” (Arquiteto Jaime Lerner). (Ex.: Av. Paulo Matarazzo, Jd. Virginia – Incluindo a criação de um parque linear;)
- Consolidar os centros comerciais urbanos e desenvolver novas centralidades de bairros com infraestrutura urbana adequada (Ex.: Requalificar e realocar o comércio de ambulantes de Vicente de Carvalho)
- Requalificar as áreas e edifícios de valor patrimonial, arquitetônico e histórico, consolidando centros turísticos, culturais e históricos.
- Renaturalizar canais de drenagem, criar bacias detentoras e recuperar as margens de córregos e rios.
- Recuperar a rede de microdrenagem urbana, reformar os canais (desassoreamento e revestimento), ampliando as áreas permeáveis e implementação de bacias detentoras e reservatórios de retenção.
- Avaliar o plano de drenagem de Guarujá, estabelecer cronograma de prioridades, dar continuidade às obras em andamento, viabilizar recursos financeiros para a sua execução.
- Efetuar estudos para eventual canalização das saídas de água pluviais dos edifícios nas áreas centrais e próximos das praias.
- Reformar os canais (desassoreamento e revestimento) e instalar comportas.
- Avaliar a viabilidade e a pertinência de instalar um centro de inteligência de dados no município por meio de concessão.
- Avaliar o contrato da prestação de serviços de iluminação, com vistas à viabilidade de modernização do parque de iluminação pública da cidade como primeiro passo para a implantação de uma cidade inteligente (smart city), integrando diversos serviços públicos com uma malha inteligente (smart grid), por meio de parceria público-privada.

- Ampliar a melhoria da iluminação pública nas ruas internas dos bairros e áreas centrais, incluindo as ciclovias e calçadas para pedestres.
- Qualificar a periferia, valorizar e estimular novas centralidades nas diversas regiões da cidade. (Ex.: Requalificar as Praças XIV BIS – Vicente de Carvalho; Praças do Bairro de Morrinhos; Praça da Saudade – Enseada; Área dos Restaurantes da Praia do Perequê; entre outras).
- Introduzir na favela valores urbanísticos da cidade formal, como ruas, praças, equipamentos urbanos, áreas livres e de lazer, infraestrutura e serviços públicos, proporcionando sua transformação em bairro da cidade.

4) Alcançar a meta de universalização dos serviços de água, coleta e tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos, conforme previsto no Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020)

De acordo com as metas de cobertura e qualidade dos serviços de saneamento básico previstas no Marco Legal do Saneamento Básico, existe uma necessidade urgente de priorizar os investimentos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, bem como a gestão adequada de resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.

Muitas regiões enfrentam dificuldades na prestação desses serviços, o que traz impactos diretos na qualidade de vida da população, na saúde pública e no meio ambiente.

Para cumprir as metas de universalização estipuladas pela legislação, é importante criar mecanismos de prestação regionalizada, como consórcios intermunicipais, planejamentos integrados das regiões e modelar projetos viáveis de parcerias público-privadas, visando atrair investimentos para a ampliação da infraestrutura de saneamento e alinhar incentivos à eficiência com os operadores dos serviços.

PROPOSTAS

- Elaborar ou atualizar o plano municipal de saneamento, buscando atender às metas de universalização do Novo Marco do Saneamento.
- Unir-se ao bloco local correspondente, caso o governo do estado tenha regulamentado as microrregiões, e trabalhar em conjunto para assegurar uma concessão de qualidade nos serviços de água e esgoto, aproveitando a estrutura regulatória estadual.
- Revisar o contrato de prestação de serviços com a iniciativa privada da varrição, coleta e a destinação final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário, em conformidade com as exigências da Lei Federal 14.026/2020.

9

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA



Tratar de mobilidade é discutir como reduzir o tempo e aumentar a segurança no deslocamento das pessoas dentro de uma cidade; é sobre como coordenar e otimizar diferentes modais para acelerar esse movimento.

Quando as cidades perdem mobilidade, aumentando tempos de deslocamento, o acesso a emprego e educação é limitado, a qualidade de vida de seus moradores cai e a produtividade econômica da cidade é prejudicada.

Segundo uma pesquisa de 2023 realizada pela Confederação Nacional das Indústrias, 36% dos brasileiros em grandes cidades perdem mais de uma hora por dia no trânsito e 8% dos moradores passam mais de 3 horas por dia no trânsito.

Contando apenas os deslocamentos acima de 30 minutos, o prejuízo anual do trânsito está estimado em R\$188 bilhões por ano em 2023.

O estudo mostra que 40% dessa perda, ou seja, R\$75,8 bilhões, ocorre na Grande São Paulo, e 17,1%, o que corresponde a R\$32,2 bilhões, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Estruturalmente, muitos sistemas de transporte coletivo são deficitários e dependem de subsídios da prefeitura ou dos governos estaduais.

A título de exemplo, em 2022, a cidade de São Paulo gastou R\$ 5,1 bilhões com subsídios para manter a tarifa de ônibus da rede municipal de transporte coletivo em R\$ 4,40.

Já o Rio de Janeiro gastou R\$ 900 milhões e Belo Horizonte, R\$ 500 milhões.

É necessário, todavia, que os contratos incentivem a eficiência e reduzam os gastos do poder público.

A situação nas regiões metropolitanas é ainda mais desafiadora, pois os municípios e o estado devem chegar em um arranjo de integração entre os sistemas de transporte coletivo municipal e metropolitano. E, considerando que 30% da população do país - 64,4 milhões de brasileiros - mora nas 10 principais regiões metropolitanas do Brasil, é muito importante criar soluções para esses impasses.

Por fim, discutir mobilidade também é procurar reduzir a mortalidade relacionada ao trânsito. Segundo estudo do IPEA, o trânsito brasileiro registrou um aumento de 13,5% nas mortes entre 2010 e 2019 em comparação com a década anterior, sendo uma necessidade latente a melhoria da segurança viária nas cidades.

ORGANOGRAMA DA SEMOURB

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana da PMG foi instituída através do Decreto Nº 16.051 de 05 de abril de 2024.

I – Diretoria de Fiscalização de Trânsito e Transporte, composta por:

a) Coordenadoria de Fiscalização de Trânsito;

b) Coordenadoria de Fiscalização de Transporte.

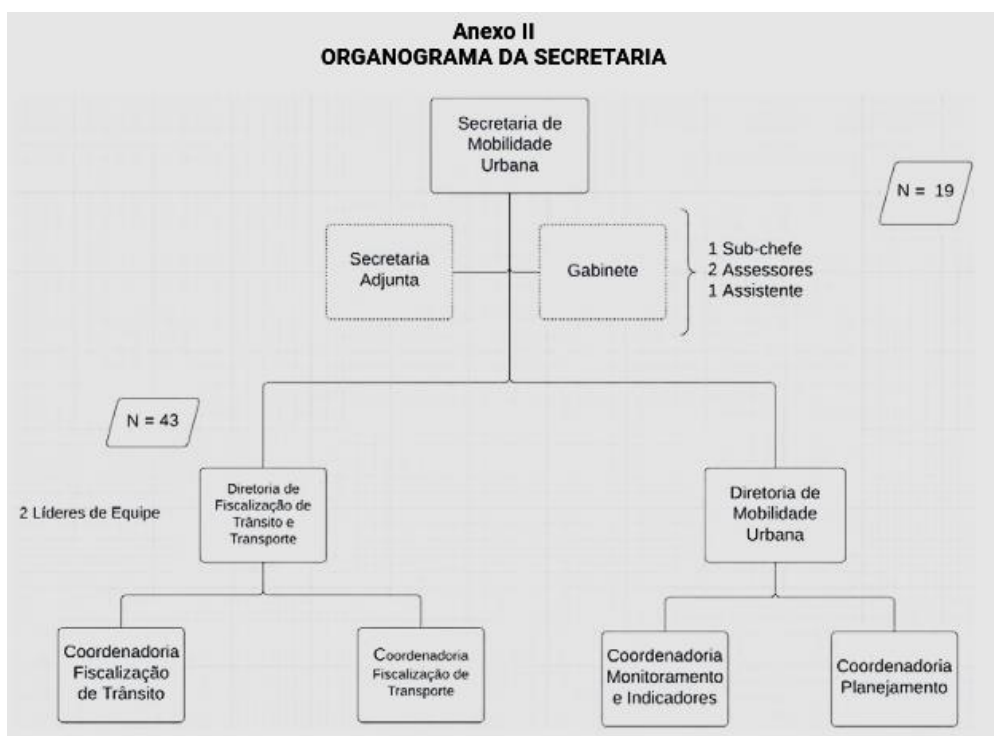
III – Diretoria de Mobilidade Urbana, composta por: a) Coordenadoria de Monitoramento e Indicadores; b) Coordenadoria de Planejamento.

O Quadro de Gestão é composto por: Secretário + I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete; III – Diretor; IV – Coordenador; V – Assistente; VI – Assessor; VII – Gestor de Programa; VIII – Líder de Equipe.

Anexo I
QUADRO DE GESTÃO
Anexo I – A
Quantitativo e Natureza

Nomenclatura	Qtv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor	2	CC
Coordenador	4	FC
Líder de Equipe	2	FC
Total	13	

Anexo II
ORGANOGRAMA DA SECRETARIA



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

Os municípios são responsáveis por planejar, gerenciar e executar políticas de transporte coletivo público urbano que atendam às necessidades de deslocamento da população de forma eficiente.

Sobre os sistemas de transporte público coletivo, debate-se atualmente arranjos que segregam as operações de bilhetagem, operação dos ônibus e gestão da estrutura de rodagem, terminais e pontos de parada, permitindo que cada operador foque no que é mais eficiente.

A mobilidade, porém, não se limita ao transporte público: envolve a implantação de políticas de segurança no trânsito e a promoção de modais não motorizados como bicicletas e caminhadas, bem como a implementação de infraestrutura adequada, como ciclovias e calçadas acessíveis. Por fim, é importante ressaltar que a mobilidade é afetada por políticas públicas de habitação, planejamento urbano e geração de emprego, devendo ser critério para tomada de decisão pública também nessas áreas.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Reduzir o gasto público municipal com subsídios ao sistema de transporte público coletivo
- Reduzir o tempo médio de deslocamento casa-trabalho
- Reduzir os congestionamentos dos acessos rodoviários e hidroviários ao Município
- Reduzir a distância das residências ao acesso ao transporte público coletivo
- Aumentar a extensão da rede de transporte público coletivo
- Aumentar a oferta de ciclovias no município
- Reduzir a mortalidade e a morbidade nos transportes
- Criar o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Expandir e modernizar o sistema de transporte coletivo por meio de parcerias público-privadas, uso de tecnologia e incentivos para investimentos privados, buscando eficiência e agilidade

O transporte coletivo é a principal forma de deslocamento de um expressivo contingente da população brasileira, especialmente a de baixa renda.

Pensar em mecanismos de modernização do sistema de transporte, aumentando o conforto para os usuários e reduzindo o tempo de deslocamento, é de grande importância para as cidades.

Para tanto, é essencial partir da otimização das redes com a definição de linhas alimentadoras, operadas por vans ou ônibus menores, cuja função é levar os passageiros até terminais onde há integração com linhas troncais ou de maior porte.

Nesse mesmo esforço, a integração dos sistemas de transporte coletivo nas regiões metropolitanas é um desafio político significativo, mas que deve ser perseguido, pois traz benefícios substanciais para os usuários do sistema.

PROPOSTAS

- Empregar técnicas de mapeamento, incluindo georreferenciamento, para redesenhar, se for o caso, ou aprimorar a expansão da rede de transporte coletivo, integrando linhas alimentadoras e linhas troncais por meio de terminais, gerando maior eficiência.
- Promover a integração dos sistemas de transporte coletivo municipais com os demais municípios ou com a rede estadual em Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas, microrregiões e consórcios públicos.
- Realizar estudos técnicos para apoiar a ampliação e a implementação de infraestrutura e linhas de transporte, como VLT, utilizando estratégias como parcerias público privadas, publicidade e aproveitamento do aumento do valor de terrenos adjacentes.

- Realizar estudos junto à concessionária para ampliar a oferta de serviços nos finais de semana e a noite.
- Adotar sistema de informações ao usuário que oriente sobre os horários, itinerários do transporte coletivo urbano.
- Revitalizar e requalificar a Região da Estação das Barcas e Terminal Rodoviário (Vicente de Carvalho).
- Realizar Estudo, projeto e implantação de intervenção urbana na Praça 14 Bis, incluindo estudo de circulação do "binário" na área contemplando: aprimoramento do binário da Av. Thiago Ferreira / R. Maranhão através de sinalização viária adequada; organização dos espaços destinados à pedestres e ciclistas; conexão das ciclovias na Praça 14 Bis.
- Realizar estudo emergencial da situação atual na Av. do Adubo, executando projeto que minimize os atuais impactos da circulação de carga no viário (pavimentação, reconstrução de calçadas, sinalização horizontal e vertical, medidas para coibir estacionamento etc.).
- Realizar Estudo urbanístico, projeto e implantação da área envolvendo circulação de pedestres, ciclistas e veículos, com oferta de áreas de estacionamento, no acesso à Balsa Guarujá – Bertioiga (Rodovia Ariovaldo de Almeida de Viana – SP-061)

2) Implementar uma gestão financeira eficiente no sistema de transporte coletivo, focando na redução dos subsídios, modelando novas concessões economicamente sustentáveis e revendo os contratos vigentes, mantendo seu equilíbrio econômico-financeiro

Os sistemas de transporte coletivo geralmente recebem subsídios municipais para serem economicamente viáveis.

Ocorre que o modelo regulatório dos contratos de permissão e concessão do transporte coletivo costumam ser pouco transparentes e dificilmente conseguem criar mecanismos claros de incentivo à eficiência do operador.

Assim, a sensação criada para o contribuinte e para o usuário é a de que pagam um preço caro tanto na tarifa quanto no subsídio por um serviço que poderia ser aperfeiçoado.

É importante, então, que a Prefeitura revise e modernize os instrumentos contratuais onde for possível. Por fim, e até por se tratar de um serviço público essencial, a descontinuidade do transporte coletivo impacta de maneira severa o funcionamento da cidade.

É importante que a estruturação dos projetos de transporte mitigue a assimetria de informação e a dependência do poder público e do operador do sistema.

Para isso, o que se debate atualmente é a separação das etapas do serviço de transporte em contratos independentes com operadores distintos.

Uma empresa opera a bilhetagem do sistema, outra opera as linhas e faz a manutenção dos ônibus, outra ainda explora os terminais e, por fim, o poder público fornece os veículos.

PROPOSTAS

- Realizar estudos para contratar separadamente o fornecimento dos veículos, o serviço de bilhetagem, a operação das linhas de ônibus e a operação dos terminais, visando reduzir a assimetria de informação da Prefeitura e ampliar a capacidade e a eficiência da gestão dos serviços de transporte público coletivo.
- Revisar contrato e subsídios da empresa de transporte atual, realizando auditorias para uma aferição mais precisa do número de passageiros e verificando a eventual existência de ineficiências, irregularidades e descumprimento de cláusulas contratuais, além da

qualidade geral dos serviços prestados, incluindo a modernização dos abrigos com instalação de tecnologias digitais.

- Permitir a exploração de publicidade nos ônibus e pontos de ônibus.
- Destinar as receitas do eventual estacionamento rotativo para a tarifa do transporte público coletivo.
- Revitalizar terminais de ônibus e metrô por meio de projetos que ampliem as atividades comerciais e culturais oferecidas aos usuários do transporte coletivo.

3) Promover novas alternativas ao uso do carro, diversificando a rede de transporte e reduzindo o trânsito e o tempo de deslocamento

A crescente dependência do carro como meio de transporte individual resulta em congestionamentos intensos, aumento da poluição do ar e tempo de deslocamento prolongado.

Diante desse cenário, faz-se necessário promover alternativas ao uso do carro, o que costuma passar pela diversificação dos modais que operam nas cidades.

Uma regulamentação segura e simplificada de transportes alternativos, como vans e serviços baseados em tecnologia (motoristas de aplicativo, patinetes e bicicletas), a implementação de um programa de faixas dedicadas a motocicletas em vias expressas e a criação de ciclofaixas, baseadas em estudos técnicos, são exemplos que podem incentivar o uso de novos modais.

PROPOSTAS

- Autorizar uma regulamentação que garanta segurança jurídica e simplifique a operação e a expansão de transportes alternativos, como vans, e serviços baseados em tecnologia, como motoristas de aplicativo, patinetes e bicicletas, facilitando e apoiando inovações no setor.
- Estabelecer prioridades para a ampliação da malha cicloviária prevista no Plano Diretor de Mobilidade Urbana, do Município, levando em conta a integração com os diversos modais de transporte (Terminais de Ônibus circular, balsas), privilegiando a instalação de corredores verdes.
- Requalificar a malha cicloviária do Município, incluindo elementos contribuintes para a qualidade ambiental e iluminação adequada, utilizando os conceitos de “Acupuntura Urbana”.
- Implementar um programa de testes para faixas dedicadas a motocicletas nas vias arteriais, acompanhado de um monitoramento para medir os impactos e resultados dessa iniciativa.
- Incentivar o uso de modais como a bicicleta e o patinete, através da implementação de ciclofaixas, orientada por estudos técnicos que avaliem os benefícios de intervenções.
- Implantar sistema de reserva de vagas com paraciclos nas áreas centrais.
- Implantar infraestrutura adequada ao estacionamento de bicicletas (integração modal).
- Efetuar estudos para implementação de transporte público hidroviário, integrando as várias regiões do Município, estabelecendo diálogo com o Governo Estadual.

4) Promover a segurança no trânsito, reduzindo acidentes, lesões, óbitos e prejuízos

A elevada incidência de acidentes, lesões, óbitos e prejuízos financeiros relacionados ao trânsito evidencia a necessidade de abordagens eficazes para mitigar esses problemas.

Sendo assim, é essencial adotar estratégias para promover a segurança no trânsito, aprimorando as habilidades das equipes de gestão de tráfego ou estabelecendo parcerias com institutos especializados. Essencialmente, isso envolve a criação de mapas detalhados dos pontos críticos de acidentes e a implementação de intervenções urbanísticas baseadas em análises técnicas e de risco.

Tais ações visam diminuir a ocorrência de acidentes, promovendo um ambiente de trânsito mais seguro.

PROPOSTAS

- Estruturar os dados de trânsito, permitindo aplicar inteligência sobre as decisões de gestão de tráfego. Elaborar um mapa de pontos de calor de acidentes de trânsito e locais de risco a partir de dados de acidentes e outras avaliações urbanísticas, para fundamentar intervenções.
- Implementar intervenções urbanísticas para a redução de riscos e acidentes, baseadas em critérios técnicos e mapeamento de riscos.
- Investir na capacitação da equipe de servidores responsáveis pela gestão de tráfego, se existir, ou elaborar parcerias com institutos especializados para o diagnóstico da segurança no trânsito e planejamento de intervenções.
- Elaborar campanha educativa relacionada aos deslocamentos de bicicletas.
- Elaborar Manual de Projeto de Rotas Ciclovias.

5) Plano Estratégico de Mobilidade Urbana Municipal

PROPOSTAS

- Avaliar e revisar o Plano Diretor atual de Mobilidade Urbana, com vistas a estabelecer estudo de prioridades e cronograma de viabilidade econômica para previsão de investimentos no orçamento do Município.
- Promover estudo de fluxo, direção mão e contramão, implantação de zona azul entre outros elaborados por engenharia de trânsito.
- Realizar estudos para realização da reestruturação das entradas do município (Rotatória do Atacadão - Morrinhos - Cachoeira), considerando a melhoria da mobilidade urbana da região.
- Realizar ação junto ao Governo do Estado x Ecovias para digitalizar o pedágio da Rodovia Cônego Domênico Rangoni, considerando os reflexos do trânsito no fluxo de saída do Município.
- Efetuar regulamentação para ordenar a sinalização viária (padrões de informações viárias e turísticas). AG 21
- Consoante com o Plano de Mobilidade Urbana municipal, realizar estudos para efetivação de novo acesso à cidade com destino ao Rabo do Dragão (Região Noroeste da Ilha).
- Realizar estudos para executar a continuidade da Rua Cubatão (Centro/Barra Funda) criando uma ligação importante entre o Centro e o Bairro Helena Maria, otimizando o trânsito da General Rondon.

- Realizar estudo de alternativas da transposição dos morros do Pitiú e do Botelho interligando Av. Primavera (Jd. Maria Helena) com R. Cubatão (Pitangueiras).
- Efetuar estudos para transformar a rede de semáforos da cidade em semáforos inteligentes, integrado ao sistema de segurança.
- Viabilizar parceria para implantação de tecnologia digital para controle de disponibilidade de vagas de estacionamento nas vias centrais e arteriais da cidade.
- Revisar a legislação municipal para padronizar as cores das guias, ciclovias e outros próprios e espaços públicos.
- Implantar novas ligações viárias e interligações estratégicas como, o prolongamento da Av. D. Pedro I e a estrada do Pernambuco; a ligação da Rodovia Cônego Domenico Rangoni à Av. D. Pedro I; consolidação do eixo da Av. Mario Daige x Av. Acaraú; interligação da Vila Zilda e Morrinhos.
- Realizar estudo de Alternativas da transposição da Serra de Santo Amaro, nas proximidades do futuro bairro Parque da Montanha, possibilitando sua conexão com a região da Enseada (considerada transposição em túnel – Plano de Mobilidade 2018).
- Atuar junto a DERSA para a construção de “Rotatória” na entrada e saída da Vila do Perequê junto a Rodovia Ariovaldo de Almeida Viana e redutores de nível de velocidade próximo ao local.
- Implantar redutores de níveis de velocidade máxima nas vias arteriais, vinculada à implantação de ciclofaixas.
- Implantar semáforo para pedestres em todos os cruzamentos de maior fluxo e faixas vivas de pedestres nas ruas em que não existe.
- Revisão, Elaboração de projetos e implantação (acessibilidade, travessias, pisos de calçadas, passeios, nas rotas estabelecidas).
- Elaborar estudo de viabilidade do transporte hidroviário metropolitano, com previsão de infraestruturas e equipamentos náuticos e marítimos.
- Elaborar Plano de Circulação de Veículos de Carga, estabelecendo rotas orientadas.
- Realizar estudos para implantação e regularização de Estacionamento de caminhões nas áreas de Vicente de Carvalho e Região adjacente.
- Estabelecer medidas reguladoras e restritivas para circulação de veículos de carga de grande porte.
- Implementar medidas de incentivo à implantação de centros de distribuição nas regiões periféricas.
- Definir normas municipais para elaboração de projetos de calçadas e passeios.
- Elaborar Programa de Recuperação de Calçadas e Passeios Existentes.

10

SECRETARIA DE SAÚDE



Anualmente, são registrados mais de 20 mil casos de mortes evitáveis de crianças de até 1 ano de idade no Brasil.

Conforme estimativa realizada pela Comissão de Saúde Global de Alta Qualidade, 153 mil vidas são perdidas todos os anos em decorrência do atendimento de má qualidade, enquanto 51 mil óbitos ocorrem por falta de acesso ao atendimento de saúde.

Assim, é preciso discutir como aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente porque, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE (2019), apenas 59,7 milhões de pessoas, o equivalente a 28,5% da população brasileira, estavam cobertas, à época da realização do estudo, por um plano de saúde, seja ele voltado a cuidados médicos ou odontológicos.

Significa que 71,5% dos brasileiros dependem exclusivamente do SUS para acessar serviços de tratamento, assistência hospitalar, atendimentos especializados e outros cuidados primários.

Em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou relatório que enfatiza os benefícios financeiros e de saúde do investimento no controle de doenças crônicas não transmissíveis.

Um investimento de aproximadamente US\$1,27 por pessoa a cada ano em países de baixa e média-baixa renda pode levar a um retorno de pelo menos R\$36,00 por pessoa em termos de aumento de empregos, produtividade e longevidade.

Esse investimento, se feito de forma abrangente, pode resultar num ganho de US\$350 bilhões até 2030, ao mesmo tempo que pouparia mais de 8 milhões de vidas. Isso impõe uma grande responsabilidade sobre os municípios.

A responsabilidade dos municípios na promoção da saúde é ainda mais evidente ao observarmos os desafios enfrentados na área da imunização, componente crucial na prevenção de doenças e promoção da saúde pública.

Considerando a importância da imunização, é alarmante notar que, de acordo com dados do Observatório da Atenção Primária à Saúde, da Umame, entre 2001 e 2015, a cobertura vacinal no Brasil permaneceu acima de 70%. Em 2016, contudo, essa taxa caiu para 59,9% e continuou diminuindo a partir de 2019, alcançando apenas 52,1% em 2021.

ORGANOGRAMA SESAU

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde da PMG foi instituída através do Decreto Nº 16.063 de 16 de abril de 2024.

I – Diretoria Técnica de Atenção Primária à Saúde, composta por:

- a) Coordenadoria Técnica de Atenção Primária e Promoção da Saúde;
- b) Coordenadoria Técnica de Planejamento, Monitoramento e Avaliação dos Programas Assistenciais;

II – Diretoria Técnica de Atenção Especializada, composta por:

- a) Coordenadoria Técnica de Gestão de Redes Temáticas da Atenção Secundária;
- b) Coordenadoria Técnica de Planejamento, Monitoramento e avaliação da Atenção Especializada;

III – Diretoria Técnica de Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência, composta:

- a) Coordenadoria Técnica de Rede de Atenção de Urgência e Emergência;
- b) Coordenadoria Técnica de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Rede de Urgência e Emergência;

IV – Diretoria Técnica de Vigilância em Saúde, composta por:

- a) Coordenadoria Técnica de Vigilância Epidemiológica;
- b) Coordenadoria Técnica de Vigilância à Saúde;
- c) Coordenadoria Técnica de Vigilância Sanitária e Ambiental.

V – Diretoria Técnica de Regulação e Auditoria, composta por:

- a) Coordenadoria Técnica de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Controle de Sistemas, composta pela Unidade de Regulação e Transporte Sanitário.
- b) Coordenadoria Técnica de Programação, Pactuação e Contratação de Serviços de Saúde;

VI – Diretoria Técnica de Planejamento e Gestão Estratégica, composta por:

- a) Coordenadoria de Planejamento, Informação e Comunicação das Políticas de Saúde;
- b) Coordenadoria de Educação e Gestão do Trabalho e Projetos Inovadores em Saúde;

VII – Diretoria de Gestão Administrativa, composta por:

- a) Coordenadoria Técnica de Suprimentos e Assistência Farmacêutica, integrada por: 1. Unidade de Gestão Farmacêutica e Insumos Estratégicos; 2. Unidade de Aquisições e Gestão de Contratos.
- b) Coordenadoria de Administração, Logística e Infraestrutura, integrada por: 1. Unidade de Gestão Patrimonial e Manutenção; 2. Unidade de Gestão de Transportes;

VIII – Diretoria Financeira e do Fundo Municipal de Saúde, composta pela Coordenadoria Técnica Financeira e do Fundo Municipal de Saúde, integrada por:

- a) Unidade de Gestão Contábil, Orçamentária, Contratos e Convênios;
- b) Unidade de Auditoria e Pagamentos.

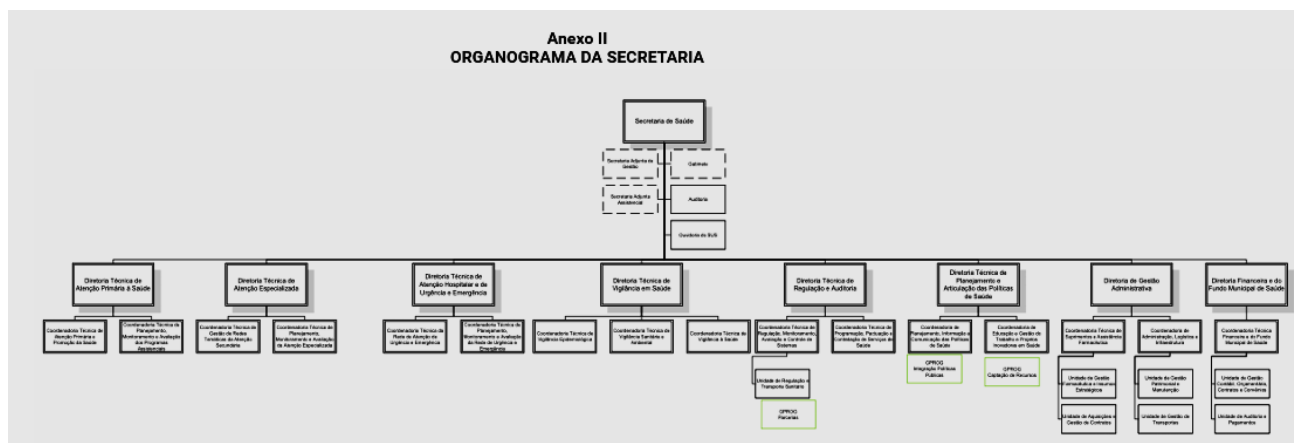
Quadro da Gestão: Secretário + I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete; III – Diretor Técnico; IV – Diretor; V – Ouvidor do SUS; VI – Coordenador Técnico; VII – Coordenador; VIII – Assistente; IX – Assessor; X – Chefe de Equipamento de Alta Complexidade; XI – Chefe de Equipamento de Média Complexidade; XII – Chefe de Equipamento; XIII – Gestor de Programa; XIV – Gestor de Projeto; XV – Líder de Equipe.

**Anexo I
 QUADRO DE GESTÃO
 Anexo I – A
 Quantitativo e Natureza**

Nomenclatura	Qttv	Natureza
Secretário Adjunto	2	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor Técnico	6	CC
Diretor	2	CC
Coordenador Técnico	13	FC
Coordenador	3	FC
Chefe de Unidade	7	FC
Ouvidor Temático	1	FC
Líder de Equipe	2	FC
Gestor de Programa	3	CC
Gestor de Projeto	18	CC
Chefe Equipamento de Saúde Tipo III	2	CC
Chefe de Equipamento Alta Complexidade	6	FC
Chefe de Equipamento Média Complexidade	26	FC
Chefe de Equipamento	18	FC
Total	113	



**Anexo II
 ORGANOGRAMA DA SECRETARIA**



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

A Lei do SUS atribui aos municípios a responsabilidade de garantir a atenção primária da saúde, prestada por meio dos serviços realizados nas unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde, os famosos postos de saúde.

Além disso, as cidades têm a função de gerenciar os serviços de saúde secundária e terciária, seja por meio da contratualização de serviços ou da prestação direta, existindo casos em que a prefeitura gerencia a integralidade do sistema de saúde.

O município deve realizar campanhas de vacinação, programas de saúde preventiva, triagem e encaminhamento dos pacientes para os especialistas e distribuição de medicamentos.

Por fim, também integra o SUS a vigilância sanitária, responsável por garantir a qualidade dos alimentos e a salubridade de estabelecimentos.

Percebe-se, então, que a atuação do município é essencial para a proteção e melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse esforço, é crucial que o sistema público municipal esteja alicerçado em quatro pilares fundamentais: acesso, prevenção, diagnóstico preciso e tratamento adequado.

A concretização de cada um deles exige uma abordagem integrada entre setor público e privado, focada em gestão eficiente, uso de tecnologia e participação da comunidade.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Aumentar o acesso a cuidados básicos de saúde
- Aumentar a cobertura vacinal
- Aumentar a cobertura do atendimento pré-natal
- Reduzir a mortalidade infantil
- Reduzir as mortes por causas preveníveis
- Aumentar a expectativa de vida ao nascer
- Melhorar a saúde do trabalhador da saúde

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Melhorar a qualidade do atendimento no sistema de saúde municipal por meio da implementação de infraestrutura, tecnologias e uma gestão eficiente

Diante das ineficiências operacionais do SUS, a melhoria da qualidade do serviço passa por aprimorar a gestão de processos, dados, pessoas e insumos utilizados.

É necessário, por exemplo, qualificar a tomada de decisão de cada médico por meio de prontuários eletrônicos e da melhoria dos processos de triagem, direcionamento e agendamento de consultas a especialistas por meio de integração dos sistemas de saúde municipal e estadual.

Além disso, é fundamental estabelecer metas claras e mensuráveis, que sejam acompanhadas de perto pelos gestores de saúde. Nesse contexto, cabe ao Legislativo a responsabilidade de fiscalizar a definição e o cumprimento dessas metas, garantindo a transparência e a prestação de contas necessárias.

Para isso, a secretaria municipal de saúde deve priorizar a instalação de sistemas eletrônicos de gestão e treinar os servidores públicos na ponta para que a captação de dados seja efetiva. Ademais, é importante que a gestão de estoque de medicamentos seja digitalizada e monitorada em tempo real, aderindo às melhores práticas para a atividade, além de oferecer opções terapêuticas semelhantes ou mesmo outros pontos de oferta do medicamento, para que o paciente seja efetivamente suprido em sua necessidade. Por fim, a melhoria da gestão deve ser integrada às medidas de ampliação e modernização da infraestrutura disponível.

Atualmente, diversos estados e municípios discutem a viabilização de parcerias público-privadas para a construção e manutenção de equipamentos públicos de caráter social, como hospitais.

Além disso, a terceirização de profissionais de saúde e a colaboração entre municípios na contratação desses profissionais emergem como ferramentas de gestão estratégicas.

Essas abordagens permitem aos gestores maior agilidade e a capacidade de adaptar a força de trabalho às flutuações na demanda.

A depender do tamanho da rede pública de saúde, é possível avaliar a estruturação de uma concessão de unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde.

PROPOSTAS

- Adotar uma gestão baseada em dados, utilizando análise estatística para melhorar a tomada de decisões, identificar áreas críticas, otimizar operações e planejar a expansão da rede de saúde de maneira estratégica.
- Modernizar a infraestrutura do sistema de saúde com uma plataforma digital unificada, que incluirá a criação de um Registro Único de Saúde para cada cidadão, melhorando o acesso e a gestão das informações de saúde.
- Estabelecer um sistema de monitoramento em tempo real para os estoques de medicamentos nas unidades de saúde pública, assegurando que médicos e pacientes tenham informações atualizadas sobre a disponibilidade e a localização dos medicamentos.
- Estabelecer parcerias público-privadas para a construção e administração de Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Básicas de Saúde e hospitais municipais com o objetivo de expandir e aprimorar a infraestrutura de saúde.
- Realizar estudos de viabilidade e busca de parcerias para a instalação de novo hospital no Município para ampliar o número de leitos SUS.
- Atuar junto Governo Estadual para a instalação do equipamento de IML - Instituto Médico Legal no município.
- Realizar análise para viabilizar a implantação da área de engenharia clínica para controle, estudos e aquisições de novos equipamentos hospitalares e manutenção dos existentes.
- Implementar sistemas de triagem digital para atendimento prioritário, incluindo aplicativos e plataformas online que permitam a pré-avaliação de pacientes remotamente, facilitando o encaminhamento adequado para os serviços de saúde mais relevantes e desafogando os serviços presenciais.
- Aprimorar a distribuição de medicamentos municipais e coordenar sua entrega com os remédios fornecidos pelo estado e pela União.
- Estabelecer uma prestação de contas acessível e periódica que detalhe os avanços, melhorias e desafios enfrentados na gestão.
- Estabelecer canais de denúncia efetivos para identificar e combater más práticas na gestão da saúde.

2) Fortalecer a saúde da família e ampliar o acesso a serviços médicos

A saúde da família no Brasil é um modelo de atendimento médico primário focado no cuidado contínuo às famílias em suas comunidades.

Trata-se de um método de atendimento importante, pois muitas pessoas não têm acesso à informação sobre prevenção de doenças e adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis.

Ao contar com uma estrutura bem definida e profissionais devidamente treinados, o Programa de Saúde da Família contribui significativamente para a minimizar a sobrecarga desnecessária do sistema de saúde, otimizando recursos e melhorando o atendimento a quem precisa, além de prevenir reinternações e complicações tardias de doenças.

Nesse contexto, o objetivo principal é fortalecer a saúde da família e ampliar o acesso a serviços médicos para garantir que todos os membros da comunidade, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso a cuidados básicos de saúde.

A partir de campanhas educativas, da telemedicina e de parcerias com o setor privado será possível aumentar a capacidade de atendimento do sistema de saúde.

PROPOSTAS

- Implementar campanhas educativas em múltiplas plataformas de comunicação para sensibilizar a população sobre a prevenção de doenças, a importância dos exames regulares e a adoção de um estilo de vida saudável, contando com a colaboração de diversas secretarias e setores da sociedade.
- Identificar, quantificar e avaliar os principais problemas de saúde pública do município, realizando ações para a redução do consumo de sódio; campanhas pela redução do tabagismo, do consumo de bebidas açucaradas e de álcool; cuidados ao idoso, com o objetivo de manter produtividade e práticas corporais; envolver outros setores como a Assistência Social, Esporte e Lazer e Habitação; promover práticas de nutrição saudável (ex. regular a venda de alimentos ultraprocessados nas escolas e abordagem sobre a obesidade infantil).
- Introduzir a telemedicina como ferramenta para melhorar o acesso ao atendimento médico, com foco especial em pequenas cidades e regiões isoladas, garantindo que mais pessoas tenham acesso a consultas e orientações médicas, associada a equipamentos e telelaudo.
- Formar parcerias com o setor privado para aumentar a capacidade de atendimento do sistema de saúde, visando à redução das filas e ao atendimento mais rápido e eficiente à população.
- Realizar visitas domiciliares regulares para o acompanhamento da saúde de grupos vulneráveis, como idosos, gestantes e crianças, assegurando o monitoramento contínuo e a prevenção de problemas de saúde.
- Promover consultas e orientações sobre métodos contraceptivos, acompanhadas de campanhas educativas para informar e capacitar a população sobre planejamento familiar.
- Planejar estratégias para redução de absenteísmo dos pacientes nos ambulatórios de especialidades utilizando-se de tecnologias digitais.
- Incorporar tecnologias de exames rápidos no método POC (Point of Care) nas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo filas e tempo de espera dos usuários, promovendo rapidez na resposta terapêutica. Estender o horário de funcionamento de algumas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo a demanda e oportunizando o atendimento à população trabalhadora.
- Realizar estudos e propor medidas visando a redução da rotatividade dos profissionais médicos nas Unidades de Saúde.
- Analisar o escopo de atuação das atividades de profissionais de enfermagem, possibilitando que estes atendam a primeira consulta nos atendimentos das demandas espontâneas e programadas, visando reduzir as filas de espera.
- Mapear, avaliar e mensurar a contrarreferência para redução de encaminhamentos incorretos e desnecessários.
- Aprimorar a Gestão na atenção especializada com foco na humanização da saúde e em atendimento a PNH. AG 21

3) Aprimorar o sistema de monitoramento e vigilância sanitária, garantindo o controle de qualidade dos alimentos e a saúde pública por meio de inspeções e sistemas de alerta eficazes

O papel da vigilância sanitária é prevenir que doenças se espalhem, combatendo seus vetores e monitorando a qualidade dos produtos utilizados e consumidos pela população.

Desta forma, é a vigilância sanitária que licencia e fiscaliza a produção de alimentos e a fabricação de medicamentos e cosméticos, além de combater os focos de proliferação dos animais que transmitem as doenças.

Por isso, revisar e atualizar normativas, implementar sistemas informatizados de alerta rápido para surtos de doenças e informar e envolver a comunidade na promoção de práticas seguras é tão importante.

A atuação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias deve ser intensificada e direcionada pela incorporação de tecnologia, como o georreferenciamento de casos.

Com essas medidas, estaremos não apenas melhorando as condições de saúde pública, mas criando uma base sólida para a prevenção de riscos futuros.

PROPOSTAS

- Revisar e atualizar as normas de vigilância sanitária, introduzindo o conceito de baixo risco, autorizando a operação sem licença prévia e focando em uma abordagem de fiscalização mais educativa, ativa e presente na comunidade em vez de punitiva, para promover a conformidade por meio do conhecimento e da conscientização.
- Desenvolver e implementar um sistema de alerta rápido para a detecção e manejo eficiente de surtos de doenças relacionadas à contaminação de alimentos e produtos.
- Organizar campanhas educativas sobre segurança alimentar e combate a vetores de endemias, a fim de promover práticas mais seguras de manipulação e consumo de alimentos e manejo de materiais.
- Implementar programas eficazes de controle de vetores, como mosquitos, que são responsáveis pela transmissão de doenças como dengue, zika e Chikungunya, buscando reduzir a incidência dessas doenças, com a incorporação de tecnologias e envolvimento de outros setores da saúde no município.
- Revisar os procedimentos da Secretaria Municipal de Saúde em conformidade com as diretrizes e normativas dos governos estadual e federal, visando à redução de burocracias e redundâncias.

4) Expandir as campanhas de vacinação, enfatizando a importância da imunização para grupos prioritários e para a saúde pública em geral

A falta de imunização ameaça a saúde pública em geral, dificultando o controle de doenças que podem ser evitadas pela vacinação.

O Brasil costumava ter bons índices de cobertura vacinal, mas registrou leve queda na taxa bruta de vacinação nos últimos anos, cenário que precisa ser revertido.

O objetivo principal dessas campanhas, portanto, é garantir a ampliação da imunização, enfrentando as restrições de acesso e de conscientização que contribuem para a falta de vacinação da população. Fundamental, assim, treinar as equipes de vacinação e inserir os times de saúde da família na busca ativa pela população elegível à vacinação, mirando o atingimento de bons índices de vacinação.

PROPOSTAS

- Realizar campanhas de vacinação, direcionando esforços para grupos prioritários, como crianças, idosos e profissionais da área da saúde, a fim de garantir que recebam as vacinas necessárias de maneira oportuna.
- Estender os horários de funcionamento dos postos de saúde de modo a proporcionar maior flexibilidade e facilitar o acesso à vacinação para a população em geral, especialmente para a população trabalhadora.
- Implantar equipes móveis de vacinação e postos de vacinação itinerantes em locais movimentados durante fins de semana e eventos públicos.
- Desenvolver e implementar campanhas abrangentes de conscientização sobre a importância da vacinação utilizando mídias sociais e outros canais de comunicação para alcançar um público amplo e diversificado, informando sobre os benefícios das vacinas e combatendo a desinformação.

5) Melhorar o planejamento e a conexão entre as políticas de saúde das cidades, estados e Governo Federal, seguindo as regras do SUS e usando dados e cooperação para tomar decisões

A fragmentação das políticas de saúde nos âmbitos municipal, estadual e federal muitas vezes, resulta em lacunas no atendimento, ineficiências na alocação de recursos e uma falta de dados abrangentes para orientar decisões estratégicas.

Nesse cenário, o objetivo é aprimorar o planejamento e a conexão entre as políticas de saúde, seguindo as diretrizes do SUS e fazendo uso de dados e cooperação para embasar decisões mais eficazes e abrangentes.

Ao integrar os sistemas de saúde municipal e estadual, alcança-se uma prestação de serviços mais coesa, na qual o atendimento primário é fortalecido nos municípios e serviços especializados são centralizados em polos regionais do estado.

Essa integração não apenas promove um atendimento mais eficaz, mas viabiliza o compartilhamento eficiente de dados e abre portas para uma captação ampliada de recursos.

PROPOSTAS

- Promover a integração dos sistemas municipal e estadual de saúde, por meio da formulação de consórcios, articulando o atendimento primário no município e de especialidades em polos regionais do estado, assegurando a continuidade, a abrangência e a eficiência dos serviços de saúde oferecidos à população.
- Desenvolver e implementar sistemas de informação unificados para o compartilhamento eficiente de dados de saúde entre os diferentes níveis de governo, a fim de aprimorar o planejamento, a gestão e a resposta às necessidades de saúde da população, com base em informações precisas e atualizadas.
- Coletar e analisar dados de saúde, permitindo um planejamento regionalizado, adequado às necessidades locais e baseado em evidências.
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino e pesquisa para aprimorar o planejamento e a avaliação das políticas de saúde do município.
- Ampliar a captação de recursos para saúde buscando parcerias com institutos, fundações, universidades e outros que gerenciam investimentos sociais corporativos; entidades que

estruturam projetos de melhoria da gestão pública com o apoio de grupos empresariais; entidades aceleradoras que aproximam os empreendedores no setor saúde dos fundos de investimentos de impacto social; Programas Governamentais de Financiamento PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão de Setores Sociais Básicos; Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS).

6) Outras propostas relevantes para a área da gestão da saúde do município

PROPOSTAS

- Prever recurso no orçamento anual do Município para manutenção de equipamentos médicos, odontológicos e manutenção das estruturas da rede municipal de saúde.
- Reestruturar e colocar em funcionamento a área de Educação Permanente de forma ampla, estabelecendo calendário e orçamento anual.
- Realizar estudos para previsão de orçamento e estabelecimento e implantação de programa de prevenção à saúde do trabalhador da rede de atendimento da saúde.
- Estruturar programas amplos de prevenção a saúde e qualidade de vida para a redução das doenças crônicas, tais como: obesidade, hipertensão e diabetes da população em geral, adotando aplicativos para controle e gerenciamento de riscos.
- Implantar sistema digitalizado integrado de controle e monitoramento de exames junto a rede de atendimento laboratoriais, clínicas, centros médicos conveniados com o município.
- Estruturar e implantar programas de prevenção a gravidez na adolescência e a prevenção de DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis.
- Atuar de forma integrada com a Educação, retomando nas escolas programas para a prevenção ao suicídio de crianças, adolescentes e jovens, bem como para as doenças sexualmente transmissíveis. DST´s e prevenção a gravidez.
- Fortalecer e atuar de forma permanente para a realização das políticas públicas para redução da mortalidade infantil e materna no município.
- Ampliar o número de programas de conscientização sobre a importância do Pré-Natal. AG 21
- Realizar integração com outras secretarias, tais como educação, assistência social, segurança, meio ambiente etc. para realização de ações conjuntas e busca de solução de problemas comuns com reflexo na área da saúde.
- Regulamentar o Programa de Práticas Integrativas e Complementares (PICS), tratamentos que utilizam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais, voltados para prevenir diversas doenças como depressão, hipertensão, entre outras.
- Realizar diagnóstico da demanda reprimida, com vistas aos estudos para reestruturação da Rede de atenção à saúde mental já existentes CAPS AD, CAPS adulto CAPS I, incluindo prestadores de serviços.

11

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL



A assistência social busca proteger os indivíduos e as famílias em situação de vulnerabilidade, pessoas cujos direitos básicos foram violados em razão de fatores sociais, econômicos, de saúde, ambientais, jurídicos e psicossociais.

Nas últimas décadas, os municípios brasileiros vêm enfrentando diversos desafios nesse tema. Dados do IBGE apresentados na Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) de 2022 apontam que 31,6% da população, equivalente a 67,8 milhões de pessoas, vivem com uma renda mensal de até R\$ 637,00 e 5,9% dos brasileiros, ou 12,7 milhões de pessoas, enfrentam condições de extrema pobreza, vivendo com, no máximo, R\$ 200,00 por mês.

Sem os auxílios dos programas sociais, esses números seriam ainda mais altos, com a taxa de pobreza no Brasil alcançando 35,4% da população.

Já a extrema pobreza seria 80% maior, afetando 10,6% dos habitantes.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre 2019 e 2022 o Brasil testemunhou um aumento de 38% na população em situação de rua, totalizando 281.472 pessoas, resultado de uma combinação de fatores, incluindo os impactos das políticas de restrição ao comércio e à circulação de pessoas para o combate à pandemia de Covid-19, o desemprego, a violência e outras variáveis.

Por isso, para um grande contingente de brasileiros, começar por conta própria pode ser uma tarefa extremamente árdua, uma vez que suas famílias estão presas em um ciclo de exclusão social. As políticas públicas mais comuns para abordar esses problemas têm um viés assistencialista, frequentemente oferecendo pagamentos ou fornecendo abrigo e alimentos.

Isso resulta em uma considerável parcela da população dependente de apoio governamental, perpetuando a pobreza e criando uma dependência dos programas do governo. Crucial, portanto, repensar a abordagem da assistência social, focando em programas com evidências de resultado, em que os beneficiários conseguiram melhorar a situação econômica e social e sair da vulnerabilidade.

ORGANOGRAMA DA SEDEAS

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social foi instituída através do Decreto Nº 16.042 de 05 de abril de 2024.

I – Diretoria Técnica de Proteção Social Básica;

II – Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional, composta por:

- a) Coordenadoria de Gestão de Programas;
- b) Unidade de Suporte Logístico.

III – Diretoria de Planejamento e Gestão, composta por:

- a) Coordenadoria de Parceria de Terceiro Setor;
- b) Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial;
- c) Coordenadoria de Gestão do Trabalho;
- d) Coordenadoria de Gestão do Fundo Municipal;
- e) Coordenadoria de Transferência de Renda e Benefícios;
- f) Unidade de Suporte Administrativo;
- g) Unidade de Gestão Administrativa e Financeira.

IV – Diretoria Técnica de Proteção Social Especial, composta por:

- a) Coordenadoria de Equipamentos de Média Complexidade;
- b) Coordenadoria Equipamentos de Alta Complexidade;

IV – Coordenadoria de Gestão do Fundo Municipal;

V – Coordenadoria de Transferência de Renda e Benefícios;

VI – Unidade de Suporte Administrativo;

VII – Unidade de Gestão Administrativo-Financeira;

VIII – Equipamento Casa de Assistência Integrada.

Equipamentos de média complexidade:

- I – CRAS Enseada;
- II – CRAS Morrinhos;
- III – CRAS Santa Rosa;
- IV – CRAS Vicente de Carvalho;
- V – Centro de Atendimento à Terceira Idade (CATI).

I – Coordenadoria de Equipamentos de Média Complexidade, composta pelos seguintes equipamentos de média complexidade:

- a) Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;
- b) Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP;
- c) Centro Dia.

II – Coordenadoria de Equipamentos de Alta Complexidade, composta pelos seguintes equipamentos de alta complexidade:

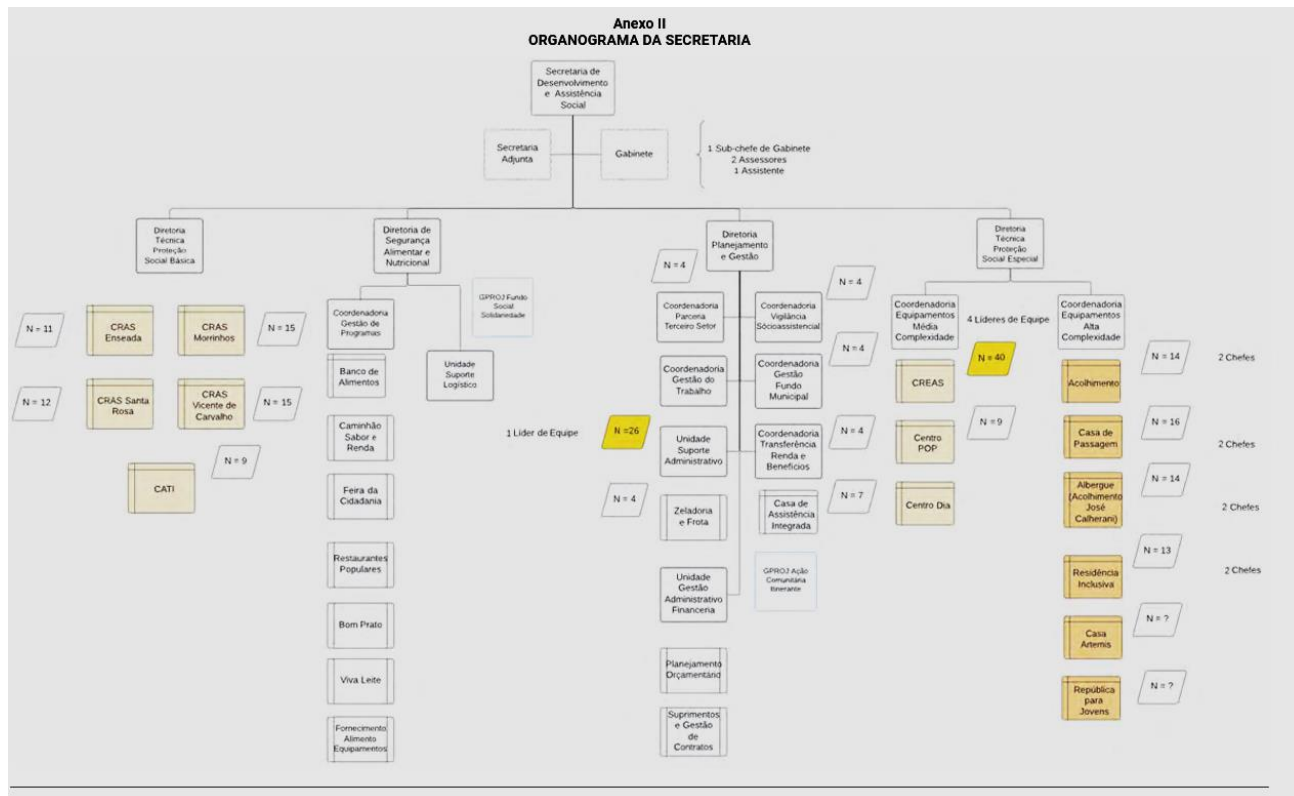
- a) Acolhimento I;
- b) Casa de Passagem;
- c) Acolhimento Municipal José Calherani;
- d) Residência Inclusiva;
- e) Casa de Abrigo Artemis Hellas Moreira Vrettos;
- f) República para Jovens.

Quadro da Gestão: 1 Secretário + I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete; III – Diretor Técnico; IV – Diretor; V – Coordenadoria; VI – Chefe de Unidade; VII – Assistente; VIII – Assessor; IX – Gestor de Projeto; X – Chefe de Equipamento; XI – Chefe de Equipamento de Média Complexidade; XII – Chefe de Equipamento de Alta Complexidade; XIII – Líder de Equipe.

**Anexo I
QUADRO DE GESTÃO
Anexo I – A
Quantitativo e Natureza**

Nomenclatura	Qtv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor Técnico	2	CC
Diretor	2	CC
Gestor de Projeto	2	CC
Coordenador	8	FC
Chefe de Unidade	3	FC
Líder de Equipe	5	FC
Chefe de Equipamento Alta Complexidade	12	FC
Chefe de Equipamento Média Complexidade	8	FC
Chefe de Equipamento	2	FC
Total	49	

**Anexo II
ORGANOGRAMA DA SECRETARIA**



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) define as responsabilidades dos quatro entes federativos: União, estados, municípios e o Distrito Federal.

Por estarem mais próximos da comunidade e possuírem um conhecimento mais aprofundado das realidades locais, as cidades têm a atribuição de identificar, atender e encaminhar as necessidades de populações em risco, incluindo famílias, crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, imigrantes e a população LGBTQIA+.

Nesse contexto, as unidades de atendimento municipais executam essas responsabilidades a partir de estruturas como CRAS, CREAS, Centros POP, Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência e Unidades de Acolhimento.

Para uma gestão municipal eficaz na área de assistência social, é fundamental adotar abordagens que vão além da ajuda imediata, concentrando-se na capacitação e na promoção da independência financeira e social dos beneficiários.

A assistência social deve ser vista como uma “porta de saída” para que as pessoas em situação de vulnerabilidade possam superar suas dificuldades e se tornarem autossuficientes.

Além disso, a gestão municipal deve priorizar a avaliação constante dos programas em execução, garantindo que eles estejam atingindo os objetivos propostos e contribuindo efetivamente para a emancipação das pessoas vulneráveis.

A coleta de indicadores e dados sobre o progresso dos beneficiários é fundamental para orientar a tomada de decisões e ajustar as políticas de assistência social de acordo com as necessidades locais. No processo de seleção de programas e métodos específicos, recomenda-se escolher aqueles que já foram testados e comprovaram ter resultados na promoção de um futuro mais autônomo e digno dos beneficiários.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Reduzir a população dependente de serviços de assistência e benefícios sociais por meio da conquista de sua autonomia
- Reduzir o número de pessoas em situação de rua
- Reduzir o percentual de famílias na pobreza e extrema pobreza

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Desenvolver diagnósticos sociais detalhados dos territórios para identificar suas características específicas

No contexto atual, muitos territórios enfrentam desafios complexos relacionados à pobreza, falta de acesso a serviços essenciais e problemas sociais, como gravidez na adolescência, desemprego, população em situação de rua e demandas de atendimento aos idosos.

Para enfrentar essas questões, o objetivo principal é desenvolver diagnósticos socioterritoriais, a fim de identificar suas características únicas e, assim, direcionar políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Essa abordagem busca identificar as raízes dos problemas, garantindo que as intervenções sejam adaptadas às necessidades específicas de cada localidade.

PROPOSTAS

- Elaborar um diagnóstico socioterritorial para mapear as necessidades e potencialidades dos territórios, com o objetivo de desenvolver políticas públicas mais assertivas e inclusivas.
- Reforçar o atendimento a indivíduos e famílias em situação de risco social e pessoal, com foco na garantia de seus direitos básicos e autonomia.
- Mapear as ações e fortalecer as políticas públicas de assistência social.

2) Facilitar o acesso a serviços e benefícios sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade, visando garantir direitos básicos e promover autonomia

Tipicamente, indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade têm dificuldade de acessar programas de assistência por falta de informação e limitações geográficas ou tecnológicas. Essa situação acaba perpetuando ciclos de pobreza e exclusão, tornando difícil para essas pessoas melhorarem suas condições de vida de maneira autônoma.

Quando um indivíduo vulnerável faz seu registro no Cadastro Único, portas para programas de assistência e de segurança alimentar, como hortas comunitárias, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, acabam se abrindo. As hortas comunitárias promovem a produção local de alimentos, enquanto os bancos de alimentos focam na redistribuição de alimentos excedentes para os necessitados.

Paralelamente, Restaurantes Populares oferecem refeições saudáveis a custo reduzido e as cozinhas comunitárias são espaços de encontro e partilha de refeições.

O impacto dessas medidas pode ser significativo, melhorando a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade e fornecendo-lhes ferramentas para uma maior independência e inclusão social.

PROPOSTAS

- Registrar as pessoas em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único, garantindo acesso a serviços e benefícios sociais.
- Implementar programas de segurança alimentar, integrando hortas comunitárias, bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, com o objetivo de combater a fome e estabelecer esses locais como pontos de apoio para encaminhar populações vulneráveis a programas de superação e assistência.
- Divulgar informações sobre as organizações de assistência atuantes na cidade e cadastradas nos conselhos municipais ligados à pasta, promovendo o contato direto da população em geral.
- Efetuar diagnóstico e acompanhamento permanente da população em situação de rua, estabelecendo um Plano de ação estratégico que contemple a possibilidade de desenvolvimento de programas de inclusão com oportunidade de trabalho, em parceria com organizações do terceiro setor, considerando os diversos públicos, as estações do ano e outras características adequadas ao processo.
- Atuar para minimizar o aumento dos moradores de rua, promovendo políticas públicas inclusivas e emancipatórias.

3) Fortalecer e expandir redes de apoio e parcerias, tanto com a iniciativa privada quanto com outras secretarias e órgãos públicos, para desenvolver e implementar programas integrados de acolhimento e assistência

No cenário atual, populações como mulheres, crianças, idosos, imigrantes e a comunidade LGBTQIA+ enfrentam desafios significativos relacionados à vulnerabilidade e à violência.

Para abordar esses problemas complexos, é essencial buscar estratégias eficazes de acolhimento e assistência.

O objetivo em questão busca fortalecer e expandir as redes de apoio e parcerias, tanto com a iniciativa privada quanto com outras secretarias e órgãos públicos, a fim de desenvolver e implementar programas integrados de acolhimento e assistência.

Ao atingir esse objetivo, espera-se um impacto positivo na melhoria da realidade, com uma redução significativa da vulnerabilidade e da violência enfrentada por essas populações.

PROPOSTAS

- Estabelecer parcerias entre o setor privado e organizações do terceiro setor, em conjunto com políticas de trabalho, emprego e renda, para desenvolver e implementar programas de capacitação e inserção no mercado de trabalho para pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Criar redes de apoio integradas, em parcerias com outras secretarias, órgãos públicos e terceiro setor para acolher mulheres, crianças, idosos, imigrantes, a comunidade LGBTQIA+ e outras populações em situação de violência e vulnerabilidade, oferecendo abrigo, aconselhamento, assistência jurídica e programas de reintegração social.
- Ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação profissional e mutirões em parceria com empresas locais.
- Estruturar e fortalecer os Conselhos Sociais e Associações de Bairros.
- Fomentar políticas públicas voltadas ao tratamento de homens agressores. (principalmente violência contra a mulher), no âmbito da assistência social.
- Efetuar parcerias com as Universidades locais para mapear e estudar a reincidência no uso de drogas pelos pacientes levados a internações para desintoxicação e tratamento prolongado, efetuando propostas direcionados à prevenção.
- Mapear as ações de assistência social executadas por empresas privadas e OSC's que atuam junto aos usuários em estado de vulnerabilidade e torná-las públicas. AG 21

4) Fortalecer a gestão da Assistência Social em resposta às necessidades comunitárias

A Assistência Social enfrenta desafios na prestação de serviços devido à falta de capacitação das equipes e à ineficácia das políticas.

O objetivo é fortalecer a gestão por meio de treinamentos contínuos, monitoramento e parcerias entre municípios.

Essas estratégias têm o potencial de melhorar a qualidade dos serviços, proporcionando um atendimento mais eficaz e eficiente às pessoas em situação de vulnerabilidade.

PROPOSTAS

- Capacitar as equipes multidisciplinares da Assistência Social a partir de formações continuadas para que atuem conforme o que prevê a lei e em situações adversas.
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de assistência social a fim de garantir a eficácia e aprimorar continuamente as políticas.
- Firmar parcerias entre municípios para compartilhar recursos, expertise e responsabilidades no cuidado de alta complexidade.
- Prover qualificação para as equipes que trabalham com medidas socioeducativas, meio aberto, como forma de contribuir com a redução da reincidência de delitos por crianças, adolescentes e jovens no Município. AG 21

- Realizar diagnóstico, monitoramento, controle de resultados e indicadores de programas sociais conveniados com OSC ´s, voltados a crianças, jovens, adolescentes e idosos, com vistas ao seu fortalecimento e ampliação às diversas regiões do município.
- Efetuar levantamento dos inscritos no programa BOLSA FAMÍLIA, com vistas ao entendimento da realidade das famílias (saúde, educação, trabalho, moradia, etc.), suas necessidades e interesse de profissionalização dos membros ativos, com vistas à promoção da emancipação social.

12

SECRETARIA DA DEFESA E CONVIVÊNCIA SOCIAL (SEGURANÇA)



SEGURANÇA PÚBLICA

A teoria liberal considera que a função mais básica de um governo é garantir a segurança e proteger a propriedade privada.

O Estado no Brasil, contudo, não desempenha bem essa função.

Nosso país tem 10 das 50 cidades com mais homicídios per capita do mundo e é uma das 20 nações mais violentas.

Além disso, existem no Brasil 53 facções criminosas que disputam a dominância territorial e econômica instaurando, por vezes, situações análogas à guerra civil nos municípios e presídios nacionais.

Em virtude disso, e convivendo com o sentimento de impunidade provocado por um processo penal ineficiente na prisão dos criminosos, a realidade é que a sensação de insegurança faz parte do dia a dia no país. As evidências, todavia, apontam que cerca de 50% dos crimes acontecem em 2% a 4% dos territórios das cidades.

Locais onde fatores como baixa visibilidade, pouca iluminação, facilidade de fuga, baixo tráfego de pessoas ou a má zeladoria facilitam a atuação dos criminosos.

Isso ocorre porque, apesar de a prática de delitos possuir diversas causas, algumas delas dependem do ambiente e da situação. Como nesses locais é menos arriscado praticar crimes, é mais recompensador do ponto de vista do criminoso.

Além da segurança pública, o esforço de proteger a vida dos munícipes envolve o enfrentamento das catástrofes e calamidades, alocadas às instituições da defesa civil.

No Brasil, é comum que nos períodos de chuva sejam noticiados deslizamentos de encostas e a ocorrência de inundações, além de queimadas nos períodos de seca.

Assim, compreendendo a segurança de modo mais amplo, a partir do conceito de defesa social, é preciso aprimorar os mecanismos de prevenção e reação a acidentes, ocorrências climáticas e desastres naturais.

ORGANOGRAMA DA SEDECON

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Defesa e Convivência Social da Prefeitura Municipal de Guarujá foi instituída pelo Decreto N° 16.038 de 05 de abril de 2024.

I – Diretoria de Defesa Civil, composta por:

- a) Coordenadoria de Prevenção;
- b) Coordenadoria de Ações Contingenciadoras.

II – Coordenadoria Técnica de Convivência Social e Áreas Irregulares.

III – Comando da Guarda Civil Municipal, unidade composta por:

- a) Coordenadoria Técnica de Monitoramento e Indicadores;
- b) Guarda Civil Municipal.

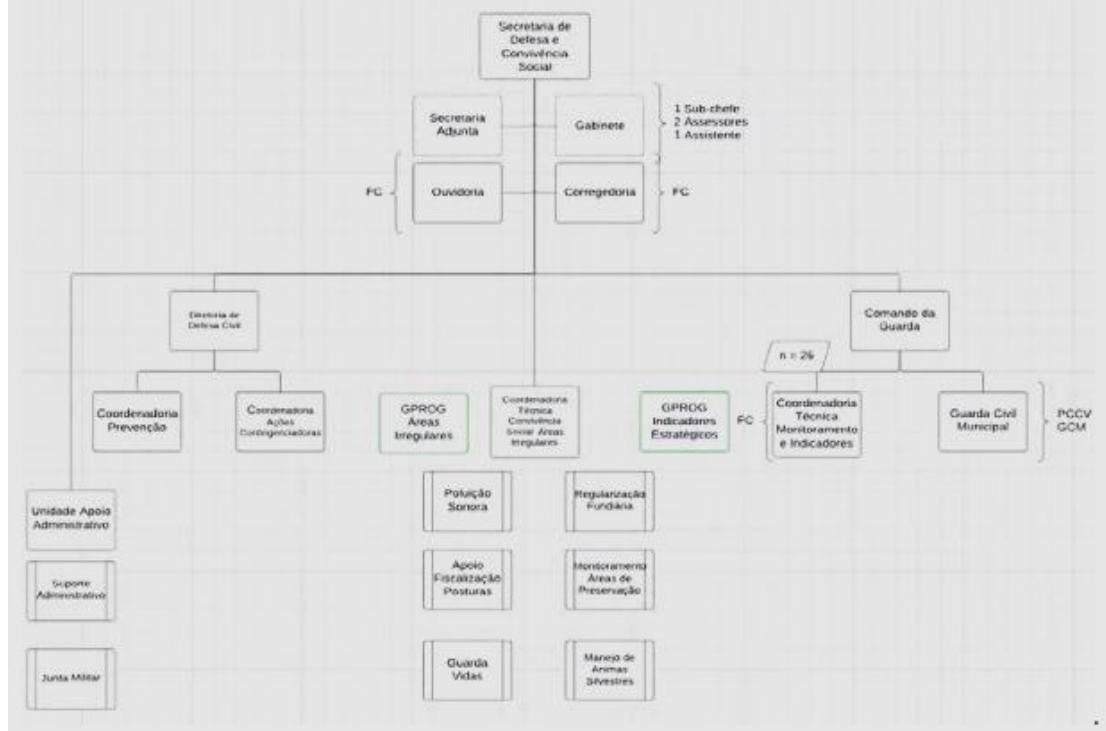
IV – Unidade de Apoio Administrativo.

Quadro de Gestão: Secretário + I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete; III – Diretor; III – Coordenador Técnico; IV – Coordenador; V – Assistente; VI – Assessor; VII – Gestor de Programa; VIII – Chefe de Unidade.

ANEXO I
QUADRO DE GESTÃO
Anexo I – A
Quantitativo e Natureza

Nomenclatura	Qttv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor	1	CC
Coordenador Técnico	2	FC
Coordenador	2	FC
Chefe de Unidade	1	FC
Líder de Equipe	2	FC
Gestor de Programa	2	CC
Total	15	

ANEXO II ORGANOGRAMA DA SECRETARIA



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

Embora constitucionalmente a segurança pública seja responsabilidade dos estados e da União, os municípios também podem e devem desenvolver políticas para assegurar a proteção e o bem-estar de seus habitantes, principalmente por meio de três eixos:

- melhor gestão dos espaços públicos na cidade;
- apoio na implementação de soluções de prevenção e repressão pelas forças de segurança, a partir do uso de inteligência e tecnologia;
- e prevenção do crime.

Além disso, é importante lembrar que, além da segurança contra o crime, a proteção de vidas da população também inclui planejamento e resposta a acidentes, ocorrências climáticas e desastres naturais, como enchentes e desabamentos, que são competência de um programa de defesa civil.

A gestão pode operar de maneira similar ao combate ao crime, mapeando riscos e desenvolvendo respostas preventivas e reativas para as principais possibilidades de riscos. Todas as medidas demandam a atuação coordenada entre a equipe encarregada de executar políticas de segurança pública, as forças de segurança, órgãos de persecução criminal (como o Ministério Público) e outras equipes e secretarias da cidade, como a Defesa Civil, a zeladoria e planejamento urbano, educação, saúde e assistência social.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Redução do número de furtos e roubos
- Redução do número de mortes violentas intencionais

- Redução do número de mortes violentas por causa indeterminada
- Redução da ocorrência de crimes de violência sexual
- Redução da ocorrência de crimes de violência física
- Redução do número de danos e mortes causados por acidentes, ocorrências climáticas e desastres naturais

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

- 1) Produzir e Monitorar dados claros e precisos de incidência de crimes, permitindo a interlocução com as autoridades Estaduais, Federais e outros órgãos, influenciando na focalização e a territorialização das ações de prevenção e combate, especialmente nas regiões mais críticas.**

O primeiro passo para prevenir o crime é mapear os locais em que ele prioritariamente ocorre. Isso permite o uso de inteligência e a atuação coordenada com outras secretarias e com o governo do estado e forças policiais, como as polícias Civil e Militar, para resolver os problemas de cada localidade.

Diversas instituições disponibilizam metodologias e softwares para a compilação desses dados e a produção de mapas de calor ou relatórios de inteligência.

A utilização e, eventualmente, o aprimoramento dessas ferramentas é fundamental para a eficiência de toda política de segurança pública aplicada no município

PROPOSTAS

- Instituir um Observatório de Prevenção da violência, responsável pelo levantamento de dados conectados à criminalidade na cidade e pela coordenação de políticas públicas com as forças de segurança, organizações da sociedade civil e poder público.
- Elaborar um mapa de pontos de calor do crime a partir dos Boletins de Ocorrência, apontando áreas com altos índices de criminalidade, para fundamentar intervenções coordenadas com a área de segurança, urbanismo e zeladoria, assistência social e outros órgãos relevantes da gestão municipal, ou em nível estadual ou federal.
- Compartilhar o mapa de pontos de calor do crime e de áreas com altos índices de criminalidade com a população e outras forças de segurança.
- Aprimorar os canais de denúncia e comunicação com a população, tornando-os mais acessíveis e conhecidos.
- Desenvolver diálogo com as forças de Estado e Federal no tocante a busca de soluções para a falta de segurança do território.
- Atuar para construir um Plano Integrado de Segurança, policiamento, orientado para a solução de problemas, unindo as forças estaduais, municipais, comunidade, utilizando os dados da Segurança Pública do Estado de São Paulo e Município.
- Aprimorar os canais de denúncia e comunicação com a população, tornando-os mais acessíveis e conhecidos.
- Atuar junto as Secretarias afins, para fomentar e fortalecer os programas voltados a Juventude junto às demais Secretarias afins, como forma de contribuir para a prevenção primária na área da segurança.

2) Construir um plano intersetorial de prevenção e combate ao crime, coordenando planos de ação junto às forças de segurança, organizações da sociedade civil e poder público.

A criminalidade não possui apenas uma causa e, portanto, o seu combate não se resume a uma única solução.

É importante, após a compreensão do comportamento criminoso no município, a estruturação de um plano intersetorial entre as secretarias municipais, as forças de segurança locais, se existirem, do estado e, a depender das características do crime no município, também as da União, além de organizações da sociedade civil, prevendo ações das diferentes pastas com o foco em reduzir os delitos no território municipal.

Algumas pastas, como a assistência social e o planejamento urbano, poderão contribuir para prevenção à criminalidade.

Outras poderão apoiar para aumentar a chance de um criminoso ser detectado e apreendido, como as forças de segurança e de infraestrutura.

PROPOSTAS

- Estruturar intervenções integradas de prevenção ao crime, em cooperação com as áreas de cultura, educação, saúde, assistência social e com as forças de segurança.
- Elaborar uma Operação Delegada, onde o município contrata a Polícia Militar de seu estado para desempenhar funções de fiscalização, nos moldes da Lei Municipal 14.977/2009 de São Paulo (SP).
- Em conjunto com as forças de segurança, implementar intervenções tecnológicas e rotinas de patrulhamento nas áreas de alta criminalidade mapeadas como pontos de calor do crime.
- Autorizar que associações de moradores formalmente registradas possam implementar estrutura física de monitoramento e segurança, bem como contratar serviços de vigilância privada que atuem em conjunto com as forças de segurança.
- Fortalecer as secretarias da Sehub, Semam para tornar sistemático o programa municipal de poda de árvores, considerando ser este um fator contribuinte de prevenção à segurança.
- Reavaliar as diretrizes dos Contratos estabelecidos junto a Concessionária de fornecimento de energia e empresa de manutenção para intensificar a efetividade da manutenção e troca de lâmpadas e fiação no município.
- Incentivar as comunidades na criação de projetos de vizinhança solidária, com a cooperação de tutores da área da segurança, do bairro elegível com o apoio da PM, GCM e supervisão do grupo para tomada de ações em tempo integral.
- Fortalecer os Conseg's Municipais.

3) Aumentar a efetividade da gestão municipal na promoção de segurança, inclusive da Guarda Municipal, onde esta já existir.

A boa execução de qualquer política pública exige um corpo técnico treinado e capacitado para aplicá-la.

No caso da segurança, o município que possuir uma Guarda Municipal pode utilizá-la como parte da política de combate ao crime, em especial no patrulhamento ostensivo e na fiscalização de mercadorias que possam ser fruto de receptação, a fim de desarticular o crime organizado.

De todo modo, a participação do município na construção das ações que serão implementadas é fundamental para torná-las efetivas, devendo contribuir com o levantamento de informações, criação de uma estrutura de inteligência e diálogo constante com os gestores da política de segurança e com as forças policiais.

PROPOSTAS

- Remanejar a estrutura existente da prefeitura para formar um corpo especializado dedicado a questões de segurança urbana com o objetivo de desenvolver, implementar e gerenciar políticas e estratégias de prevenção ao crime na cidade, trabalhando em colaboração com outras entidades e forças de segurança.
- Atuar para fortalecer, valorizar e aumentar o efetivo de recursos humanos das polícias no território.
- Instalar um Centro de Controle Operacional para coordenar as ações, reunir e analisar informações, e alinhar políticas públicas de segurança com forças de segurança e os serviços de emergência.
- Efetuar análise dos projetos em andamento para o sistema de monitoramento, controle e segurança do Município, com vistas a viabilizar a plena operacionalização, a exemplo de outras cidades da Baixada Santista como Santos e Praia Grande.
- Mobilizar a sociedade civil organizada para o fortalecimento de parcerias na implementação e manutenção de sistema de monitoramento digital de segurança no Município de forma abrangente.
- Implementar as capacidades concedidas na Lei Federal 13.022/2014, que regulamenta as Guardas Municipais, para que possam desempenhar um papel mais ativo na promoção da segurança nos ambientes urbanos.
- Atuar junto a Secretaria Estadual de Segurança para fortalecer a infraestrutura dos postos policiais instalados nos bairros, bem como junto a Secretaria da Prefeitura Municipal em relação a GCM.
- Realizar estudo das necessidades e viabilidade orçamentária para ampliar e melhorar a infraestrutura dos equipamentos de segurança pública (viaturas, delegacias, base comunitária).
- Autorizar o corpo existente da Guarda Municipal a fiscalizar o comércio de produtos com alto risco de serem produto de receptação, combatendo a lucratividade do crime.
- Ampliar e fortalecer a Força Tarefa Municipal (estrutura, infraestrutura, recursos humanos e financeiros).
- Fortalecer o GGI-M – Gabinete de Gestão Integrada Municipal com vistas a melhoria das estratégias de atuação para a segurança.
- Avaliar as estruturas do atendimento tático-operacional da Guarda Municipal para fortalecer o Grupamento Especializado de Atendimento as Escolas Públicas Municipais, da Patrulha Maria da Penha Municipal, do Grupamento Especialização Ambiental, do Patrulhamento Especializado nas Áreas Turísticas, quando for o caso, considerando a maior circulação e fluxo de pessoas e recursos, entre outros.
- Fortalecer os órgãos de controle, interno (Corregedoria) e externo (Ouvidoria) da Guarda Municipal.

4) Atuar para prevenir a delinquência juvenil, o tráfico de drogas, violência doméstica, de vulnerável e uso de álcool e drogas

PROPOSTAS

- Verificar junto a Secretaria de Educação as condições necessárias para implantar o sistema de Registro Eletrônico Online de Violências nas Escolas (ROVE) para nortear o desenvolvimento de uma política municipal de prevenção.
- Promover a integração entre secretarias para a efetivação de políticas públicas nas áreas irregulares, para evitar a exposição dos cidadãos aos desmandos das estruturas do tráfico de drogas existentes nestes territórios.
- Acompanhar junto a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, a realização de pesquisa municipal de "vitimização". (formas de violência que não aparecem em registros criminais - roubos, furtos, fraudes, ofensa, agressão, violência no trânsito...)
- Acompanhar junto as Secretarias de Saúde, Convivência Social, Educação e outras a aplicação de programas e ações de prevenção ao uso de álcool e drogas, que são os maiores fatores do gatilho da violência doméstica.
- Avaliar junto as Secretarias afins (Segurança, Educação, Assistência Social), implantação de sistema para qualificar e capacitar periódica e sistematicamente servidores públicos municipais em mediação de conflitos, justiça restaurativa, prevenção das violências e promoção da paz, notadamente daqueles lotados na Guarda Municipal, se for o caso.
- Mobilizar as secretarias afins e Conselhos com vistas ao fortalecimento de programas de proteção e apoio para mulheres vítimas de violência (Centro de Referência da Mulher, Casa Abrigo, Promotora Legal Popular, Mapa de acolhimento nos territórios com maior incidência desses delitos, Patrulha Maria da Penha, Delegacia da Mulher, etc.) em parceria com organizações da sociedade civil organizada.
- Acompanhar junto as Secretarias e Órgãos afins, a efetividade das políticas públicas e programas voltados ao acompanhamento de medidas judiciais e eventual encaminhamento de tratamento dos homens agressores (drogadiços, alcoólatras, e outras doenças), possibilitando parcerias com Organizações Sociais e equipamentos de saúde.
- Agir para transformar a Delegacia da Mulher em funcionamento e atendimento 24 horas x 7 dias por semana, revendo o dimensionamento de sua estrutura física e de recursos humanos.
- Atuar junto aos órgãos competentes, para estimular o retorno do programa PROERD, para a prevenção primária do uso de drogas. O programa tem origem no Governo do Estado.
- Atuar junto a Câmara Legislativa, Órgãos tais como os Conselhos, Promotoria, Judiciário, Defensoria Pública do Município e dos demais Municípios da RMBS para ações Regionais que visem a realização de estudos relativos à reformulação do Sistema Judiciário, quanto as sentenças de liberdade e/ou condenação de delitos e demais crimes que ocorrem na região.
- Identificar as áreas de maior incidência criminal e o atendimento de grupos e segmentos sociais mais vulneráveis, com foco na prevenção das violências e estímulo a mediação de conflitos.
- Fomentar programas integrados junto as Secretaria de Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Econômico, para viabilizar inserção no mercado de trabalho para egressos do sistema prisional como parte da estratégia de prevenção terciária das violências, estabelecendo uma matriz de controle e indicadores.

5) Implementar práticas preventivas e reativas de Defesa Civil, criando sistemas, planos e intervenções que protejam vidas.

Além do crime, acidentes, ocorrências climáticas e desastres naturais ameaçam a vida das pessoas e precisam de uma resposta adequada.

A efetividade das medidas preventivas e reativas depende da construção de uma política de estado estruturada, que permita a atuação constante do poder público no aprimoramento da infraestrutura das cidades, visando atenuar os impactos das chuvas, alagamentos, desabamentos e deslizamentos, e da preparação para uma resposta rápida quando esses eventos ocorrerem.

Também é importante o treinamento contínuo das equipes que executarão essas medidas em situações de pressão e a coordenação de ações de educação da população para estarem preparadas para reagir em situações de emergência.

A finalidade deste objetivo é construir um nível de inteligência com um corpo técnico capaz de coordenar as ações do poder público nas áreas de risco, reduzindo os impactos dos desastres ambientais.

PROPOSTAS

- Mapear áreas em risco de alagamento, desabamentos de morros e encostas, vendavais e outras incidências em potencial e elaborar planos de contingência para os casos de ocorrências que afetem as regiões mapeadas.
- Implementar intervenções de desenvolvimento e manutenção de infraestrutura de segurança e prevenção, como estabilização de encostas, manutenção e expansão do sistema de drenagem.
- Implementar um sistema de notificação de tempestades, alagamentos e outros riscos que emita alertas para moradores da cidade e das áreas de risco.
- Capacitar a equipe de segurança municipal e demais órgãos relacionados e promover programas de educação e conscientização para a atuação em caso de desastres naturais.
- Fortalecer o Corpo de Bombeiros baseado no município.
- Coordenar ações de monitoramento e resposta a desastres naturais com as forças estaduais e federais e com o Centro de Comando e Controle municipal, caso exista.

13

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS (RESÍDUOS — SEGURANÇA HÍDRICA — ARBORIZAÇÃO)



A sustentabilidade e a preservação ambiental são temas que vêm sendo amplamente discutidos, refletindo uma crescente preocupação com o equilíbrio ecológico e com a gestão responsável dos recursos naturais.

Essa conscientização é impulsionada pelas evidências crescentes das mudanças climáticas e pela urgência em adotar práticas sustentáveis para garantir a qualidade de vida das populações urbanas e rurais.

No Índice de Desempenho Ambiental de 2022, desenvolvido pelas universidades de Columbia e Yale, o Brasil ficou em 81º lugar de 180 países estudados.

Foram avaliados 40 indicadores relativos à saúde ambiental, proteção de ecossistemas e mitigação das mudanças climáticas.

O Brasil registrou baixo desempenho em diversas categorias, ficando entre os piores do mundo em algumas delas, como reciclagem.

Além disso, o país enfrenta desafios com a perda de cobertura florestal e o lançamento de plástico nos oceanos. A situação brasileira não é melhor no que diz respeito ao bem-estar animal.

Dados do Instituto Pet Brasil (IBP) indicam que há quase 185 mil animais resgatados por ONGs ou grupos de protetores após serem abandonados ou sofrerem maus-tratos.

Destes, 177.562 são cães e 7.398 são gatos.

O levantamento, realizado junto a 400 ONGs de todo o país, revelou que o número de animais de estimação em condição de vulnerabilidade mais do que dobrou no Brasil entre 2018 e 2020, passando de 3,9 milhões para 8,8 milhões.

Outra área na qual o Brasil ainda é insuficiente é na concessão dos parques com potencial de exploração pela iniciativa privada.

Com 499 parques elegíveis para parcerias público-privadas, menos de 30 foram concedidos até 2021, ou seja, há um enorme potencial inexplorado.

O setor é muito importante. Estudo do ICMBio sugere que cada real investido em unidades de conservação pode gerar R\$15,00 em benefícios econômicos, ilustrando o impacto positivo das concessões.

Estima-se que os parques brasileiros possam atrair até 56 milhões de visitantes por ano, criando 978 mil empregos e impactando o PIB em R\$ 44 bilhões.

A concessão de parques, portanto, não só é benéfica para a economia, mas também promove a preservação ambiental e a promoção do turismo sustentável no Brasil.

Por fim, algumas cidades enfrentam desafios como o despejo de esgoto não tratado diretamente nos rios e os lixões a céu aberto, bem como a ausência de coleta seletiva e reciclagem.

É importante mencionar que um saneamento básico adequado é essencial para a proteção do meio ambiente.

Nesse sentido, o Novo Marco do Saneamento promoveu a atração de investimentos e mais transparência para o setor, reduzindo a participação das estatais estaduais de águas e aumentando o número de projetos de concessões e parcerias público-privadas de tratamento de água e esgotamento.

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Estrutura Administrativa da Secretaria do Meio Ambiente foi instituída através do Decreto nº 16.055 de 05 de abril de 2024.

I – Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, composta por:

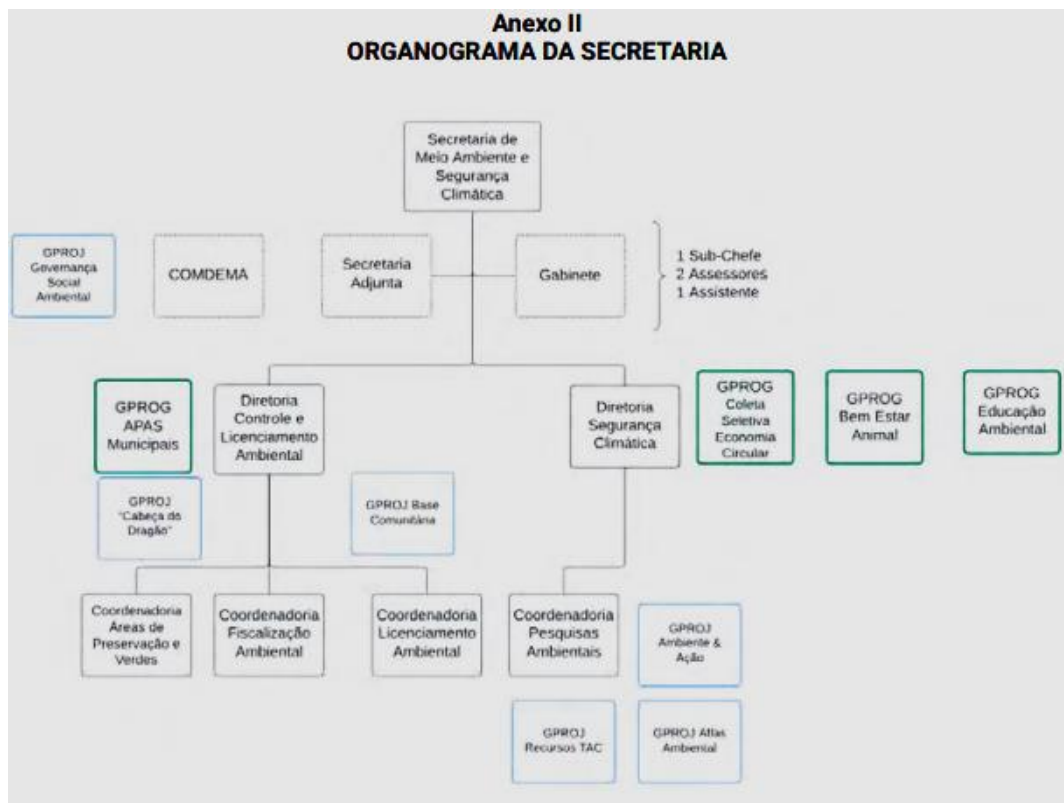
- a) Coordenadoria de Fiscalização Ambiental;
- b) Coordenadoria de Áreas de Preservação e Verdes;
- c) Coordenadoria de Licenciamento Ambiental.

II – Diretoria de Segurança Climática, contendo a Coordenadoria de Pesquisas Ambientais

Quadro da Gestão: Secretário + I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete; III – Diretor; IV – Coordenador; IV – Assistente; V – Assessor; VI – Gestor de Programa; VII – Gestor de Projeto; VIII – Líder de Equipe.

**Anexo I
QUADRO DE GESTÃO
Anexo I – A
Quantitativo e Natureza**

Nomenclatura	Qttv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor	2	CC
Coordenador	4	FC
Líder de Equipe	1	FC
Gestor de Programa	4	CC
Gestor de Projeto	4	CC
Total	22	



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

Segundo as diretrizes constitucionais, é dever de todos os entes proteger o meio ambiente e combater a poluição em suas múltiplas formas.

Essa responsabilidade inclui a gestão de áreas verdes, fauna, flora e a implementação de políticas para a preservação ambiental.

Além disso, os municípios detêm a capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e estadual conforme necessário, podendo definir exigências adicionais às regras de licenciamento ambiental e até serem responsáveis por licenciar empreendimentos de menor porte.

Os municípios também podem instituir áreas de preservação permanente e gerir parques municipais. Nesse contexto, a concessão dos parques surge como um mecanismo relevante, permitindo o aprimoramento da infraestrutura, melhor qualidade nos serviços de ecoturismo e conservação ambiental.

Como parte da competência municipal sobre o saneamento básico, a Prefeitura é responsável pela reciclagem e fiscalização dos esgotos e fossas irregulares, devendo implementar a coleta seletiva e ampliar a cobertura de esgoto tratado. No mesmo sentido, é preciso preocupar-se com a implantação de políticas de eficiência energética, gestão responsável dos recursos hídricos do município e promoção de uma infraestrutura urbana ecologicamente responsável. Percebe-se que a efetividade das políticas ambientais depende da mudança de hábitos de toda população. Assim, o município também deve agir na conscientização das pessoas, criando uma cidade mais sustentável.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Aumentar a cobertura da coleta de resíduos sólidos urbanos
- Aumentar a cobertura de coleta seletiva urbana
- Reduzir a destinação inadequada dos resíduos sólidos urbanos
- Aumentar o nível de segurança hídrica
- Reduzir a dependência de uso dos recursos dos combustíveis fósseis
- Aumentar o nível de aproveitamento dos recursos naturais renováveis
- Aumentar a resiliência do território, com vistas à prevenção aos impactos das Mudanças Climáticas

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Educar a população sobre a preservação ambiental para promover hábitos sustentáveis.

A proteção do meio ambiente passa pela mudança de hábitos individuais.

Para que os indicadores de proteção do meio ambiente melhorem, é importante que cada um seja mais consciente sobre o seu impacto na natureza.

Assim, programas educacionais que informam a população a respeito da necessidade de coleta seletiva do lixo e sobre evitar condutas como as que provocam queimadas e poluição de cursos d'água são grandes aliados.

Paralelamente, é importante promover campanhas de conscientização sobre o problema do abandono animal, incentivando a adoção responsável e a castração de animais de estimação. Essas iniciativas visam criar uma mudança de mentalidade e comportamento na sociedade, levando a uma realidade mais sustentável e harmoniosa entre comunidade e meio ambiente.

PROPOSTAS

- Efetivar o PMEA - Plano Municipal de Educação Ambiental.
- Desenvolver programas educacionais para conscientizar a população sobre a importância da preservação ambiental, os impactos negativos das queimadas e as consequências da poluição da água.
- Atuar junto as concessionárias de água e energia para a realização de campanhas maciças para a educação ambiental, com incentivo a redução das perdas e desperdício dos recursos naturais.
- Rever as ações de educação ambiental inseridas no curriculum escolar da rede municipal de ensino, com vistas ao entendimento e contribuição com a Agenda 2030 da ONU e as ações da Agenda 21 Local.
- Planejar e realizar campanhas educativas de conscientização para o consumo consciente e redução da geração de resíduos.
- Inserir nos itens requeridos para a liberação de licenças para atuação de carrinheiros, ambulantes e quiosqueiros que atuam nas faixas de areia e calçadas da orla das praias, requisitos de certificação para a educação ambiental periódicos, relativos a utilização de óleo de cozinha, uso de bujão de gás, destinação de resíduos, etc.
- Identificar e mapear os programas de controle, prevenção e manutenção adotados pelas empresas de logística estabelecidas nas áreas portuária, retroportuárias, bem como a

Empresa prestadora de serviços de Transporte Coletivo Urbano, com vistas ao atendimento e contribuições para as políticas públicas voltadas às Mudanças Climáticas.

- Organizar campanhas de conscientização sobre os problemas do abandono animal e promover a adoção responsável e castração de animais de estimação.

2) Estabelecer Parcerias Público-Privadas para a instalação, manutenção e operação de parques em áreas públicas, explorando o potencial turístico e aprimorando a experiência dos visitantes.

Atualmente, os parques urbanos no Brasil enfrentam desafios devido à falta de recursos e de expertise do Estado em sua administração, resultando em serviços muitas vezes aquém do ideal.

Diante dessa realidade, a concessão desses espaços para a gestão privada surge como uma solução estratégica.

A concessão de parques permite investimentos privados em requalificação, modernização, operação e manutenção, com foco no ecoturismo e no uso público.

A concessão busca explorar o potencial de áreas naturais, seja turístico, seja do uso urbano para lazer ou integrando práticas culturais, por meio da melhora da experiência dos visitantes e gerando benefícios econômicos, como emprego e renda, além de fomentar a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, alinhando-se com a agenda de responsabilidade socioambiental.

PROPOSTAS

- Incentivar investimentos privados para a requalificação e modernização das instalações das praças, áreas de preservação ambiental, incluindo aprimoramento de infraestruturas como trilhas, centros de visitantes e áreas de lazer.
- Desenvolver serviços de apoio ao ecoturismo, realçando a beleza natural enquanto se promove a conservação ambiental e a educação ambiental.
- Oferecer uma gama diversificada de serviços, para melhorar a experiência dos visitantes e aumentar a receita do município.
- Garantir que processos de concessões sejam transparentes, com clara definição de responsabilidades e expectativas para os operadores privados, assegurando a sustentabilidade a longo prazo dos atrativos do município.

3) Firmar parcerias entre setores governamentais, terceiro setor e setor privado para a preservação de áreas verdes e o bem-estar animal.

O cuidado com as áreas verdes e as ações de promoção do bem-estar animal costumeiramente são parte da atuação de organizações do terceiro setor.

Assim, tende a ser mais eficiente a Prefeitura atuar em conjunto com o terceiro setor, financiando e apoiando as iniciativas da sociedade que geram impacto positivo na proteção da natureza e no combate aos maus tratos animais.

Essa abordagem permite uma gestão mais especializada e focada, aproveitando a expertise das organizações não governamentais e entidades privadas.

Ao unir esforços de diferentes setores da sociedade, essas estratégias buscam melhorar nossa realidade, protegendo o ambiente natural e garantindo o bem-estar dos animais.

PROPOSTAS

- Identificar e divulgar organizações dedicadas ao acolhimento de animais e locais onde é possível adotar animais de forma responsável.
- Criar colaboração entre o governo e entidades privadas para viabilizar a castração de animais domésticos, de rua ou que estejam em abrigos, a fim de controlar a população de animais sem lar.
- Estabelecer parcerias entre governo, setor privado, autoridades locais e organizações ambientais para preservar áreas verdes, monitorar e proteger áreas de risco ambiental.
- Rever o modelo de contratação do sistema de vigilância para detectar e prevenir queimadas e desmatamentos no município.
- Fortalecer os sistemas de fiscalização permanente para combater e erradicar as invasões irregulares em áreas de preservação ambiental.
- Realizar estudos para implantar o sistema de telemetria fixa em pontos estratégicos e móveis que registre as concentrações de poluentes na atmosfera, oriundos da movimentação de cargas na faixa portuária, sistema viário e indústrias em operação, com vistas as ações voltadas às **Mudanças Climáticas**.

4) Implementar sistemas de reciclagem, gerenciamento de resíduos e realizar a limpeza e despoluição de rios, praias e mangues

O aumento constante na produção de resíduos sólidos e a disposição inadequada desses materiais contribui para a poluição ambiental, a degradação de ecossistemas e a escassez de recursos naturais.

Nesse cenário, o objetivo principal é implementar sistemas de reciclagem e gerenciamento de resíduos eficientes, para reduzir a necessidade de extração de matéria prima da natureza e a quantidade de lixo enviado para aterros sanitários.

Para tanto, propõe-se fortalecer a coleta do lixo reciclável por meio da formalização de cooperativas para exercer a atividade, a criação de centros de compostagem e reciclagem por meio de parcerias com a iniciativa privada e o aumento da adesão da população à coleta seletiva por meio de campanhas educacionais, inclusive em escolas, em parceria com a Secretaria de Educação.

Por fim, projetos de limpeza e despoluição de rios e lagos contribuem para a proteção de ecossistemas aquáticos e para a melhoria da qualidade de vida. Essas estratégias combinadas têm o potencial de reduzir o impacto ambiental dos resíduos e criar uma realidade mais sustentável.

PROPOSTAS

- Agilizar a construção e colocação em operação do Centro de Triagem de Resíduos do Município, visando a universalização da coleta seletiva no município.
- Apoiar a criação de Cooperativas de Catadores em macrozonas, descentralizando a coleta seletiva para melhor eficácia do programa de reciclagem, empregabilidade de mão de obra (a princípio desqualificada).
- Estabelecer centros de compostagem e reciclagem, preferencialmente por meio de parcerias público-privadas.

- Rever o número de Ecopontos, avaliar sua efetividade para aplicação de políticas públicas de educação ambiental.
- Por meio de campanhas, incentivar os moradores a separarem o lixo orgânico e reciclável, inclusive as crianças e adolescentes, em parceria com a pasta de educação.
- Implementar projetos de limpeza e despoluição de rios, praias e mangues.
- Fomentar a instalação de usina de reciclagem de resíduos da construção civil, incentivando a fabricação de materiais para uso principalmente na pavimentação das vias das comunidades populares.
- Revisar e efetivar políticas públicas específicas para coibir o despejo de óleo de fritura nas áreas de praias, bem como a destinação do óleo descartado (carrinheiros, quiosqueiros, ambulantes) e atuar na regularização das empresas de coleta, destinação e uso do óleo utilizado.
- Ampliar os programas de logística reversa no município nas diversas cadeias produtivas (não só as obrigatórias pela PNRS).
- Realizar estudos para viabilizar a implantação do programa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) em todas as áreas da gestão pública municipal.

5) Manter e ampliar as Áreas de Preservação Ambiental – APA´s e ações em prol das Mudanças Climáticas

PROPOSTAS

- Rever as ações constantes do Plano Municipal de Arborização (plantio de árvores nas calçadas, espécies nativas, distâncias mínimas, fiação elétrica, formação de mão de obra especializada em poda, etc.) e sua interação com o código de obras e demais políticas públicas de Infraestrutura Urbana e Mobilidade.
- Manter atualizado o inventário arbóreo do município, incentivando o plantio e reposição permanente de espécies arbóreas nativas, com ênfase nos bairros.
- Instituir a Política Municipal de Mudanças Climáticas – PMMC.
- Identificar as ações previstas no PMMA - Plano Municipal da Mata Atlântica, passíveis de realização, efetuando seu planejamento com vistas a previsão de recursos orçamentários para sua execução.
- Promover a criação do Plano Diretor Ambiental.
- Manter e fortalecer os programas de sustentabilidade do Município, tais como a Certificação da Bandeira Azul, Município Verde Azul e outros, bem como realizar estudos para adesão a outros programas de interesse para o Município.
- Incentivar a realização de estudos e análise de viabilidade de aproveitamento do patrimônio público de áreas verdes do município, como forma de transformação “em moeda verde” com destinação prevista para as melhorias dos recursos para a manutenção e preservação ambiental, das áreas vulneráveis, nas áreas de tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos e arborização.
- Realizar estudos para identificação de áreas e implantação de parques municipais.
- Promover ações ambientais no modelo SBN – Soluções Baseadas na Natureza.
- Aderir a Política Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de SP. – PEMC; ao Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática – PEARC, entre outros instrumentos.

6) Priorizar a atuação da Secretaria de Meio Ambiente como ente mediador de conflitos ambientais, tornando sua atuação mais resolutiva e aprimorando a emissão de licenças ambientais.

A pronta resposta do poder público é fundamental para a prevenção do meio ambiente.

Os impactos das ocupações e empreendimentos irregulares não fiscalizados costumam ser irreversíveis ou de difícil reversibilidade.

De outro lado, a demora na deliberação de negócios que solicitaram licenças prévias causa perda de empregos e redução da atratividade do município.

A Prefeitura deve atuar como mediadora dos conflitos ambientais, focada em conferir rápida solução às demandas populares, sejam conflitos de terra ou abusos contra a natureza.

Um meio para isso é um canal de denúncias acessível a toda a população.

Ademais, a celeridade na avaliação e emissão de licenças ambientais é importante para o reforço da credibilidade da pasta, garantindo uma percepção pela sociedade de que a ponderação entre o desenvolvimento econômico e a proteção ao meio ambiente pode acontecer de maneira sustentável e benéfica.

PROPOSTAS

- Tornar mais eficiente a emissão de licenças ambientais, assegurando que os processos sejam mais ágeis e ainda estejam em conformidade com as normas ambientais.
- Criar comitê para revisão das legislações das políticas e programas ambientais do Município.
- Promover a capacitação contínua de servidores das Secretarias de Meio Ambiente e estabelecer um processo de seleção técnico para a contratação de novos funcionários, buscando a excelência e a eficiência nos serviços.
- Desenvolver canais de denúncias acessíveis para o público reportar problemas ambientais e abusos e abandono de animais.
- Identificar áreas de conflito ambiental e atuar como mediador para encontrar soluções equilibradas.
- Atualizar e revisar o licenciamento e Certificação das empresas de coleta, transporte e destinação dos resíduos da Construção Civil.
- Fomentar as discussões Regionais em busca de soluções para os desafios comuns dos municípios da área metropolitana da Baixada Santista.

7) Desenvolver uma infraestrutura urbana ecologicamente responsável, integrando conceitos de cidades inteligentes e adensamento urbano para preservar áreas naturais e otimizar a vida urbana.

O Brasil é carente de infraestrutura adequada, sendo costumeiramente discutidos nas cidades a ampliação das áreas verdes, os transportes públicos eficientes e sistemas adequados de abastecimento de água e saneamento, voltados à implementação de um ambiente socioambiental sustentável.

Para atingir esse objetivo, é importante promover a arborização e a criação de corredores verdes, conectando áreas urbanas para reduzir a poluição do ar e proporcionando espaços de lazer.

A renovação sustentável do transporte coletivo pode reduzir a emissão de poluentes e melhorar a qualidade do ar.

Ainda, a inspeção e a auditoria das redes de água e esgoto ajudam a conservar os recursos hídricos.

O impacto dessas estratégias gera uma melhoria notável na realidade urbana, com cidades mais verdes, proporcionando uma qualidade de vida superior aos seus habitantes e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

PROPOSTAS

- Implementar políticas de uso eficiente da água, incluindo a instalação de sistemas de captação de água da chuva em prédios públicos.
- Mobilizar e incentivar as Associações representativas da sociedade civil para a realização de campanhas de incentivo a instalação de sistemas de coleta de água da chuva, reúso de água, implantação de sistemas de energia solar. (Residências, Comércio e Indústria, outros...), como forma de fomentar a geração de emprego e renda, além de contribuir para sustentabilidade energética do Município e atração de novos empreendimentos.
- Promover a arborização das ruas e a criação de corredores verdes que conectem diferentes áreas da cidade, proporcionando espaços para recreação e tornando as calçadas mais caminháveis.
- Buscar soluções econômica e ambientalmente viáveis para a renovação das frotas do transporte coletivo, com foco na redução de poluentes.
- Realizar estudos para utilização de frota de veículos municipais alinhados com práticas de utilização de combustíveis renováveis, contribuindo para os resultados das políticas públicas voltadas as ações em prol das Mudanças Climáticas.
- Executar inspeção e auditoria nas redes de água e esgoto para localizar e desativar conexões ilegais.
- Efetuar estudos para a busca de soluções para a interrupção do lançamento de esgoto in natura lançados nos canais, oriundo das áreas de moradias irregulares, buscando parcerias com Universidades e outros órgãos de interesse.
- Atuar junto a Concessionária para incentivar a realização de novos estudos para ampliação da rede de cobertura de coleta e tratamento de esgoto, visando a construção de micro estações nas macrorregiões.
- Realizar pesquisas e estudos básicos para mapear o potencial hídrico do Município, estabelecendo parcerias com Universidades e Órgãos de interesse, com vistas a construção de micro estações de captação, tratamento e distribuição de água nas macrorregiões.
- Realizar estudos de viabilidade econômica para implementação de sistemas de eficiência energética em infraestruturas existentes ou a ser construída dos prédios e próprios públicos.

14

SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL



O Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação é um conjunto de reformas legais (Emenda Constitucional 85, Lei nº 13.243/2016 e Decreto 9.283/2018) que estabelecem as diretrizes para o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. Ele visa principalmente fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em diversos setores da economia, promovendo a competitividade e o desenvolvimento sustentável do país.

Instituída pelo Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, alterado pelo Decreto nº 9.804, de 23 de maio de 2019, e Decreto nº 10.782, de 30 de agosto de 2022, o Sistema Nacional para a Transformação Digital (SinDigital) é composto pela Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (**E-Digital**), seus **eixos temáticos** e sua estrutura de governança.

A E-Digital, fundamentada nos eixos temáticos, visa à harmonização das iniciativas do Poder Executivo federal ligadas ao ambiente digital, com o objetivo de aproveitar o potencial das tecnologias digitais para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável e inclusivo, com inovação, aumento de competitividade, de produtividade e dos níveis de emprego e renda no País.

A Estratégia está estruturada conforme os seguintes eixos temáticos:

I - eixos habilitadores:

a) infraestrutura e acesso às tecnologias de informação e comunicação: objetiva promover a ampliação do acesso da população à internet e às tecnologias digitais, com qualidade de serviço e economicidade;

b) pesquisa, desenvolvimento e inovação: objetiva estimular o desenvolvimento de novas tecnologias, com a ampliação da produção científica e tecnológica, e buscar soluções para desafios nacionais;

c) confiança no ambiente digital: objetiva assegurar que o ambiente digital seja seguro, confiável, propício aos serviços e ao consumo, com respeito aos direitos dos cidadãos;

d) educação e capacitação profissional: objetiva promover a formação da sociedade para o mundo digital, com novos conhecimentos e tecnologias avançadas, e prepará-la para o trabalho do futuro; e

e) dimensão internacional: objetiva fortalecer a liderança brasileira nos fóruns globais relativos a temas digitais, estimular a competitividade e a presença das empresas brasileiras no exterior, e promover a integração regional em economia digital; e

II - eixos de transformação digital:

f) transformação digital da economia (Economia Baseada em Dados; Um Mundo de Dispositivos Conectados; Novos Modelos de Negócios) objetiva estimular a informatização, o

dinamismo, a produtividade e a competitividade da economia brasileira, de forma a acompanhar a economia mundial; e

g) transformação digital (Cidadania e Governo): tornar o Governo federal mais acessível à população e mais eficiente em prover serviços ao cidadão, em consonância com a Estratégia de Governo Digital.

Portanto, temos instrumentos adequados para agir em prol do desenvolvimento de Políticas Públicas adequadas a Modernização e Transformação Digital do nosso Território.

ORGANOGRAMA DA SMTD –

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Modernização e Transformação Digital foi instituída através do Decreto Municipal N^o 16.044 – como órgão de perfil de suporte, sendo composta por:

I - a) Coordenadoria de Arquivo; b) Coordenadoria de Acesso Digital.

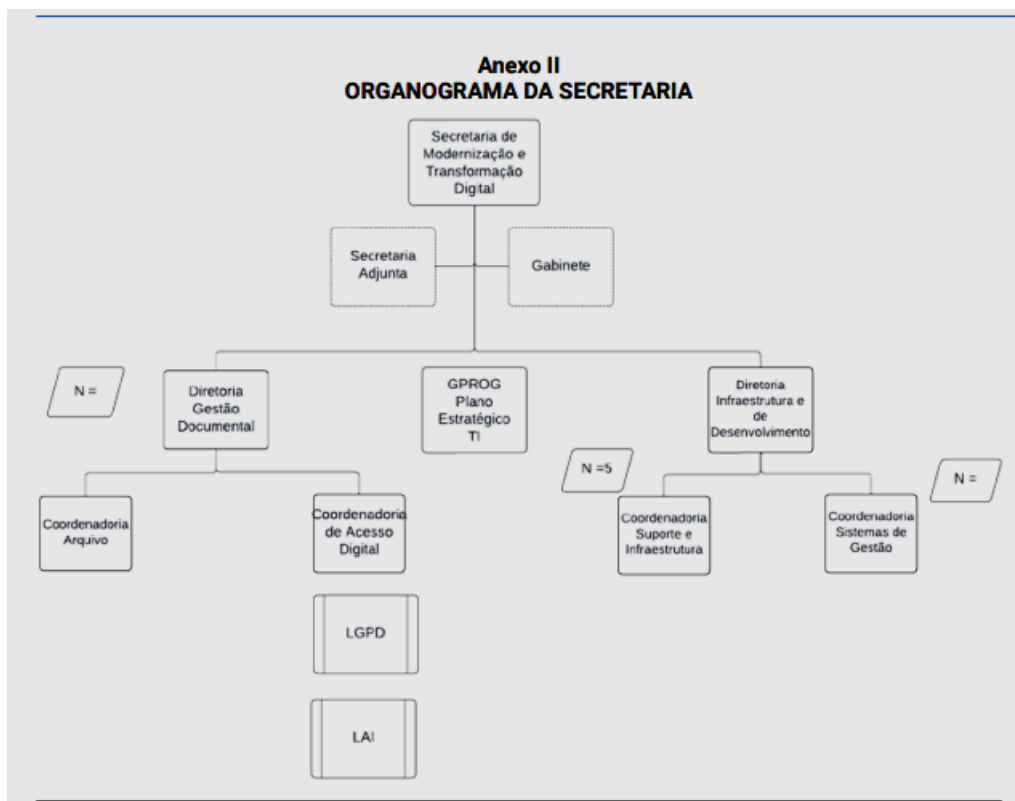
II – Diretoria de Infraestrutura e de Desenvolvimento, composta por:

a) Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura;

b) Coordenadoria de Sistemas de Gestão.

Gestão: Secretário + I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete; III – Assistente; IV – Assessor; V – Diretor; VI – Coordenador; VII – Gestor de Programa

Anexo I QUADRO DE GESTÃO Anexo I – A Quantitativo e Natureza		
Nomenclatura	Qttv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	1	CC
Assistente	1	CC
Diretor	2	CC
Coordenador	4	FC
Gestor de Programa	1	CC
Total	11	



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

De acordo com o levantamento da Estratégia Brasileira de Transformação Digital 2018 (E-Digital), implantar soluções inovadoras por meio de uma estratégia eficiente de transformação digital pode aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) anual em 5,7% e economizar até 97% nos custos de atendimento e serviços públicos. Estima-se ainda que houve uma economia de R\$ 4,6 bilhões anuais para os brasileiros e os cofres públicos com a digitalização dos serviços no período de 2018-2022 de acordo com informações do Ministério da Economia.

Isso destaca a importância das novas tecnologias e soluções que modernizam a prestação de serviços no setor público.

Outros impactos da transformação digital incluem o aumento da eficiência e a qualidade dos serviços públicos. Ao automatizar processos e reduzir burocracias, é possível tornar o trabalho público mais ágil e eficaz, resultando em maior satisfação com os serviços oferecidos. Além disso, a transformação digital proporciona maior transparência e participação cidadã ao utilizar tecnologias digitais como fontes de informações transparentes.

Assim, poderemos contribuir com rapidez para a melhoria da administração pública de Guarujá, avançando na integração de plataformas e sistemas digitais para gestão, controle e monitoramento da aplicação dos recursos públicos, bem como da melhoria da prestação dos serviços ao munícipe.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Revisar e executar o Plano Diretor de Modernização e Transformação Digital
- Integrar os sistemas digitais para otimizar os controles dos processos da gestão pública municipal

- Diagnosticar e administrar os serviços de tecnologia, comunicação e acesso à informação, e de suporte de infraestrutura direcionados ao uso das Secretarias Municipais
- Coordenar e executar a política de proteção de dados municipais, bem como de gestão documental do Município, na versão física e digital
- Promover a política de inovação tecnológica e digital do Município de forma coordenada com as demais Secretarias
- Integrar os sistemas de controle de metas e resultados dos indicadores do Município

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Padronizar e fortalecer o ecossistema de inovação e tecnologia do município

PROPOSTAS

- Organizar e operacionalizar a política documental do Município.
- Promover a gestão geral dos arquivos públicos e documentos oficiais do Município.
- Realizar a gestão de dados, com base na Lei Federal nº 13.709 – 14 agosto de 2018.
- Efetuar convênio com entidade especializada nos estudos e desenvolvimento de projetos de credenciamento para criação de parques tecnológicos.
- Fomentar a integração entre as universidades, centros de pesquisa, comunidade, empresários e setor público, para promoção da inovação e do desenvolvimento de soluções tecnológicas.
- Fomentar a criação e desenvolvimento de locais e eventos para a inovação aberta (Ex. concursos, Hackathons, feiras, congressos, workshops.)
- Organizar missões com representantes do município para visitas técnicas, de negócios e parcerias com ecossistemas de inovação, com áreas de interesse dos APLs – Arranjos Produtivos Locais e do ecossistema local de inovação.
- Efetuar estudos para implementação do Programa Startup Brasil.

2) Ampliar a infraestrutura de tecnologia e inovação do município

PROPOSTAS

- Mapear a infraestrutura de internet instalada no município, com vistas a integração e adequação dos diversos softwares existentes, buscando a eficiência da gestão.
- Realizar a atualização das tecnologias de proteção, segurança e sigilo de dados da Prefeitura.
- Prospectar novas tecnologias, visando a atuação, inovação e melhoria dos sistemas de gestão da informação.
- Realizar estudos e instituir oficina de recuperação de computadores fora de uso, visando o reaproveitamento principalmente nas escolas (modelo de boas práticas do Município de Sorocaba-SP.)

3) Efetivar o Plano Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação e Políticas Públicas do Município

PROPOSTAS

- Estruturar a Diretoria de Tecnologia e Inovação no âmbito da Gestão Municipal, com vistas a realização de estudos, mapeamento de processos das diversas secretarias, identificação do nível de maturidade da digitalização e programas existentes da gestão municipal.
- Fomentar o uso da IA - Inteligência Artificial nos processos de gestão da administração pública.
- Atualizar as nomeações para a composição da comissão permanente de TI.
- Fomentar diálogo com a iniciativa privada para o desenvolvimento de novas tecnologias e inovação para soluções voltadas a gestão dos serviços públicos.
- Atuar de forma integrada com a AGEM - Agência Metropolitana da BS e CONDESB - Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista, com objetivo de aprendizagem e troca de boas práticas considerando a existência do PDTIC – BS.
- Mapear editais de fomento, junto às secretarias estaduais e federais, ministérios, órgãos internacionais para obtenção de recursos destinados a ampliação de projetos de tecnologia e inovação no município.
- Institucionalizar a implantação e uso da tecnologia digital em todas as áreas da gestão da administração do município de forma “integrada”.
- Instituir programa de prestação de serviços municipais on line ao Cidadão, com acesso digital na “palma da mão”, via APP.
- Atuar para que o uso das tecnologias digitais trabalhem a favor da qualidade de vida e bem-estar das pessoas.

15

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



Na Resolução Nº 217 A III, em 10 de dezembro de 1948, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas consta que a Declaração Universal dos Direitos Humanos “*é um ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição*”.

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA

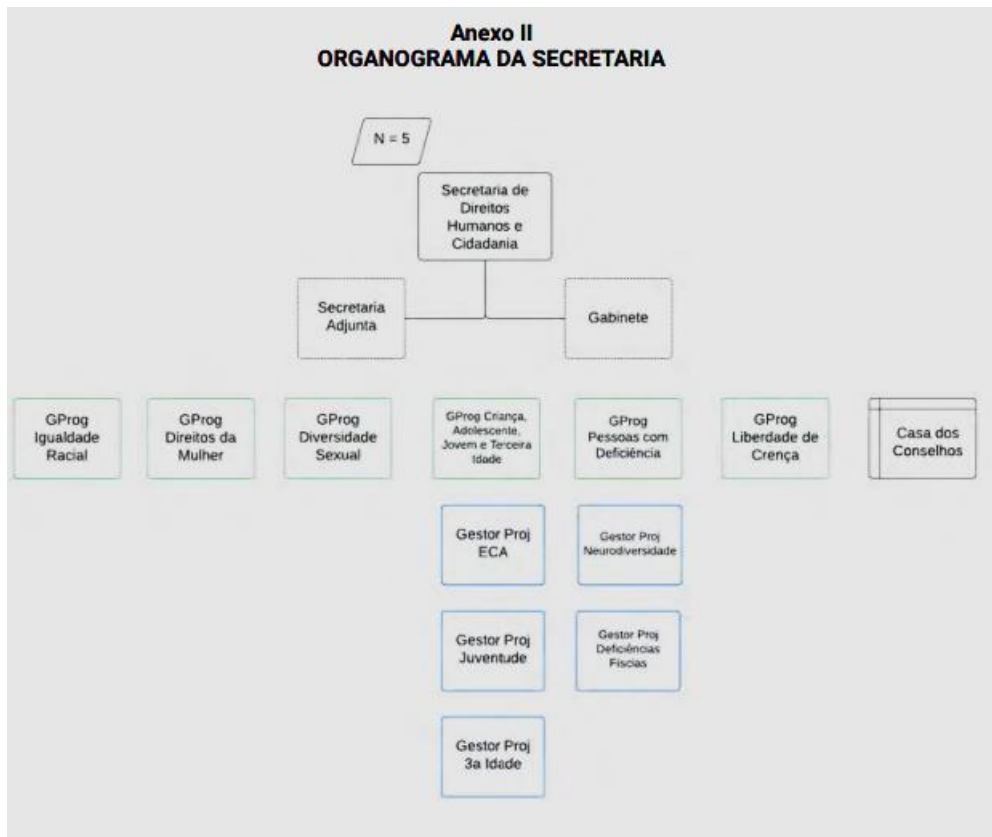
A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de Guarujá foi instituída através do Decreto Nº 16.052 de 05 de abril de 2024, sendo composta por:

Quadro da Gestão: Secretário + I – Secretário Adjunto - II – Subchefe de Gabinete; III – Assistente; IV – Assessor; V – Gestor de Programa; V – Gestor de Projeto; VI – Chefe de Equipamento.

Anexo I
QUADRO DE GESTÃO
Anexo I – A
Quantitativo e Natureza

Nomenclatura	Qtv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	1	CC
Assistente	1	CC
Gestor de Programa	6	CC
Gestor de Projeto	5	CC
Chefe de Equipamento	1	FC
Total	16	

Anexo II ORGANOGRAMA DA SECRETARIA



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

Garantir os Direitos Humanos é possibilitar ao cidadão o acesso ao conjunto de políticas públicas que lhe proporcionem dignidade, bem-estar e qualidade de vida, através da garantia do direito à vida, liberdade, ao trabalho, educação, moradia, ao saneamento básico, transporte, mobilidade, segurança, saúde, meio ambiente saudável entre outras.

Portanto, cabe trabalharmos arduamente para contribuir com a melhoria da prestação dos serviços públicos, transformando objetivos em metas a serem atingidas cumprindo assim seu propósito, missão, visão e valores enquanto Gestor Público, alinhado às Diretrizes e Princípios do Partido NOVO.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Garantir os Direitos Humanos e Cidadania a todos os cidadãos
- Fortalecer os órgãos municipais de garantia de direitos

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Efetivar a implantação da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania

PROPOSTAS

- Estabelecer a Política Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania, bem como o Plano Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania, em consonância com as Diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, com a Constituição Federal e Convenções Internacionais.
- Formular, implementar, monitorar e avaliar as políticas públicas vocacionadas a promover a igualdade racial, direitos da mulher, diversidade sexual, direitos da criança e adolescente, direitos dos idosos, proteção de pessoas com deficiências, liberdade de crença.

2) Fortalecer os órgãos e as políticas públicas de Direitos Humanos e Cidadania

PROPOSTAS

- Fortalecer os órgãos da Gestão Pública da Assistência Social e políticas públicas, para prevenir violações de direitos da população imigrante, com destaque para as ações contra a xenofobia, trabalho escravo e tráfico, pessoas.
- Efetuar parceria com as Universidades locais para realizar pesquisa de vitimização.
- Reativar a Casa dos Conselhos, em área central do município, provendo a infraestrutura necessária ao seu bom funcionamento do controle social.
- Dar suporte operacional e administrativo aos Conselhos Municipais, à Casa dos Conselhos.
- Incentivar a realização de Fóruns, Conferências, Reuniões nas diversas regiões do município, multiplicando conhecimentos e fortalecendo os órgãos e as políticas públicas de Direitos Humanos e Cidadania.
- Celebrar e estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para a promoção de projetos destinados à promoção e defesa dos direitos humanos e a cidadania no Município.
- Desenvolver e implementar metodologias e instrumentos de participação voltados ao diálogo com os movimentos sociais, associações comunitárias, clubes de servir e entidades representativas da sociedade civil organizada.
- Exercer outras atividades correlatas à sua missão institucional.

16

SECRETARIA DE GOVERNO – SEGOV E SEPLAN (GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA)



GESTÃO PÚBLICA

Ter uma gestão eficiente é essencial para o sucesso de todas as áreas da Prefeitura. Partir de uma visão de longo prazo para definir e orientar as ações e processos cotidianos torna possível a fixação de metas finalísticas, voltadas à melhora da qualidade de vida dos cidadãos. No Brasil, porém, as regras que regem a gestão pública não criam esse ambiente de incentivos alinhados à eficiência. Na verdade, os gestores e os servidores públicos se encontram em um ambiente permeado por incertezas e dificuldades.

Quando observamos as regras de gestão de pessoas no governo, é comum que as estruturas de carreiras causem incentivos perversos na conduta dos servidores, como nos casos de atendimento a critérios de progressão e promoção por capacitações com pouca adequação ao trabalho efetivamente desempenhado.

Por outro lado, se a disposição para ocupar cargos de liderança e gestão não é premiada, os ganhos salariais são incompatíveis com o acréscimo de responsabilidades e com os riscos assumidos perante os órgãos de controle.

Os ciclos de gestão costumam ser insuficientes para orientar o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores e as avaliações de desempenho são realizadas de forma protocolar, o que equipara os servidores altamente produtivos e diligentes àqueles que precisam melhorar sua performance.

As lideranças públicas não recebem treinamentos para ocupar suas posições e muitos secretários são escolhidos para atender demandas políticas, e não de gestão.

Essas ineficiências têm um impacto profundo na qualidade dos serviços públicos oferecidos, no desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores de carreira e na competitividade e no desenvolvimento econômico e social das cidades.

ORGANOGRAMA DA SEPLAN

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal foi instituída através do Decreto Nº 16.036 de 05 de abril de 2024, sendo composta por:

Quadro da Gestão:

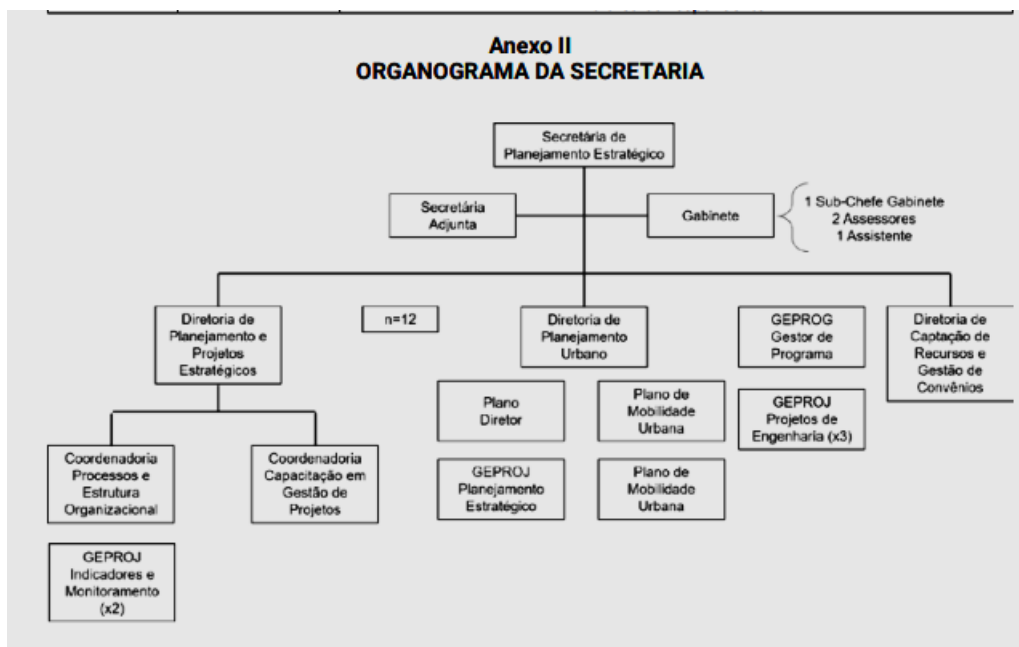
a) Coordenadoria de Processos e Estrutura Organizacional;

- b) Coordenadoria de Capacitação em Gestão de Projetos.
- I – Diretoria de Planejamento e Projetos Estratégicos
- II – Diretoria de Planejamento Urbano;
- III – Diretoria de Captação de Recursos e Gestão de Convênios.

**Anexo I
 QUADRO DE GESTÃO
 Anexo I – A
 Quantitativo e Natureza**

Nomenclatura	Qttv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor	3	CC
Coordenador	2	FC
Gestor de Programa	1	CC
Gestor de Projeto	6	CC
Total	17	

**Anexo II
 ORGANOGRAMA DA SECRETARIA**



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

Os municípios, enquanto entes da federação, possuem autonomia política, administrativa e financeira. Isto é, cada cidade pode definir seu modelo de gestão.

É essencial que se implemente uma cultura de gestão para resultados na administração pública, sendo necessário rever a estrutura de secretarias e selecionar secretários e gestores públicos por competência técnica, aplicando, inclusive, processos seletivos quando possível. É importante também capacitar e treinar as lideranças para que sejam capazes de repassar a cultura de gestão para resultado para suas equipes.

Os ciclos de gestão devem ser transparentes e as metas, pactuadas entre gestor e servidor, de modo que os funcionários produtivos e comprometidos sejam valorizados, as competências a serem aprimoradas sejam identificadas e os servidores com baixa produtividade sejam treinados.

Por fim, se o baixo desempenho for persistente, de maneira isonômica e impessoal, o servidor deve ser desligado, impedindo que o munícipe permaneça pagando esse salário.

No que tange à gestão de processos, o aumento da eficiência municipal depende da sua digitalização.

E quanto à gestão patrimonial, o município deve manter acervo atualizado dos seus imóveis e avaliar a subutilização e a desocupação, preferindo alienar os imóveis não utilizados.

Finalmente, para que todos os aspectos da gestão funcionem, é preciso que a direção a ser percorrida esteja clara. Para isso, o município pode elaborar um planejamento de longo prazo.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Reduzir o percentual da despesa com pessoal sobre a receita
- Reduzir a relação de servidores por habitantes
- Aumentar o percentual de processos digitalizados
- Aumentar a satisfação da população com a qualidade dos serviços prestados
- Reduzir ou eliminar o número de empresas estatais do município
- Tornar efetivos os diversos Planos Diretores Específicos do Município

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Implementar uma cultura de gestão por resultados na administração pública, valorizando bons servidores e melhorando o serviço público.

O poder público municipal deve atuar para melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados, e a gestão tem papel fundamental nesse esforço.

Nesse sentido, defende-se que a implantação de uma cultura de gestão para resultados, baseada na instalação de ciclos de gestão estruturados, transparentes e aplicados por lideranças públicas capacitadas, é a melhor forma de valorizar os servidores produtivos e dedicados, que contribuem para qualidade de vida na cidade.

Nesse percurso é importante rever a gestão de desempenho, criar mecanismos de desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores com baixa produtividade e criar mecanismos de demissão por meio de processos isonômicos e impessoais quando a insuficiência de desempenho for recorrente. Também é importante revisar as carreiras e a estrutura remuneratória no município, eliminando incentivos perversos e premiando a assunção de cargos de gestão.

Por fim, é necessário rever os mecanismos de seleção de pessoal, implementando processos seletivos para os cargos comissionados e revendo a Lei de Concursos Públicos local para prever etapas de conhecimento, habilidade e competências, em especial a possibilidade de cursos de formação, no qual o candidato será avaliado no desempenho das funções que serão parte de seu dia a dia.

PROPOSTAS

- Realizar uma revisão da estrutura administrativa, com o objetivo de racionalizar o número de secretarias e otimizar a estrutura da gestão municipal, promovendo maior eficiência.

- Reestruturar carreiras e a estrutura remuneratória do funcionalismo, de modo a simplificá-las, reduzindo eventuais disparidades salariais entre o setor público e privado e estabelecendo critérios de progressão baseados em desempenho.
- Implementar sistema de gestão de desempenho para os órgãos e servidores, estabelecendo metas de resultado e entregas, avaliações de desempenho objetivas e periódicas, atrelando bonificações e progressões de carreira aos bons resultados.
- Regulamentar o desligamento por insuficiência de desempenho de efetivos e temporários.
- Revisar licenças, afastamentos e benefícios do funcionalismo público, eliminando privilégios e distorções eventualmente existentes com a iniciativa privada.
- Criar programas de treinamento e capacitação dos gestores e lideranças públicas.
- **Assumir o compromisso para nomeação dos secretários adjuntos e eventuais diretorias das secretarias, a partir da seleção de servidor público concursado.**
- **Realizar processo seletivo para cargos de livre nomeação, visando atrair profissionais competentes para as funções, mitigando as indicações meramente políticas.**
- Implantar o marco regulatório para atuação em “Home Office” no âmbito da Gestão Municipal.
- Revisar ou criar a Lei Municipal de Concursos Públicos, aprimorando os mecanismos de seleção, prevendo etapas de avaliação de conhecimentos, habilidades e competências e criando a figura do Curso de Formação.
- Mapear funções, atividades e processos para avaliar o emprego da força de trabalho e identificar ineficiências, sobreposições e oportunidades.
- Revisar a estrutura de cargos em comissão da prefeitura para não apenas reduzir seu número, mas principalmente racionalizar a estrutura, muitas vezes disfuncional e inadequada.
- Proporcionar transparência aos cidadãos quanto aos dados de despesa de pessoal, divulgando abertamente a folha de pagamentos e os benefícios.

2) Modernizar e desburocratizar a prestação de serviços públicos, desenvolvendo uma oferta de Políticas Públicas transparente, digital e baseada em evidências.

Processos administrativos lentos e pouco transparentes, a falta de digitalização e a dependência de procedimentos burocráticos tradicionais dificultam o acesso dos cidadãos aos serviços e comprometem a qualidade e a agilidade do serviço público.

Nesse contexto, estabelecer sistemas de monitoramento e revisão das políticas públicas de maneira periódica, realizar parcerias com o setor privado e fazer uso da tecnologia tornam os serviços mais acessíveis, eficientes e alinhados às necessidades da população.

PROPOSTAS

- Estabelecer um sistema de monitoramento e revisão periódica das políticas públicas para avaliar sua efetividade e a eficiência no uso dos recursos.
- Promover a contratação de serviços do setor privado sempre que possível, para aumentar a eficiência, reduzir custos e evitar a expansão desnecessária da máquina pública.
- Criar mecanismos para que as legislações existentes sejam aplicadas.
- Promover um amplo estudo e revisão dos marcos regulatórios estabelecidos.

- Promover ações para um Governo Digital, digitalizando e automatizando processos administrativos e o acesso aos serviços públicos pelos cidadãos, garantindo transparência e qualidade a todos.
- Implementar as políticas relativas à NBR 37122 que contempla os indicadores que auxiliam as cidades a orientarem e avaliar o desempenho da gestão de seus serviços e o impacto na qualidade de vida da população.

3) Otimizar a gestão dos contratos e do patrimônio público através do inventário e da venda de propriedades governamentais, privatizações estratégicas e revisão eficiente de contratos.

A administração pública brasileira é marcada pela falta de eficiência no uso dos recursos públicos, com contratos onerosos e patrimônio subutilizado.

A realização de um levantamento de ativos é fundamental para a identificação de fontes de economia e geração de receitas.

Além disso, melhora a execução dos serviços que estão sob a responsabilidade da prefeitura, proporcionando uma gestão mais eficiente e transparente.

PROPOSTAS

- Realizar um inventário completo do patrimônio imobiliário da prefeitura, avaliando cada imóvel quanto à sua subutilização ou desocupação e realizando a venda de todos que possam ser melhor aproveitados diretamente pela sociedade.
- Implementar um programa de privatizações e concessões de equipamentos e serviços públicos otimizando a gestão e o desempenho.
- Revisar os contratos em vigor, priorizando os de maior valor, racionalizando as despesas e aumentando a eficiência do gasto público.
- Garantir transparência dos contratos expondo com clareza dados como objeto, valores e forma de pagamento.

4) Elaborar um planejamento para o desenvolvimento do município, coordenando políticas públicas com uma visão de longo prazo.

A falta de um planejamento estratégico de longo prazo compromete a capacidade dos gestores de desenvolver o município.

A atuação do poder público sem um planejamento corre o risco de se limitar à manutenção das práticas atuais ou de realizar ações descoordenadas, sem alinhamento com a vocação da cidade.

É preciso saber aonde se quer chegar para orientar toda a atuação da Prefeitura.

Essencial, portanto, identificar os principais desafios da cidade e definir quais merecem ser atacados, em qual ordem e quais são as metas a serem alcançadas.

A partir desse diagnóstico, deve se definir um plano coordenado entre todas as pastas da Prefeitura com diretrizes claras de ação.

Esse planejamento é que orientará o desenvolvimento da localidade, aproveitando as oportunidades de crescimento e mirando em um futuro melhor para o município.

PROPOSTAS

- Identificar os principais potenciais, desafios e entraves da cidade em colaboração com entidades empresariais, sociais e institutos de pesquisa.
- Criar uma visão de longo prazo para a cidade, estabelecendo metas atingíveis e criando diretrizes para ações, respeitando a liberdade de mercado e individual.
- Elaborar e implementar um plano de ação que remova os entraves identificados, permitindo o livre desenvolvimento das potencialidades da cidade.
- Aumentar a integração das secretarias com vistas a otimização da aplicação dos recursos de custeio e investimento público per capita do município.
- Realizar estudos de viabilidade técnica e econômica para a implantação do gerenciamento de materiais e aquisição das compras públicas do município de forma controlada e auditável.
- Agir para manter atualizados os Planos Diretores Específicos das diversas secretarias para garantir a execução das metas x indicadores do Plano de Governo Municipal, disponibilizando-os na página da Transparência do Município.
- Mapear e identificar os projetos contratados com o município, com vistas a avaliação de continuidade e garantia de resultados para o desenvolvimento sustentável do Município.
- Estabelecer Comissão Interna Permanente para mapeamento, controle de metas e indicadores e resultados das ações previstas nos Planos Diretores das diversas Secretarias, da Agenda 21 - PLDS local, das plataformas cidades sustentáveis, do Tribunal de Contas do Município e compromissos com a Agenda 2030 da ONU, dando a devida publicidade.

5) Acompanhar de forma permanente os investimentos e impactos da Previdência Municipal no orçamento do município

PROPOSTAS

- Analisar a sustentabilidade de médio e longo prazo do Plano Previdenciário Municipal e agir para garantir a sua sustentabilidade.
- Avaliar a situação atual de sustentabilidade do pagamento de inativos e pensionistas da Câmara Municipal.

FISCALIZAÇÃO – TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

A sociedade brasileira convive com investigações de esquemas de corrupção na Administração Pública há décadas e nosso país já foi o palco do maior caso de suborno da história, definição dada pelo Departamento de Justiça americano para os esquemas de corrupção revelados pela operação Lava Jato. A corrupção, entretanto, não se limita aos grandes casos que vemos retratados no noticiário.

Temos uma corrupção sistêmica, facilitada por um oceano de regras e um sistema legal que facilita a impunidade de agentes públicos e privados de todos os escalões que se envolvem em corrupção.

Uma grande quantidade de recursos é perdida todos os anos, seja em desvios de recursos públicos ou mesmo pela escolha por políticas públicas ruins para a sociedade em geral, mas que beneficiam certos grupos de interesse econômico específico.

Empregos e oportunidades são destruídos quando empresas e agentes públicos se unem para obter vantagens ilícitas e proteger seus setores, e o livre mercado é prejudicado pela ausência de concorrência real, má prestação de serviços e o desincentivo à pesquisa e inovação.

E acima de tudo, vidas são perdidas quando se deixa de implementar políticas públicas efetivas para desviar recursos.

Um dos fatores que contribuem para essa realidade é a abertura de brechas e oportunidades para os setores público e privado se envolverem em atos corruptos.

Além disso, quando pessoas veem casos de corrupção passando impunes, cria-se um ambiente em que indivíduos podem se sentir encorajados a cometer delitos, acreditando que não enfrentarão consequências sérias.

Esses pontos, somados à cultura ainda presente do “jeitinho brasileiro” e do “levar vantagem em tudo”, criam uma mentalidade em que práticas corruptas são, muitas vezes, normalizadas. Assim, para combater a corrupção, é necessário abordar não apenas as falhas institucionais, mas também a cultura e os incentivos que podem levar indivíduos a escolher esse caminho.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

São atribuídos aos municípios diversos deveres de fiscalização, desde a velocidade no trânsito até a vigilância sanitária. Também é de sua responsabilidade autorizar várias atividades, como a emissão de alvarás de funcionamento e algumas licenças ambientais.

Além disso, os entes municipais cobram impostos e têm despesas das mais diversas para operar seus sistemas de saúde, educação, saneamento básico, entre outros.

Os municípios, portanto, têm uma estrutura administrativa própria e executam parte do orçamento público nacional desempenhando funções essenciais para os cidadãos.

Sendo assim, tratar de fiscalização, transparência e combate à corrupção na esfera municipal é fundamental, iniciando pela mitigação das condutas desviantes dos próprios agentes públicos municipais.

Para isso, o município pode, em primeiro lugar, prevenir a corrupção implementando políticas e práticas que reduzam as oportunidades para tais atos.

Isso inclui a adoção de procedimentos administrativos eficientes e transparentes.

Ao aumentar a transparência e estabelecer normas claras de conduta, os municípios facilitam a identificação de atos corruptos.

Quanto menos obstáculos burocráticos, menos oportunidades de corrupção.

É preciso também avançar nos programas de integridade no setor público, definindo padrões de condutas éticas para os servidores e as empresas que se relacionam com a administração pública.

Por fim, é necessário aumentar a eficiência dos sistemas de controle interno dos municípios, apoiando os gestores a tomarem melhores decisões e auditando os gastos públicos, percebendo e sanando irregularidades de forma mais célere.

Desta forma, o município aumenta a sua capacidade de aplicar sanções administrativas a indivíduos que desrespeitam leis e códigos de ética municipais e demonstra o seu comprometimento com o combate à corrupção e à impunidade, promovendo uma gestão pública mais eficaz e digna de confiança.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Aumentar o nível de transparência e governança pública Medido pela Escala Brasil Transparente, da Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) da Transparência Internacional - Brasil.
- Garantir conformidade de prazos e requisitos da Declaração de Contas Anuais (DCA) A DCA é um conjunto de tabelas de dados patrimoniais e orçamentários que deve ser preenchida anualmente pelos entes públicos e enviada ao Tesouro Nacional por meio do Siconfi - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.
- Reduzir a vulnerabilidade do município Medido pela Matriz de Vulnerabilidade da Controladoria Geral da União, que busca identificar potenciais fragilidades na aplicação dos recursos públicos federais repassados a municípios.

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Aprimorar e eliminar leis e normas desnecessárias, digitalizando e automatizando sistemas, para reduzir subjetividades e burocracias que dão origem a oportunidades de corrupção.

Regras em excesso, complexas e subjetivas, são o terreno perfeito para corruptos, pois quanto mais dificuldades existirem, mais vantajoso será oferecer uma facilidade de forma irregular. O Brasil é um país repleto de burocracias, que ao longo das últimas décadas só se expandiram. Precisamos reverter essa direção, revisando as normas, mantendo apenas as exigências necessárias e digitalizando e automatizando os processos administrativos.

PROPOSTAS

- Implementar programa de revisão e atualização de leis e normas municipais com foco em reduzir interpretações subjetivas e trazer mais clareza e evidências técnicas nas análises submetidas ao poder público, estabelecendo um prazo específico para que essa revisão seja concluída.
- Reduzir a burocracia e regulamentações que exigem autorização do poder público para a realização de atividades privadas, especialmente em áreas consideradas de baixo risco, para eliminar potenciais focos de corrupção.
- Aderir à Lei de Governo Digital (LGD) e regulamentar sua aplicação, criando base normativa que incentive a digitalização de procedimentos burocráticos e de serviços públicos com ênfase no aumento da eficiência pública.
- Digitalizar e automatizar os sistemas e processos, incluindo a gestão de filas de acesso a serviços públicos e a tramitação de documentos, visando aumentar a transparência e a eficiência e eliminar favorecimentos e casos de corrupção.

2) Criar ou aprimorar mecanismos de transparência e boa governança pública na gestão municipal. A transparência é um dever do Estado e é muito importante para aumentar a chance de que irregularidades sejam detectadas, desincentivando a corrupção.

Também é fundamental para aumentar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e às decisões que estão sendo tomadas pela Prefeitura.

Já existem diversas leis federais que criam mecanismos de transparência, mas muitas cidades não as implementaram plenamente, possuindo Portais da Transparência pouco amigáveis, pouco acessíveis e com sistemas que precisam ser aperfeiçoados.

Por isso, o foco da atuação municipal é garantir a implementação plena da transparência ativa e passiva, contribuindo para a fiscalização pela sociedade e pelos órgãos de controle das ações da Prefeitura.

PROPOSTAS

- Garantir a transparência dos atos administrativos e normas por meio da implementação de diário oficial eletrônico, da consolidação e disponibilização de todas as normas legais e infralegais aplicáveis no âmbito municipal, e da divulgação de informações sobre o processo legislativo municipal, facilitando o controle do cidadão sobre seus governantes.
- Revisar a política municipal da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).
- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência **ativa** por meio da implementação e atualização do portal da transparência municipal, no qual deve haver dados sobre as contas públicas, informações de contato, relatórios de auditoria, salários e verbas indenizatórias e outras informações, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e com a regulamentação aplicável.
- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência **passiva** por meio da implementação de canal específico que possibilite ao cidadão requisitar e receber informações e documentos, acompanhar prazos e apresentar recursos por meio eletrônico, garantindo sua privacidade aos moldes da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (FalaBR).
- Regulamentar a Lei de Acesso à Informação (LAI), disposta na Lei 12.527/2011, por meio de decreto, que trata da operacionalização da norma federal em âmbito municipal, ou de lei específica, que poderá ir além da legislação federal prevendo a disponibilização de um rol maior de informações e de mecanismos que garantam maior efetividade à transparência governamental.
- Instituir política de dados abertos, nos moldes do Decreto 8.777/2016 do Governo Federal, e realizar consultas e revisões periódicas para aprimorar os sistemas de acordo com as principais demandas da sociedade.
- Aprimorar o Portal da Transparência facilitando a exposição objetiva das informações.
- Publicar no Portal da Transparência todas as emendas parlamentares recebidas e sua aplicação.
- Revisar as funções e processo de atendimento da Ouvidoria do Município, dando celeridade nas respostas e publicação de dados no portal da Transparência.

3) Instituir boas práticas de integridade e prevenção à corrupção junto ao funcionalismo público e empresas em contrato com a prefeitura.

Atualmente, percebe-se um importante crescimento de programas de integridade no setor público, definindo e incentivando padrões de condutas éticas a serem seguidas pelos servidores e pelas empresas que se relacionam com o poder público.

Nesses programas são desenvolvidos canais de denúncias, limites de valores para presentes institucionais, regras para comunicação formal com terceiros, presenças em reuniões, entre

outras situações, de modo a prevenir a ocorrência da corrupção e dar autonomia para os servidores bem-intencionados em combatê-la.

Por isso, além de dar o exemplo com leis e sistemas de transparência, é preciso criar regras claras para todos os envolvidos com a máquina pública, criando práticas que dificultam a ação de corruptos e aumentam as chances de que estes sejam pegos.

PROPOSTAS

- Criar um Código de Integridade e Conduta tanto para o funcionalismo público quanto para empresas que mantêm grandes contratos com a Prefeitura, com capacitação e treinamento frequentes, visando assegurar práticas éticas e responsáveis, incluindo a regulamentação e a definição de potenciais conflitos de interesse.
- Estabelecer um canal de denúncias para que cidadãos e servidores possam reportar irregularidades de forma anônima, com a possibilidade de apresentar provas. Esses canais deverão ser monitorados por um corpo investigativo independente e sujeitos a auditorias externas.
- Definir e implementar critérios e procedimentos específicos para a ocupação de cargos e funções comissionadas, promovendo a nomeação de agentes com experiência profissional e acadêmica compatíveis com as necessidades públicas e vedando a nomeação de agentes em conflito de interesse.

4) Instituir ou aprimorar o controle interno no município, fortalecendo mecanismos de fiscalização e combate a irregularidades, especialmente em contratos e aquisições, com a possibilidade de contratar auditorias privadas.

O controle interno da Administração Pública cumpre um papel fundamental no apoio à tomada de decisões corretas pelos gestores públicos.

Além de agir de maneira prescritiva, indicando as melhores práticas, realiza auditorias e fiscalizações da execução orçamentária, em especial dos desembolsos nos contratos públicos, buscando perceber e sanar irregularidades com agilidade, evitando o agravamento do prejuízo ao cofre municipal.

Assim, além dos procedimentos de prevenção que descrevemos anteriormente, é necessário fortalecer o corpo especializado em investigar denúncias e auditar os contratos e as obras do município, de modo que sua atuação, tanto preventiva quanto consultiva e corretiva, seja mais eficaz.

Neste contexto, a possibilidade de contratar auditorias privadas se insere como uma alternativa.

Essa abordagem não apenas aumenta a capacidade de análise e fiscalização, mas traz uma perspectiva externa que pode identificar pontos cegos nos processos internos, garantindo, assim, maior transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

PROPOSTAS

- Investigar denúncias e fiscalizar contratos em andamento, tanto da gestão atual como das passadas, com indícios de irregularidades e avaliar a possibilidade de contratar auditorias privadas.

- Centralizar o processo de compras e aquisições em uma única área ou secretaria especializada, com treinamento para a equipe e ferramentas de fiscalização dos processos, reduzindo o espaço para a corrupção.
- Mapear os espaços públicos cedidos a terceiros reavaliando seu uso.
- Dar publicidade aos investimentos da Prefeitura facilitando a fiscalização por parte da sociedade.
- Prever no orçamento municipal a contratação de Empresa de Auditoria Externa, dando ampla publicidade à comunidade local.
- Fortalecer as comissões de auditorias internas.

17

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS PÚBLICAS



O funcionamento de todas as políticas públicas municipais depende da saúde financeira da Prefeitura. Quando não há uma boa gestão financeira, o desenvolvimento urbano estagna, os serviços públicos essenciais sofrem com a falta de insumos e os salários dos servidores públicos ficam ameaçados por atrasos.

O acúmulo de dívidas cria uma bola de neve, tornando necessário um ajuste fiscal cada vez mais rigoroso.

Para ilustrar a importância da gestão fiscal responsável, podemos analisar dois momentos marcantes na história brasileira.

Por um lado, a implementação do Plano Real na década de 1990 trouxe responsabilidade fiscal, equilíbrio orçamentário e privatização de empresas estatais.

Isso resultou em um período de crescimento econômico e redução da pobreza nos anos seguintes.

Por outro lado, a falta de responsabilidade fiscal e o populismo fiscal na década de 2010, durante o governo do PT, levaram o país a enfrentar a maior crise econômica de sua história em 2015 e 2016.

Essa crise afetou negativamente os serviços públicos e levou ao colapso das contas de estados e municípios. O populismo enraizado na política brasileira leva os políticos a tomarem decisões de curto prazo que geram benefícios imediatos em termos de votos, mas que plantam as sementes do desastre fiscal no longo prazo.

É essencial que tanto os políticos quanto os eleitores compreendam as consequências dessas decisões e reconheçam que o cuidado com as finanças locais está diretamente ligado ao bem-estar da população e das próximas gerações. Além disso, é importante destacar que ajustar as contas apenas pelo lado da receita, por meio de aumentos de impostos, não é uma solução sustentável.

O aumento indiscriminado de impostos afasta empresas e investidores, provocando a queda da arrecadação, o que tende a agravar a crise fiscal.

A busca por equilíbrio fiscal, portanto, precisa envolver especialmente o controle e a redução de despesas.

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PMG

A Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa da PMG foi instituída através do Decreto Nº 16.045 de 05 de abril de 2024.

Unidades:

I – Diretoria de Gestão de Pessoas, composta por:

- a) Coordenadoria de Administração Pessoal, composta pelas seguintes unidades: 1. Unidade de Controle de Frequência; 2. Unidade de Seleção e Recrutamento; 3. Unidade de Carreira e Desenvolvimento Funcional.
- b) Coordenadoria de Folha de Pagamento e Benefícios;
- c) Coordenadoria de Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional, composta por: 1. Unidade de Engenharia de Segurança do Trabalho; 2. Unidade de Bem-Estar Funcional; 3. Equipamento Casa de Apoio ao Servidor.

II – Diretoria de Compras e Licitações, composta por:

- a) Coordenadoria de Licitações;
- b) Coordenadoria de Compras;
- c) Coordenadoria de Contratos e Acordos.

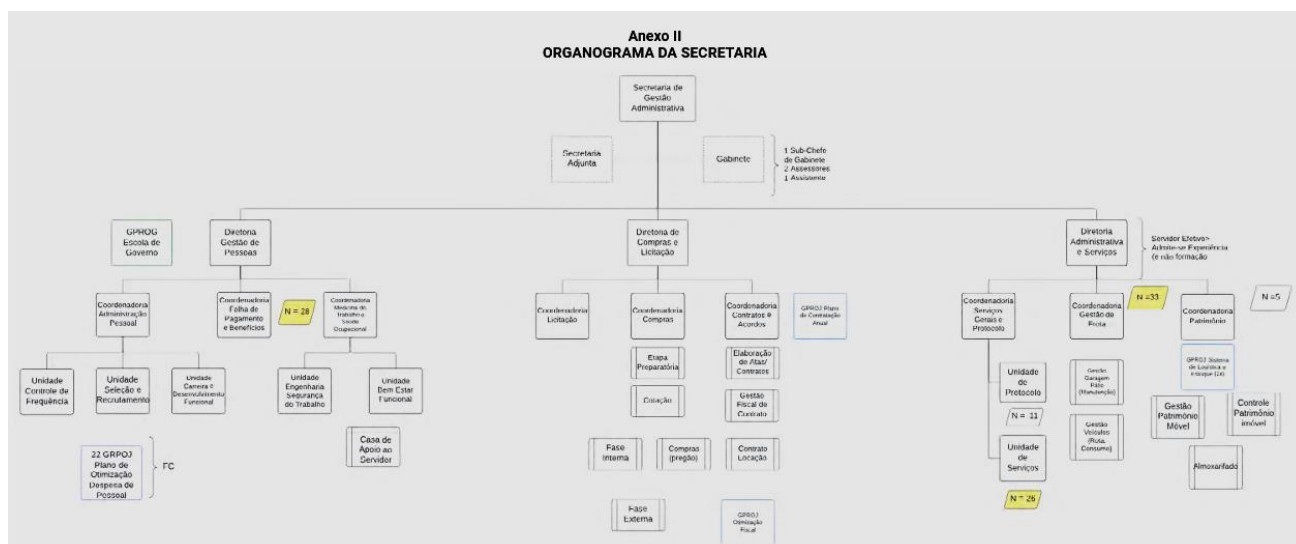
III – Diretoria Administrativa e de Serviços, composta por:

- a) Coordenadoria de Serviços Gerais e Protocolo, composta pelas seguintes unidades: 1. Unidade de Protocolo; 2. Unidade de Serviços.
- b) Coordenadoria de Gestão de Frota;
- c) Coordenadoria de Patrimônio

Quadro da Gestão: I – Secretário Adjunto; II – Subchefe de Gabinete; III – Diretor; IV – Coordenador; V – Chefe de Unidade; VI – Assistente; VII – Assessor; VIII – Chefe de Equipamento; IX – Gestor de Programa; X – Gestor de Projeto; XI – Gestor de Projeto Política de Estado; XII – Líder de Equipe; XIII – Chefe de Equipamento

Anexo I
QUADRO DE GESTÃO
Anexo I – A
Quantitativo e Natureza

Nomenclatura	Qttv	Natureza
Secretário Adjunto	1	CC
Subchefe de Gabinete	1	CC
Assessor	2	CC
Assistente	1	CC
Diretor	3	CC
Coordenador	9	FC
Chefe de Unidade	7	FC
Líder de Equipe	4	FC
Gestor de Programa	1	CC
Gestor de Projeto	4	CC
Gestor de Projeto e Políticas de Estado	21	FC
Chefe de Equipamento	1	FC
Total	56	



COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

Os municípios são encarregados de arrecadar impostos municipais, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISS (Imposto Sobre Serviços), além de gerir os fundos recebidos dos governos estadual e federal e as receitas extraordinárias.

Essa arrecadação financia serviços como educação, saúde, infraestrutura urbana, segurança e assistência social.

Além da arrecadação e alocação de recursos, os municípios têm a responsabilidade de elaborar e executar o orçamento municipal de forma transparente e responsável, garantindo que os gastos públicos sejam feitos de maneira eficiente e em conformidade com as necessidades e prioridades da cidade.

A gestão municipal deve modernizar processos internos e simplificar regras tributárias para reduzir custos desnecessários e agilizar a prestação de serviços à população.

Além disso, é fundamental adotar práticas de planejamento financeiro responsável, baseadas em projeções realistas de receita e despesa, a fim de garantir estabilidade fiscal e previsibilidade para o futuro.

Nesse sentido, é importante frisar que a implementação de reformas que controlem a expansão de gastos é uma medida inevitável durante qualquer gestão.

Por isso, é importante constantemente identificar os pontos de pressão e possíveis dificuldades futuras, a fim de garantir a sustentabilidade das finanças municipais.

Por último, é fundamental que a população saiba a razão pela qual estão sendo cobrados determinados valores e que essas quantias sejam revistas regularmente.

A falta de transparência frequentemente resulta em desatualizações do tributo e gera discrepâncias nas cobranças de impostos em propriedades parecidas, quebrando a isonomia.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Melhorar o resultado fiscal, sem aumento da carga tributária
- Reduzir o valor do déficit da previdência em relação ao orçamento
- Reduzir a dívida bruta nominal e percentual
- Melhorar a classificação da capacidade de pagamento

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO NOVO

1) Revisar, simplificar e digitalizar os processos internos e de atendimento ao público, para uma gestão eficiente da máquina pública.

As principais atribuições da Secretaria da Fazenda estão relacionadas à gestão dos recursos financeiros do município e à geração de receita, especialmente na cobrança de impostos. Além disso, a estrutura administrativa fazendária é responsável pela emissão de certidões e outras informações necessárias para os moradores e empresas situadas nas cidades, algumas, inclusive, de grande sensibilidade, como certidões negativas de débitos tributários municipais, cuja não obtenção pode impedir as empresas sediadas no município de receberem pagamentos em contratos públicos. Assim, processos de pagamento de impostos, regularização fiscal e obtenção de documentos oficiais devem ser simples e ágeis, dispensando a presença física ou a documentação em papel.

PROPOSTAS

- Criar o Conselho Municipal da Desburocratização em acordo com a Lei Federal Nº 13.726/2018 implementando suas ações (Selo de Desburocratização e Simplificação).
- Revisar e atualizar o Código Tributário, simplificando regras, reduzindo risco de litígios e incertezas fiscais e modernizando o sistema de pagamento de impostos e taxas.
- Facilitar o atendimento ao público, digitalizando sistemas e unificando locais de atendimento físico.
- Simplificar e digitalizar os processos internos, reduzindo custos, acelerando o atendimento e permitindo o rastreamento de decisões.
- Analisar o nível de aplicação da Lei Federal Nº 11.598 de 3 de dezembro de 2007, REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, envolvendo as secretarias afins.

2) Implementar boas práticas de elaboração e execução do orçamento para assegurar estabilidade e previsibilidade fiscal.

Orçamentos desequilibrados e previsões de receita imprecisas são fatores que podem precipitar crises fiscais em municípios.

Por isso, a adoção de boas práticas na elaboração e execução do orçamento é vital para garantir uma gestão fiscal estável e previsível, evitando surpresas fiscais desagradáveis.

O orçamento da cidade, sendo a espinha dorsal da execução de políticas públicas, orienta as ações municipais ao longo do ano e deve ser elaborada com responsabilidade.

Não é correto superestimar receitas para justificar maiores gastos, ignorando as consequências de longo prazo.

Essas práticas comprometem a integridade e a eficácia da gestão fiscal, ressaltando a necessidade de uma abordagem mais prudente e transparente no manuseio das finanças públicas.

PROPOSTAS

- Estimar a arrecadação com base em projeções históricas e expectativas técnicas sobre o desempenho econômico do ano seguinte.
- Mapear um plano de contingenciamento de despesas, isto é, de limitação das despesas para evitar desequilíbrio financeiro, para ser implementado em casos de frustração de arrecadação ou necessidade de remanejamento de gastos.
- Elaborar um fluxo de caixa das despesas municipais, dando previsibilidade para a execução orçamentária anual.

3) Implementar estratégias para aumentar a receita sem aumentar impostos, reforçando o caixa do município.

Aumentar a receita do município sem elevar impostos é um objetivo importante, que pode trazer benefícios significativos em tempos desafiadores.

Encontrar fontes de receita extraordinária pode dar o fôlego necessário ao caixa da cidade, permitindo investimentos e abatimento de dívidas.

Embora as possibilidades variem, existem estratégias aplicáveis a todas as cidades que podem ter um impacto relevante, em especial por meio de ganhos financeiros e pela alienação de imóveis públicos desocupados ou subutilizados.

A criatividade e a inovação na gestão municipal são essenciais para identificar e implementar essas soluções, adaptando-as às necessidades e características específicas de cada local.

PROPOSTAS

- Implementar medidas de incentivo à formalização, como a Lei de Liberdade Econômica, regularização fundiária, abertura econômica ou a educação da população para o empreendedorismo.
- Renegociar dívidas de contribuintes inadimplentes, sem criar desvantagens àqueles que pagaram suas obrigações em dia, buscando a regularização fiscal.
- Aperfeiçoar o cálculo do Valor Adicionado Fiscal para aumentar a precisão dos repasses de ICMS.
- Buscar receitas extraordinárias com ações como concessões, privatizações, venda de patrimônio, naming rights (concessão legal para nomear um evento ou local específico) ou a venda da folha de pagamento do município.

4) Estabelecer medidas de otimização de despesas, reduzindo gastos e promovendo eficiência na gestão dos recursos públicos.

O controle de gastos excessivos é essencial para prevenir déficits orçamentários que prejudicam a oferta de serviços essenciais.

Implementar medidas de otimização de despesas é fundamental para qualquer município, objetivando não apenas economia imediata, mas também uma gestão financeira mais eficiente e sustentável.

Essas ações contribuem para um impacto duradouro e positivo na saúde fiscal, assegurando uma administração responsável dos recursos públicos.

PROPOSTAS

- Revisar políticas públicas, benefícios e isenções para efetividade em relação aos objetivos pretendidos, avaliando a eliminação de despesas em medidas que não cumpriram suas metas.
- Renegociar e reestruturar dívidas com credores.
- Renegociar custos bancários para cobrança, pagamentos e gestão das contas da cidade.

5) Cobrar impostos e taxas sem distorções e defasagens, de forma transparente.

A população frequentemente enfrenta aumentos nos impostos e taxas cobradas pelos municípios, o que gera descontentamento e dúvidas sobre a justiça dessas cobranças.

Por isso, é importante ter um sistema de cobrança transparente e livre de distorções, onde a população possa compreender claramente a razão por trás dos valores cobrados e questionar a racionalidade dos cálculos.

Ressaltamos que os ajustes e alterações nos cálculos de taxas e tributos não devem aumentar a carga tributária geral, mas apenas reduzir ou eliminar distorções ou cálculos e critérios inadequados.

PROPOSTAS

- Realizar estudos para atualizar a planilha de valores de referência do IPTU, reduzindo a alíquota geral do IPTU para que não ocorra aumento da carga tributária para a população.
- Realizar estudos para a implementação do IPTU social, considerando a parcela da população vulnerável do município, principalmente aqueles imóveis decorrentes da regularização fundiária.
- Revisar o cálculo de taxas municipais para usar indicadores e cálculos modernos e equilibrados com o custo dos serviços prestados.
- Dar transparência ao cálculo do IPTU e de taxas municipais, para que a população entenda a cobrança, e dificultar aumentos de arrecadação via mudanças ocultas no cálculo interno.

REFERÊNCIAS

- Instituto Libertas: <https://institutolibertas.org.br/feedbackcpp>
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/estrategia-digital>
- Ministério do Turismo: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-no-brasil-cresce-e-acumula-r-121-bilhoes-entre-janeiro-e-agosto>
- UNICEF: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Diário Oficial do Município de Guarujá
- Contrato Sabesp com Município de Guarujá 2019/Aditivo 2022
- Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Guarujá (2018)
- Plano Municipal de Turismo (2019)
- Plano Diretor do Município de Guarujá
- Plano Municipal de Saúde do Município de Guarujá
- Plano Municipal de Saneamento Básico
- Plano de Macrodrenagem de Guarujá
- Plano Municipal da Mata Atlântica
- Plano Municipal de Educação Ambiental
- Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
- Plano de Manejo da APA da Serra do Guararú
- Agenda 2030 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU
- UNESCO
- Agenda 21 Guarujá

Produção e Redação: Comissão Executiva do **COMITÊ PROVISÓRIO DO PARTIDO NOVO** do Município de Guarujá. 24.06.2024